

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE ENSINO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE HISTÓRIA

**IGOR SANTOS CARNEIRO**

**REGIONALISMO E CABOVERDIANIDADE:** um diálogo entre Vidas Secas e a  
literatura do grupo Claridade (1947-1950)

São Luís - MA

2022

**IGOR SANTOS CARNEIRO**

**REGIONALISMO E CABOVERDIANIDADE:** um diálogo entre Vidas Secas e a  
literatura do grupo Claridade (1947-1950)

Monografia apresentada ao curso de História da  
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA para  
obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva

São Luís – MA

2022

Carneiro, Igor Santos.

Regionalismo e Caboverdianidade: um diálogo entre Vidas Secas e a literatura do grupo Claridade (1947-1950) / Igor Santos Carneiro. – São Luís, 2022.

99 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva.

1. Claridade. 2. Vidas Secas. 3. Caboverdianidade. 4. Regionalismo. 5. Cabo Verde. I. Título.

CDU 94(665.8+94.812):82

**IGOR SANTOS CARNEIRO**

**REGIONALISMO E CABOVERDIANIDADE:** um diálogo entre Vidas Secas e a  
literatura do grupo Claridade (1947-1950)

Monografia apresentada ao curso de História da  
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA para  
obtenção do grau de licenciatura em História.

Aprovado em: 20/12/2022

*Igor Santos Carneiro*

---

Assinatura do graduando

**BANCA EXAMINADORA**

*Tatiana Raquel Reis Silva*

---

Profa. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva (UEMA)  
(Orientadora)

*Viviane de Oliveira Barbosa*

---

Profa. Dra. Viviane de Oliveira Barbosa (UEMA)

*Claudia L. G. Moraes*

---

Profa. Dra. Claudia Letícia Gonçalves Moraes (UFMA)

São Luís - MA

2022

*Sim, quero lutar em ti integrada confundindo as almas,  
lado a lado, rimando nossos esforços e suores, sentindo o  
eco de cada brado das nossas bocas, reboar por esse  
sertão fora, longamente, dolorosamente... E que alguém,  
perdido lá longe, o recolha e diga: - Mas é minha esta voz,  
esta dor, é meu também este brado! Quero compreender-  
te, minha África, quero penetrar-te, sonhar contigo,  
descobrir-te nua e verdadeira, sofrer os teus desalentos,  
esperar contigo, sempre contigo!*

*(Noémia de Sousa)*

## AGRADECIMENTOS

Desde menino eu fui ensinado a ser grato a todas as pessoas que de alguma forma contribuem com o meu desenvolvimento, porque dificilmente alguém constrói algo sozinho. Ao pensar na minha trajetória até o momento, sobretudo na graduação, posso afirmar que esse argumento é verdadeiro, pois eu não chegaria até aqui sem uma rede de apoio. Prometo que irei tentar ser justo e não esquecer de agradecer aos responsáveis por essa conquista, mas como sou um historiador com uma memória ruim, peço antecipadamente sinceras desculpas se eu deixar de citar alguém, saiba que eu não fiz por mal.

Primeiro, eu gostaria de agradecer aos poderes inexplicáveis que regem o universo, o nosso mundo e as nossas vidas. Há algo poderoso além do plano físico e, o meu caminho, assim como o de todos e todas, tem sido traçado por esse centro irradiador de luz. Obrigado por ter me ajudado a chegar até aqui.

Agradeço às minhas mães: minha avó Ana, quebradeira de coco-babaçu de Itapecuru-Mirim, cidade onde nasci e fui criado; à minha mãe Maria da Conceição e à minha tia Maria das Dores, minha primeira inspiração para ser professor. Obrigado pela criação amorosa, pelo incentivo aos estudos e pela proteção constante. Sem o apoio de vocês eu não chegaria nem na calçada do prédio de História da UEMA, quem dirá me estabelecer e viver em São Luís e concluir uma graduação.

À professora Dra. Tatiana Reis que me contagiou com o amor pelo estudo a respeito do continente africano logo no segundo período do curso. Você me mostrou um mundo de possibilidades como ninguém havia feito antes. Obrigado pela sua enorme paciência, e eu sei que eu sou ansioso e devo ter dado alguns estresses, mas não consigo lembrar de uma única vez em que você foi rude comigo, porque isso nunca aconteceu. Sempre doce, prestativa e protetora, você é uma das pessoas que eu mais tenho respeito e imenso carinho.

Às minhas amigas, Ana Caroline, Iasmin Doroth, Laura Luisa e Waleska Cristina. Eu as conheci na graduação, porém rapidamente nossa amizade superou as paredes universitárias e construímos uma relação familiar com tudo que tem direito, ou seja, muito estresse, mas muito companheirismo também. Obrigado por acreditarem no meu potencial, mais do que eu mesmo, e por terem dividido tantos momentos bons comigo. Tenho certeza que todas serão ótimas historiadoras.

Agradeço ao Lucas, por ter sido uma pessoa fundamental na minha vida de 2019 até a atualidade. Você recarrega minhas energias e alimenta minha fé de que um dia vencerem

juntos e alcançaremos nossos objetivos. Obrigado por me levar à praia ou para comer uma pizza tamanho família todas às vezes em que eu estava estressado.

À Melissa por ter me amado incondicionalmente até mesmo quando falhei em protegê-la. Obrigado por me mostrar que os seres humanos não são os únicos com a capacidade de amar.

Aos professores e professoras do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão. Obrigado não só pela inspiração, mas principalmente pelo cuidado e pela educação de qualidade que me proporcionaram. Em especial à Profa. Dra. Viviane Barbosa pelo cuidado constante com o desenvolvimento da pesquisa, sempre contribuindo para instigar meu senso investigativo. À Profa. Dra. Elizabeth Abrantes por ter me feito ler Judith Butler no primeiro semestre do curso e por contribuir com meu interesse nos estudos de gênero. À Profa. Dra. Ana Lúcia Bomfim (a famosa Nalúcia), por militar bastante em todas as aulas e manter acesa minha chama revolucionária.

À secretária do curso de História Izabela Rabelo (Iza para os íntimos) e à Dona Iete, sempre muito prestativas e gentis.

Às minhas irmãs do coração, Yasmim Cristine e Ingrid Soraia, obrigado pelo tempo de convívio e por tantas tardes e noites assistindo a MTV enquanto comentávamos sobre as divas da música pop, somente as maiores, Lady Gaga, Lana Del Rey, Adele, etc. Vocês duas serão ótimas professoras de Geografia.

Às professoras do IFMA Campus Itapecuru-Mirim, em especial Georgiana, Antônia e Rita, por acreditarem e apoiarem meus sonhos, ao menos o mais louco deles, ser professor no Brasil.

Agradeço ao professor de espanhol Elizeumar, pois mesmo que não tenha sido meu instrutor no Ensino Médio, dedicou tempo para se preocupar com a minha preparação para o vestibular. Suas dicas foram importantes para que eu ingressasse na universidade, muito obrigado.

À minha amiga cearense Joyce Vasconcelos que ao longo desses anos me fez rir diversas vezes em momentos difíceis. E por nunca, absolutamente nunca, ter me julgado por qualquer coisa.

## RESUMO

A revista *Claridade* (1936-1960) é considerada um dos elementos principais na formulação da identidade nacional de Cabo Verde. Este país africano foi colonizado por Portugal e historicamente precisou lidar com problemas que envolviam não somente o colonialismo, mas também o clima. Devido às características geográficas, o arquipélago africano está sujeito às crises de seca, o que contribuiu para a emigração de grande parcela da população. Esses elementos da realidade das ilhas levaram o grupo claridoso a gerar uma literatura preocupada em expor o drama nativo. O Brasil, sobretudo o Nordeste, serviram como inspiração para os caboverdianos devido à similaridade cultural e ambiental. O regionalismo de autores como Graciliano Ramos influenciou a geração claridade que estava ansiosa para criar um projeto identitário para seu território. Dessa forma, o presente trabalho busca relacionar a obra *Vidas Secas* com as produções claridosas, com o intuito de perceber o impacto do regionalismo brasileiro em Cabo Verde, assim como também problematizar as confluências culturais entre os territórios.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Claridade*. *Vidas Secas*. Caboverdianidade. Regionalismo. Cabo Verde.

## **ABSTRACT**

The Claridade magazine (1936-1960) is considered one of the main elements in the formation of Cape Verde's national identity. This African country was colonized by Portugal and historically had to deal with problems that involved not only colonialism, but also the climate. Due to its geographical characteristics, the African archipelago is subject to drought crises, which contributes to the emigration of a large portion of the population. These elements of the islands' reality led the Claridade group to generate a literature that is concerned with exposing the native drama. Brazil, especially the Northeast, served as inspiration for the Cape Verdeans due to its cultural and environmental similarities. The regionalism of authors such as Graciliano Ramos influenced the Claridade generation that was eager to create an identity project for their territory. Thus, this paper seeks to relate Vidas Secas to the Claridade productions in order to understand the impact of Brazilian regionalism in Cape Verde, as well as problematize the cultural confluence between the territories.

**KEYWORDS:** Claridade. Vidas Secas. Caboverdianity. Regionalism. Cape Verde.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1: CABO VERDE E BRASIL: TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS .....</b>	<b>14</b>
1.1 O histórico cabo-verdiano .....	14
1.2 Cabo Verde, Nordeste brasileiro e regionalismo .....	19
1.3 Graciliano Ramos: um literato no espírito do seu tempo .....	28
<b>CAPÍTULO 2: INFLUÊNCIAS A PARTIR DO BRASIL: O LUSO-TROPICALISMO E O REGIONALISMO LITERÁRIO BRASILEIRO .....</b>	<b>32</b>
2.1 Gilberto Freyre: luso-tropicalismo e o apoio ao regime lusitano .....	32
2.2 “O Nordeste como essência da brasilidade”: o discurso regionalista .....	36
2.3 Elites intelectuais africanas: entre o pan-africanismo e o luso-tropicalismo .....	45
<b>CAPÍTULO 3: LITERATURA CLARIDOSA E VIDAS SECAS: DIÁLOGOS POSSÍVEIS .....</b>	<b>53</b>
3.1 O retrato do sujeito Nordestino em Vidas Secas .....	53
3.2 A estrutura e a organização de Vidas Secas .....	64
3.3 “Cabo Verde é um Brasilin”: a emergência de um projeto identitário a partir da literatura do grupo Claridade .....	67
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>93</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>96</b>

## INTRODUÇÃO

A revista *Claridade*, fundada em 1936, é considerada a precursora da identidade nacional do arquipélago africano de Cabo Verde. Foi fundada por três importantes intelectuais, sendo eles: Baltasar Lopes, Jorge Barbosa e Manuel Lopes. Entretanto, a revista contou com inúmeros contribuintes, totalizando nove volumes publicados entre 1936-60. A geração claridosa, como assim ficaram conhecidos todos aqueles que publicaram nas edições, procurou enfatizar uma possível forma de ser cabo-verdiano.

Isso só foi possível devido à valorização da cultura popular local, assim como a exploração de temáticas que envolviam os problemas característicos do espaço. Sendo eles: a fome e a pobreza, visto que Cabo Verde era uma colônia lusa, e por isso um território a ser explorado; a emigração, devido à desigualdade social, muitas pessoas resolveram tentar a ascensão social em outros espaços espalhados pelo globo; os festejos e as manifestações populares que acabaram por se tornar tema privilegiado para compor a literatura do grupo *Claridade*.

De modo que a junção dessas temáticas possibilitou a formação de uma tradição literária nunca vista antes nas ilhas cabo-verdianas. É importante salientar que os claridosos importaram do Brasil o modelo literário produzido a partir do século XX, sobretudo o herdado da Semana de Arte Moderna de 1922. O movimento modernista influenciou os intelectuais africanos dos espaços de colonização lusa, ou seja, países como Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe.

Dentro do sistema literário brasileiro, o Nordeste se destacou por produzir uma literatura singular devido às características sociais, ambientais e econômicas dos diversos estados situados na região. Os intelectuais nordestinos, incomodados com a hegemonia do Sul e Sudeste, procuraram assumir uma postura defensiva contra os ditos estrangeirismos do movimento modernista. Com isso o ambiente estava propício para a formação dos regionalismos, contudo devemos frisar que as narrativas regionalistas devem ser posicionadas em um contexto onde a discussão sobre a identidade nacional brasileira estava em voga.

O Nordeste, que historicamente ocupava uma posição privilegiada na história do Brasil colonial, vinha sofrendo com um processo de crise desde o século XIX, esta é potencializada no decorrer do século XX. Esse era um dos principais motivos para os regionalistas produzirem narrativas em defesa da identidade nordestina, esse movimento implicava em um problema, que era o de tratar de forma nostálgica a velha ordem social. A região é pincelada como a essência da brasilidade e o povo mestiço é descrito como o tipo real de brasileiro. De modo

que o Nordeste é alçado, pelo discurso regionalista endógeno, como a parte essencial para a formação da identidade do país e, devido a isso, as tradições devem ser protegidas. Pernambuco aparece como o centro regionalista que resiste à centralidade de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Em contrapartida o Sul e Sudeste produziram um contra discurso centrado na hegemonia dessa parte do Brasil. Portanto, o Nordeste é representado como uma terra rústica, de pobreza, com pessoas ignorantes e um ambiente onde não imperam as leis. A parte Sudeste do país, sobretudo São Paulo e o Rio de Janeiro aparecem como as principais cidades modernas e os pilares da arte brasileira. O que ocorre é que essas metrópoles não se pensam como regionais, mas sim como universais. Enquanto o Nordeste aparece como um compartimento atrasado e subalterno da brasilidade.

Outra informação relevante é que o Brasil era considerado o “irmão mais velho” das jovens nações africanas, visto que também foi colonizado por Portugal. O que significa que os acontecimentos e as disputas que ocorriam aqui eram acompanhados na medida do possível pelos intelectuais em África, ou seja, o modernismo e o regionalismo passaram a influenciar a produção artística deles. No caso específico de Cabo Verde, este se sentia mais próximo da região Nordeste, devido às semelhanças climáticas.

Historicamente, o arquipélago cabo-verdiano sofre com as secas que infligiram sofrimento ao povo que ali residia. Da mesma forma, a região Nordeste do Brasil possui embutido na sua identidade as secas, a fome e a emigração. Além disso, a população dessa região é majoritariamente descrita como miscigenada. De modo que as representações acerca de ambos os espaços giram em torno da pobreza, da fome, das secas e da mestiçagem étnica e cultural.

Os literatos representantes do regionalismo à brasileira, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, entre outros, passaram a defender uma imagem particular do espaço. Apesar disso, cabe salientar que não existe homogeneidade discursiva e que cada um deles possuía uma escrita específica. Da mesma forma, o grupo Claridade procurou trazer à tona a caboverdianidade a partir da influência dos regionalistas, sobretudo, aqueles alinhados com a teoria de Gilberto Freyre. Mas devemos observar que não se trata de mera cópia do modelo brasileiro, os cabo-verdianos trataram de produzir uma literatura particularista que diferenciava Cabo Verde dos demais espaços africanos.

Portanto, se faz necessário perceber como o grupo Claridade estruturou o conceito de caboverdianidade, isto é, defendeu um modo de ser cabo-verdiano, quais problemas isso implica e, sobretudo, as confluências literárias entre a obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, e as produções claridosas. Destacamos que o regionalismo brasileiro é problemático em

diversos sentidos, tais como o culto ao discurso da miscigenação, a vitimização da população nordestina, a nostalgia à velha ordem social escravocrata e etc. É viável conceber que ao importar o modelo brasileiro, a literatura claridosa estava predisposta aos mesmos problemas que esta estava inserida.

A escolha da obra *Vidas Secas* de autoria de Graciliano Ramos se deu devido à complexidade do romance e do engajamento do autor alagoano. Ele foi influenciado pelo socialismo e isso diferenciava sua escrita dos demais regionalistas, sobretudo de José Lins do Rego e Gilberto Freyre. Ressaltamos que o livro do brasileiro contém uma narrativa que se afasta da representação nostálgica para com a velha ordem social do Nordeste. Além disso, percebemos que o romance possui uma estrutura diferenciada no tocante a linearidade e a composição, o que torna atrativa para uma análise em comparação com as produções contidas na revista cabo-verdiana *Claridade*.

O grupo *Claridade* conseguiu formular um projeto identitário que reverbera até a atualidade. Sua literatura foi canonizada e é trabalhada no sistema de ensino oficial. Devido a isso se tornaram figuras obrigatórias nas pesquisas que visam analisar e problematizar os percursos identitários de Cabo Verde. Ademais, a presente pesquisa também possui relevância devido a sua contribuição para os estudos africanos que se preocupam em abordar as relações culturais entre o Brasil e o continente africano.

Infelizmente, o imaginário brasileiro costuma lembrar do continente africano apenas em momentos históricos ligados à escravidão, ignorando assim as diversas conexões entre os espaços que estão ligados de forma cultural e diplomática. Além disso, o Nordeste também é considerado uma região subalterna se comparada com o Sul e Sudeste, sendo necessário a realização de discussões que discorrem sobre as produções nordestinas e a influência delas em espaços além-mar.

## **CAPÍTULO 1 - CABO VERDE E BRASIL: TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS**

### **1.1 O histórico cabo-verdiano**

Os membros da Claridade compunham um grupo intelectual, nativo e privilegiado que começou a ascender socialmente após séculos de domínio da classe de proprietários de terras, majoritariamente brancos e metropolitanos, intitulados de morgados. Durante a maior parte da história do arquipélago, que oficialmente se inicia entre os anos de 1460 e 1462, com a chegada dos portugueses, as ilhas de Santiago e Fogo se tornam os locais de ocupação. São nestes dois espaços que a classe dos morgados inicialmente se consolida, em simbiose com o sistema escravocrata, que chegaria ao fim apenas em 1838. Devido a essa organização social pautada no regime da escravidão, a hierarquia nessas ilhas era muito rígida e a concentração de renda ficava nas mãos de poucos senhores brancos, enquanto a maior parte das pessoas vivia na pobreza e em quadro de servidão ou escravidão.

Esse regime começou a enfraquecer ao longo do século XVII, e sobretudo no XIX. Visto que o arquipélago possuía um clima propício para crises climáticas, estas causaram, paulatinamente, o enfraquecimento do sistema estabelecido pelos morgados, que viam suas plantações serem dizimadas pelas secas e a mão de obra ser vitimada pela fome, como pontua António Carreira (1972) acerca das crises de 1685 e 1704:

São no fundo, os aspectos mais correntes e comuns às diversas crises provocadas pelas secas no arquipélago através dos tempos [...] 1685-1689 – poucos detalhes se conhecem. Só em Santiago foram registradas 4000 mortes [...] 1704-1712 – A estiagem foi muito prolongada, sendo que durante 3 anos não choveu uma única vez (CARREIRA, 1972, p. 192).

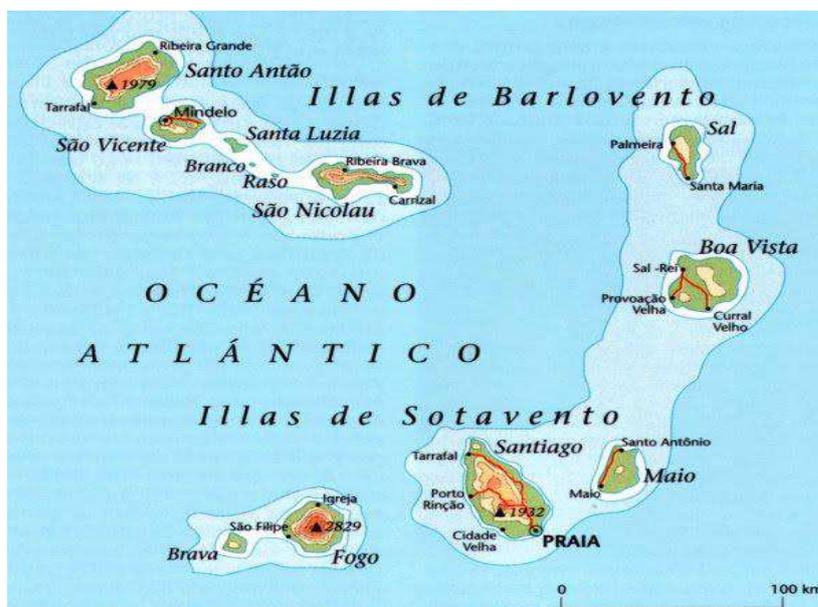
A partir de algumas ações, a coroa portuguesa também contribuiu para a diminuição da influência dos grandes proprietários de terras, tais como a abolição da escravidão e a ampliação da política de juros, isto acabou por expropriar grandes parcelas de terras da classe dos morgados, estes viam sua fortuna decrescer a cada década e, conseqüentemente, a influência política desse grupo estava sendo golpeada:

A decadência dessa classe dominante é acelerada pela política de juros levada a cabo pelo Banco Nacional Ultramarino [...] A política de juros praticada pelo banco (de 8% ao ano) é um indicador do divórcio de interesses entre as classes dominantes cabo-verdianas (grandes famílias de donatários) e as autoridades colonialistas. A maior parte das terras desses grandes proprietários transferiram-se para a propriedade do banco (ANJOS, 2006, p. 47).

É importante salientar que o enfraquecimento da classe dos morgados, somada ao retorno dos emigrantes e/ou dos seus familiares que acumularam dinheiro nos Estados Unidos, possibilitou a ascensão social de um novo grupo. Visto que os morgados não conseguiam arcar com as dívidas do Banco Nacional Ultramarino, eles viam seus bens serem tomados, enquanto os emigrantes mais abastados aproveitavam para comprar os espaços confiscados pelo Banco. Já acontecia a elevação de uma classe mestiça em detrimento dos ditos “brancos da terra”:

A partir da década de trinta, com o perigo da falência da agência do Banco Nacional Ultramarino, já que os seus clientes não saldavam as dívidas anteriormente contraídas, o governo e a administração do Banco resolveram hipotecar e vender os bens móveis e imóveis de seus devedores. Estes, na maioria, grandes proprietários e comerciantes, assistiram a perda de suas terras e posses. Neste período a ação dos emigrantes, diretamente ou através de familiares, desempenhou um papel importante. Os emigrantes que se encontravam nos Estados Unidos da América vão adquirir essas terras postas a leilão em hasta pública, transformando-se, assim, em grandes proprietários fundiários, geralmente antigos arrendatários, que vão aplicar suas poupanças na aquisição de propriedades rústicas, sem no entanto, modificar a estrutura agrária e as relações de produção. Houve, sem dúvida alguma, uma substituição de proprietários tradicionais por novos proprietários (FURTADO, 1993, p. 128-129 apud CARVALHO, 2019, p. 252).

Neste contexto de crise, que já se arrastava desde o século XVII e, seria drasticamente acentuado entre os séculos XVIII e XX, Portugal desejava potencializar a ocupação das outras ilhas do arquipélago, isso inclui as de Barlavento. As ilhas de Barlavento tiveram uma ocupação tardia, no caso da ilha do Sal, rica em cloreto de sódio que era explorado pela metrópole, só passou a ser expressivamente ocupada no século XX. São Nicolau registra povoamento desde 1461, mas o ritmo populacional, composto por mestiços donos de pequenos lotes de terras, só cresceu no século XX. Essa ilha possuía uma economia diversificada, pois os moradores criavam animais, plantavam algodão e a purgueira. Em 1790, houve a introdução do café que se tornou muito importante para a economia da ilha, posteriormente a cana de açúcar e o milho o substituíram (HERNANDEZ, 2002).



Fonte: sitesgoogle.

Em Boa Vista havia alguns grupos desde o século XVI, mas nada expressivo. Somente em 1650 é que uma lenta ocupação se inicia, esse processo acontece devido a descoberta do sal natural presente na ilha que será um pilar da economia, inclusive até o século XIX exportará grande quantidade para o Brasil. A partir de 1950 a pesca passa a ser uma atividade de extrema importância para Boa Vista. A população desta ilha é composta por muitos brancos originários da Inglaterra, Portugal, Itália, Castilha e França. A escravidão também se fez presente, pois ainda no século XIX é lá que se concentra o maior número de escravizados do arquipélago (HERNANDEZ, 2002). O que demonstra certa diferença das demais ilhas de Barlavento, caracterizadas pela pouca presença da ordem escravista.

São Vicente, ocupada timidamente a partir de 1795 não possuía um solo propício para a agropecuária, portanto importava gêneros alimentícios das outras ilhas. No século XIX passou a ter seu carvão explorado por uma série de companhias inglesas, o que possibilitou a criação do Porto Grande do Mindelo, que movimentou a economia da ilha por meio das atividades comerciais. Enquanto Santo Antão, entre os séculos XVII e XVIII foi dividida entre diversas famílias, sobretudo as compostas por habitantes mais empobrecidos de Cabo Verde, que deveriam pagar taxas anuais. Estes passaram a plantar café, cana de açúcar, algodão e banana. A partir do século XIX, a ilha passou a receber imigrantes judeus de origem francesa e portuguesa, estes eram comerciantes. Esse grupo teve acesso à terra por meio de parcerias muitas vezes desiguais que transformavam os trabalhadores rurais em grupos ainda mais

subalternizados. Devido a isso com o passar do tempo se tornaram grandes proprietários de terras (HERNANDEZ, 2002).

As tentativas de ocupar São Vicente datam do século XVIII, mas é somente no século seguinte que esta ascende como um importante polo econômico e cultural de Cabo Verde, devido às atividades portuárias. O Porto Grande do Mindelo era itinerário obrigatório para os navios que tinham como rumo o continente africano. “Dessa forma, desenvolve-se o comércio, favorecendo um significativo crescimento populacional” (HERNANDEZ, 2002, pp. 31-32). A ilha de São Vicente, devido a sua ocupação mais recente, não foi estruturada na hierarquia rígida entre morgados e classes populares, comum nas ilhas de Santiago e Fogo, o que possibilitou diferenças sociais relevantes:

A partir do século XIX, começa a formar-se na ilha de S. Vicente, um habitat à volta do Porto Grande. Cada vez mais concentrado, em poucas décadas este habitat converte-se na entidade urbana, que seria a cidade do Mindelo. [...] O carvão, combustível pesado, que impõe escalas obrigatórias à navegação transatlântica, eleva S. Vicente a entreposto estratégico, com as companhias carvoeiras a tirar vantagem do seu porto abrigado e de águas profundas. Ao contrário das citadas urbes de Sotavento [as ilhas de Santiago e Fogo], o desenvolvimento do Mindelo não depende do tráfico escravocrata e do sector que lhe é complementar, a saber, a exportação de produtos agro-pecuários (SILVEIRA, 2005, p. 53).

Portanto, Mindelo se torna uma cidade movimentada e passa a atrair mais investimentos. A partir disso surge a oportunidade para a formação de um grupo que também é fruto do sistema de ensino patrocinado por Portugal. Os membros privilegiados da sociedade passam a ver a educação como forma de ingresso no quadro administrativo colonial e como um meio de manter o padrão de vida ao menos confortável.

Até a metade do século XIX não podemos falar de um sistema de ensino consolidado. Infelizmente os esforços de instalação fracassavam, entretanto, a primeira escola primária foi criada na cidade da Praia em 1817. Entre os anos 1841 e 1842 já funcionavam 12 escolas oficiais em Cabo Verde, e o ensino secundário foi iniciado apenas na segunda metade do século XIX (ANJOS, 2006). Cabe ressaltar que o ensino secundário foi situado em Mindelo, local onde a revista *Claridade* surgiu.

O grupo minoritário que possuía acesso à educação conseguia às vezes ocupar cargos na administração, não só em Cabo Verde, mas em outras colônias também. Visto que, devido às crises climáticas, era inviável que houvesse por parte das classes dominantes uma acumulação expressiva de recursos financeiros, a intelectualidade passou a ser o grande diferenciador social. O marcador que delineava a formação de uma nova elite nativa era a

atuação de uma minoria letrada que procurava produzir ensaios, poemas e livros. Consequentemente, a *Claridade* surge nesse contexto.

Mas é durante o século XX que Mindelo já não representa mais o símbolo de desenvolvimento econômico de Cabo Verde. Seu porto é superado pelos de Dakar e Las Palmas (SILVEIRA, 2005). A cidade entra em uma crise sem precedentes com muitos desempregados e famintos. Apesar disso, a *Claridade* continua a situar a ilha como um grande polo de produção literária e, portanto, a intelectualidade local pretendia manter o status cultural diferenciado de Mindelo. Neste contexto, a revista *Claridade* é fundada em 1936 e, ao longo das décadas de 1930-1960, irá abordar problemáticas atreladas à fome, às secas e à crise econômica. Eles procuravam representar o drama do sujeito cabo-verdiano ligado ao ambiente árido das ilhas.

Ao passo que neste contexto, a ditadura salazarista (1933-1974) promove os ventos da censura e a retaliação nas colônias africanas, fica cada vez mais perigoso fazer críticas enfáticas às dificuldades do povo de Cabo Verde. Emitir opiniões contrárias a política do império passa a significar uma forma de atentar contra a independência de Portugal (CABAÇO, 2009). O salazarismo, ou Estado Novo português, está inserido no contexto da ascensão dos regimes fascistas na Europa, característica do continente durante o século XX. Este regime só chegou ao fim com a Revolução dos Cravos, em 1974, que também possibilitou as independências das então colônias na África de colonização lusa. Durante o século XX, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) fazia diversas vítimas e censuraria veículos jornalísticos que manifestassem qualquer oposição ao salazarismo, mas como a *Claridade* estava pouco interessada em fiar relações com o colonialismo, não foi censurada e reinou quase sozinha na primeira metade do século XX.

Ao longo dos nove volumes da revista a tradição literária do grupo girou em torno de temas como o discurso da mestiçagem, a cultura popular, os problemas climáticos, a emigração e diálogos com o Brasil. De modo geral, o arquipélago tem sofrido historicamente com as secas, pois possui uma pluviosidade irregular. Estima-se que dos 403.300 hectares constituintes do território, 54% são improdutivos. Assim, as elites do século XVII e XVIII adotaram um modelo de organização econômica diferenciado das demais colônias, onde o comércio se destaca como elemento basilar (MADEIRA, 2018). Apesar disso, o estado de pobreza e as crises climáticas eram recorrentes:

O primeiro sintoma das fomes é dado pela dimensão das estiagens. Quando, outrora, estas se prolongavam demasiadamente, os alimentos começavam a escassear e os departamentos oficiais responsáveis entravam em discussões estéreis que a nada conduziam, algumas delas de natureza política ou de puros conflitos de competência, emperrando a remessa de socorros para os

famintos, então o cabo-verdiano buscava a única solução ao seu alcance: a emigração (CARREIRA, 1976, p. 38).

De fato, um número expressivo de cabo-verdianos opta pela emigração a procura de ascensão social. A ponto de a emigração se tornar um dos elementos mais simbólicos da identidade do arquipélago. Durante a primeira metade do século XIX, quando Cabo Verde ainda era uma colônia lusitana, surgiram as primeiras leis sobre as emigrações. Uma série de decretos foram criados. Portanto, para alguém emigrar de forma legal, era preciso que a pessoa estivesse em determinada idade, comprovasse serviço militar, contrato de prestação de serviço etc. Isso tudo foi um esforço para combater as emigrações consideradas clandestinas (CARREIRA, 1976).

## 1.2 Cabo Verde, Nordeste brasileiro e regionalismo

A ideia de identidade cabo-verdiana, isto é, a caboverdianidade, teve como seus principais idealizadores, os intelectuais ligados à revista literária *Claridade* (1936-60). Sendo seus fundadores Baltasar Lopes, Manuel Lopes e Jorge Barbosa, eles nunca negaram a influência dos escritores brasileiros tais como Gilberto Freyre, Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Manuel Bandeira etc.

Tenhamos em conta isso. Os livros da nação brasileira alargaram-se de mão em mão no momento em que os jovens intelectuais cabo-verdianos descobriram a urgência de rigorosa objetividade socioliterária. E enquanto recebiam o sopro da consciencialização política alastrando pelo mundo em luta contra as oligarquias que a golpes de força assaltavam o poder, por intermédio de aventureiros políticos [...] esses jovens intentaram libertar-se dos processos estereotipados das gerações precedentes [...] (FERREIRA, 1973, pp. 255-256).

De fato, o Brasil vivenciou transformações políticas e sociais importantes a partir da década de 1930. Apesar da ascensão de Getúlio Vargas à presidência da república a situação do país continuava difícil. O Nordeste, recorte geográfico criado a partir da década de 1910 e reforçado entre os anos 1920-30 pelo trabalho dos estudiosos da cultura popular, que já vinham de um processo de decadência econômica desde o século XIX, estava relativamente abandonado durante o século XX, e isso permitiu que uma literatura regional preocupada em expor o drama das pessoas, causado pelas secas e pelos mandos e desmandos das velhas oligarquias, fosse colocada em prática. Dessa forma, a região Nordeste emerge tendo como características principais:

[...] a sua natureza, marcada pela ocorrência das secas periódicas e pela rústicidade da formação de caatinga, pela paisagem sertaneja, árida e rústica; e a sua cultura diferenciada, em relação a outras áreas do país, cultura que teria preservado sua autenticidade, que representaria as próprias raízes da cultura brasileira, por não ter sofrido os influxos deletérios da imigração estrangeira. Uma cultura que seria a expressão das nossas raízes ibéricas e da mestiçagem cultural entre as contribuições das três raças formadoras de nossa nacionalidade. Cultura que teria sua melhor expressão nas matérias e formas de expressão populares, nas manifestações culturais das populações rurais ou sertanejas, nos rituais, lendas, contos, poesias, danças, manifestações religiosas, festas, tradições, superstições, na literatura oral, presentes num passado que estaria ficando para trás, na sociedade patriarcal que vinha desaparecendo sob o impacto da modernidade, da sociedade urbana, impacto, do mundo da técnica e do dinheiro da sociedade burguesa e da economia capitalista (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 39).

Como visto na citação acima, a região Nordeste surge como um espaço em risco, um território que deve ser preservado. A partir disso o regionalismo aparenta ser um movimento conservador que deseja que a “cultura” de um “povo” não sofra mudanças. É importante frisar que essas características citadas acima, muitas pertencentes a estados específicos, serão generalizadas para toda uma região. Movimento parecido com o que vemos na Claridade, que elegerá as características das ilhas de Barlavento como centrais para a identidade de Cabo Verde.

Na década de 1930 alguns setores da classe média brasileira desejavam mais atuação política, maior investimento em modernização industrial e na formação de cidadãos conscientes, viabilizada por maiores preocupações com respeito ao sistema educativo, pretendiam também eleições democráticas e ampla liberdade de expressão (FAUSTO, 2013). Ainda assim, Getúlio Vargas centralizou o poder em torno do executivo e não houve grandes alterações no sistema político até 1937. Daí em diante, com o Estado Novo brasileiro, Vargas estabeleceu um regime político problemático composto pela censura, tortura, perseguições etc. Entretanto, “a oposição, silenciada nos primeiros anos do Estado Novo, concentrou-se nos setores letrados da classe média urbana” (FAUSTO, 2013, p. 102).

A literatura realista regionalista se tornou uma das formas de denúncia e resistência, trazendo à tona a situação das pessoas que viviam na parte mais empobrecida do país. De modo que não se defendia mais o intelectual isolado, desligado da realidade, nem se aceitava a prática da arte pela arte. O momento exigia uma literatura e arte social que servissem como instrumentos de ações partidárias e que defendessem reformas políticas que pareciam a todos

urgentes e necessárias. Essa tendência se evidenciaria de forma mais nítida dos anos 1930 em diante (COSTA, 1999).

Em Cabo Verde havia problemas parecidos, o arquipélago era território colonial de Portugal desde 1460, devido ao processo de colonização diferenciado dos demais territórios africanos, os cabo-verdianos eram considerados cidadãos lusos, e, portanto, durante o século XX, uma classe média letrada passou a reivindicar melhorias sociais para o espaço. Apesar disso, o clima no império português era péssimo, devido a instalação da ditadura fascista de Salazar, o Estado Novo Português (1933-74).

Cabo Verde e as demais colônias lusas em África, sofriam tanto com o colonialismo quanto com o fascismo e a ditadura. Apesar das críticas da opinião pública mundial, após a Segunda Guerra Mundial, contra o colonialismo, Portugal teimava em abrir mão dos territórios colonizados ou flexibilizar as regras coloniais:

Apesar do contexto descrito de crise geral dos sistemas coloniais e entre a própria metrópole portuguesa e suas colônias, o regime de Salazar insistia na manutenção das antigas estruturas do sistema de dominação direta, recusava a adoção do modelo britânico da indirect rule (VILLEN, 2013, p. 31).

Dessa forma era necessário que um movimento de denúncia surgisse dentro das próprias colônias. Os intelectuais cabo-verdianos passaram a se organizar para debater alguns temas importantes, tais como as estiagens, a emigração, a desigualdade social etc. “Para isso os claridosos vão encontrar na literatura do Realismo Nordeste Brasileiro um modelo a seguir” (SEMEDO, 1995, p. 36). Em Cabo Verde, durante o século XX, surgiram revistas literárias preocupadas em expor as problemáticas do meio, entre elas podemos citar o movimento Certeza e o grupo Suplemento Cultural, porém estes veículos foram censurados pelo Estado Novo Luso, sobrando a Claridade. Esta conseguiu estabelecer uma tradição literária longa, de 1936 a 1960. O que demonstra que não desagradava o salazarismo, caso contrário ela seria censurada.

A Claridade procurou defender um possível jeito de ser cabo-verdiano, assim como os regionalistas do Nordeste defendiam o sujeito nordestino. Para esse projeto ambos os grupos lançaram mão da cultura popular, dos problemas e do cotidiano das pessoas. No Brasil, Gilberto Freyre foi um grande idealizador dos regionalismos. Este estava preocupado com a proteção das ditas tradições que estariam ameaçadas pela ordem moderna e burguesa. Como bem pontua Durval Albuquerque Júnior:

A procura por uma identidade regional nasce da reação a dois processos de universalização que se cruzam: a globalização do mundo pelas relações sociais e econômicas capitalistas, pelos fluxos culturais globais provenientes da modernidade, e a nacionalização das relações de poder, sua centralização nas mãos de um Estado cada vez mais burocratizado. A identidade regional permite costurar uma memória, inventa tradições, encontrar uma origem que religa os homens do presente a um passado, que atribuem um sentido a existência cada vez mais sem significado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 90-91).

Assim, o regionalismo surge como resposta à ameaça burguesa, além disso, aparece como contradiscurso a um Estado preocupado em fortalecer as atividades industriais do Sudeste, enquanto o Nordeste sofria com as crises econômicas e climáticas. A partir daí, diversas manifestações culturais, tais como a literatura, pintura, música, e filmes terão papel importante na construção da identidade nordestina. José Lins do Rego, influenciado pelos postulados de Gilberto Freyre, escreveu obras nostálgicas que representam a antiga ordem patriarcal da região, valorizavam o passado e criticavam o contexto do século XX. Jorge Amado, influenciado por ideais socialistas, fala de um Nordeste pobre, sem oportunidades e criticava ao mesmo tempo a ordem burguesa. Graciliano Ramos leva essa crítica ao extremo, pincelando o povo nordestino como animalizado, pobre e sofrido. Este autor, diferente de José Lins, não exalta o passado paternalista, detestava a ordem patriarcal assim como a burguesa. O que significa que não podemos falar de um regionalismo, mas de diferentes formas de pensar o regionalismo que variam na escrita de cada autor.

Já o regionalismo à moda claridosa, não queria criticar a ordem burguesa como faziam os brasileiros, pelo contrário. Os claridosos clamavam pela melhoria social do arquipélago, eles queriam oportunidades sociais, melhoria econômica e desenvolvimento. Idealizavam a emigração para os Estados Unidos da América, o maior expoente do capitalismo global. O que desejamos ressaltar é que havia diferenças entre os projetos regionalistas, tanto a nível de Brasil, como em comparação entre nós brasileiros e os cabo-verdianos. Mas se tem algo que ambos os projetos possuem em comum, é que o regionalismo, assim como qualquer outro discurso de identidade, é construído pela oposição entre determinados territórios ou sujeitos.

Estes intelectuais, preocupados com projetos identitários, tanto no Nordeste brasileiro quanto em Cabo Verde, teriam feito um esforço exaustivo de levantamento das características da natureza, da história econômica e social da área. Eles procuraram elaborar uma memória cultural que pudesse solidificar a imagem da região (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). No caso da região Nordeste, esta nasce ligada ao discurso das secas:

O termo Nordeste é usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCs), criada em 1919. Neste discurso institucional, o Nordeste surge como a parte do Norte sujeita às estiagens e, por essa razão, merecedora de especial atenção do poder público federal. O Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio colocá-la como o problema mais importante desta área (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 81).

Portanto, a recorrência das secas em determinadas áreas deu lugar a um discurso generalizante sobre o Nordeste. Apesar disso, Gilberto Freyre, foi o responsável por defender a existência de outro Nordeste, o que não sofria com as secas. A produção sociológica de Freyre, assim como a dos romancistas de trinta, colaborou com a formação de uma memória que visava resgatar um suposto passado. Além disso, estes romances ainda hoje formam a subjetividade das pessoas em torno de temas sensíveis como a escravidão, a desigualdade de gênero e a estética da fome (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). No caso de José Lins do Rego, contribui até mesmo para a valorização da sociedade patriarcal e escravista. Todas essas características chamaram a atenção da Claridade, pois, alguns destes intelectuais possuíam uma educação metropolitana, eles não queriam findar com o colonialismo e provavelmente por isso não foram censurados pelo salazarismo.

Cada regionalista nordestino, à sua maneira, possuía algo que interessava aos claridosos. José Lins do Rego escreveu um registro intenso do cotidiano do povo paraibano. O escritor soube valorizar a infância de uma criança nordestina em **Menino de engenho** (1932), mas também a drástica mudança social de um mundo que se desfazia na pobreza em obras como **Banguê** (1934), **Moleque Ricardo** (1935) e **Usina** (1936) (BOSI, 2017). De longe, José Lins é um dos regionalistas mais influenciados por Gilberto Freyre:

A recriação que faz da sociedade de sua infância não é, no entanto, crítica. A evocação é nostálgica. A infância e o engenho surgem como presenças vivas, sempre atuais a oporem-se constantemente à realidade nova. Só nesta paisagem social seus personagens e ele próprio parecem se reconhecer (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 149).

Destarte, José Lins não era crítico à antiga ordem social, pelo contrário, ele sentia falta da época em que o Nordeste era governado por senhores de engenho, em que a hierarquia entre brancos e negros era o padrão, a mulher como objeto masculino e etc. Ele se torna mais crítico quando passa a escrever sobre o ambiente citadino e a ordem capitalista. Em **Moleque Ricardo**, critica o movimento operário e o trabalho assalariado, também representa a cidade como um

ambiente de constante carência, descrevendo negativamente a vida dos assalariados nos bairros pobres.

O autor pincelou os líderes políticos ligados à política sindical como oportunistas que ganhavam fama e dinheiro às custas do povo. Para Lins, a velha ordem é a única que serve, ou seja, a vida no interior, tendo a liderança de um coronel fazendeiro que controla toda uma região, tendo diversas pessoas como seus agregados, repercutindo a ordem escravista e patriarcal comum ao período colonial e imperial do Brasil.

Já Graciliano Ramos fundamentava sua escrita em ideias marxistas, que não concordavam com a visão freyriana de José Lins. Ramos procurou produzir obras focadas na relação conflituosa entre o homem e o ambiente geograficamente hostil do sertão nordestino. Este autor escrevia de forma crítica e militante, o que o fazia criar protagonistas que não aceitavam o mundo, seres resilientes. Em obras como **São Bernardo** (1934) e **Vidas Secas** (1938), o meio geográfico é captado como hostil enquanto o personagem atua como um lutador nesse meio perigoso, representado como emigrante em *Vidas Secas*, sendo esta última obra um retrato do drama familiar, demonstra o sofrimento causado pelas secas e pela desigualdade social (BOSI, 2017).

Apesar de rejeitar a velha ordem colonial e a nova ordem burguesa, a escrita de Graciliano Ramos beira ao vitimismo do sujeito nordestino, uma vez que o rebaixa a categoria de animal, rústico e ignorante ao extremo. As obras do autor demonstram sua inquietação com o mundo velho e novo, portanto, é como se este estivesse pairando à procura de uma nova forma de organização do mundo, típica de uma consciência mais revolucionária, situada à esquerda.

De modo geral, a literatura regionalista procura pincelar a região Nordeste como o elo frágil do capitalismo no Brasil. Se São Paulo, Rio de Janeiro e o Sul significavam as maravilhas capitalistas, o Nordeste aparece como a região precária do país (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). A literatura procurou mostrar um Brasil arcaico, uma possível essência brasileira. Enquanto o Sul/Sudeste eram descritas como regiões repletas de estrangeirismos e com uma população europeia.

Já os intelectuais cabo-verdianos, ao invés de rejeitar a ordem burguesa e preocupados também em expor as mazelas sociais do espaço, procuraram denunciar o Estado colonial por não desenvolver as ilhas. É importante frisar que o século XX foi dramático no arquipélago, pois muitas pessoas foram vitimadas pela seca que causava a fome generalizada dos habitantes, mas penalizava principalmente os grupos sociais mais empobrecidos:

À semelhança das décadas anteriores, durante a primeira metade do século XX, Cabo Verde foi duramente devastada pela seca, saldando-se na morte de milhares de pessoas por causa da fome. Neste período, ao contrário das décadas anteriores, outros destinos de emigração além dos EUA, para países europeus como Portugal, Holanda, França e para outros países africanos como Angola e Senegal. São Tomé e Príncipe também se destacou como destino de emigração, mas as pessoas foram levadas enquanto trabalhadores contratados para as roças agrícolas (CARVALHO, 2019, p. 252).

Devido a esses problemas, ficou visível que Cabo Verde era um território de carência constante. Aliás, apesar de ser considerado uma extensão de Portugal e sua população ser considerada civilizada e cidadã, os intelectuais não notavam na prática os benefícios de tais afirmações. Por isso eles passaram a cobrar uma postura desenvolvimentista do império lusitano, ou seja, clamavam por um regime político que prezasse pela melhoria social das ilhas:

[...] esboça-se um cabo-verdianismo que encerra uma crítica à potência colonizadora, por sua incapacidade em tentar livrar o país do atraso e da decadência, colocando-o na trilha do progresso econômico, por meio da criação de condições capazes de emparelhá-lo com as nações européias. Nesse momento, a perspectiva economicista prevalece em relação às ideias de autonomia política. Prepondera uma posição que, longe de propor uma ruptura com o instituído, reafirma os mecanismos estruturais que objetivam o ajustamento do sistema. Transparecem, dessa forma, anseios de mudança contidos na proposta de uma solução portuguesa para administrar o arquipélago (HERNANDEZ, 2002, p. 120).

A elite cabo-verdiana possuía um projeto de manutenção do colonialismo, mas com viés de modernização da estrutura econômica. Durante muito tempo as produções farão críticas tímidas ao colonialismo, focando somente na crise portuária, nas secas e na pobreza. Entre os anos de 1950 e 1960, é que os intelectuais deixam de considerar esses males como os únicos problemas e passam a um clima de maior criticidade. Porém, o movimento claridade se encontrava em estreita ligação com o pensamento de sua época (HERNANDEZ, 2002).

Apesar disso, a claridade foi alçada, no contexto de pós-independência, como grande fenômeno gerador da identidade nacional do país. Impulsionada pelo sistema de ensino, os intelectuais foram canonizados e reconhecidos como grandes defensores da ideia de Nação, antes da independência. Todavia, há poucos sinais de que a Claridade tenha sido opositora ao colonialismo lusitano, na verdade a ruptura que este grupo empreendeu foi sobretudo estética.

Eles produziram uma literatura diferente dos predecessores. As expressões literárias pré-claridade<sup>1</sup> inspiravam-se nas advindas da Europa, procuravam aproximar-se do barroco, utilizando uma linguagem culta e com temas que pouco tinham a ver com a realidade do espaço. A Claridade efetivamente procurou se aproximar da linguagem popular, da língua crioula e valorizou as expressões culturais das classes populares. Embora tenha ignorado temas caros a sociedade, tais como a questão do acesso à terra, que inclusive gerou diversas revoltas em Cabo Verde. A claridade se aproximou do modernismo e regionalismo brasileiros, utilizando os métodos dos escritores do Brasil (ANJOS, 2006).

Tanto os brasileiros como os cabo-verdianos, trataram de elencar a natureza como caracterização do espaço de que representam na literatura. “A natureza, assim, não será apenas a causa da beleza e da grandeza nacional; é preciso mostrá-la também como o que caracteriza o país, o que lhe dá fisionomia própria” (CARVALHO, 2005, p. 51). Além disso, a população dos respectivos espaços é caracterizada de forma a contrastar com uma outra região. No Brasil, a população nordestina seria mestiça, diferente da grande parcela de europeus no Sul. Já os cabo-verdianos também seriam mestiços e diferentes das etnias africanas do continente. Para Gilberto Freyre, grande defensor do regionalismo, a mestiçagem era o fator basilar da sociedade brasileira:

A identidade nacional, em Freyre, aparece ligada a estes dois temas: o da mestiçagem e o da tropicalidade. Em ambos, o Nordeste deixava de ocupar uma posição de subalternidade na formação da nacionalidade [...]. O mito da mestiçagem transforma a construção da identidade nacional num processo de homogeneização cultural e étnica. O Brasil, assim como o Nordeste, é pensado como o local do fim do conflito, da harmonização entre raças e culturas, e para isso concorriam três raças formadoras da nacionalidade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 111).

O sociólogo brasileiro defendia o protagonismo do Nordeste na formação da identidade brasileira. Além disso, ele procurou exportar sua teoria para os espaços de colonização lusitana em África e na Ásia. Em 1940, publicou **O mundo que o português criou**, onde defendia a

---

<sup>1</sup> Os pensadores anteriores à Claridade também defendiam um outro projeto para a identidade do arquipélago. Havia o culto ao mito de Atlântida, a cidade mitológica que teria se desenvolvido rapidamente, mas que por algum motivo teria desaparecido. Intelectuais cabo-verdianos como José Lopes e Pedro Cardoso chegaram a produzir poemas inspirados nas histórias europeias para formular um possível mito fundador para Cabo Verde. Supostamente as pequenas ilhas seriam os pedaços da cidade de Atlântida. Essa narrativa aproximava ainda mais a colônia do continente europeu e, portanto, era uma tentativa dos nativos de valorizar seu território dentro do sistema de convenção lusitano. Tal atitude também é reflexo do ensino empregado em Cabo Verde, visto que a lenda de Atlântida pode ter sido conhecida a partir das obras de Platão que eram estudadas no Liceu. A narrativa em Cabo Verde defende que os atlântis teriam previsto sua destruição e por isso migraram para o continente africano, os cabo-verdianos foram concebidos como os seus descendentes (DUARTE, 2020).

unidade cultural dos territórios colonizados por Portugal. A Claridade parecia concordar com esse argumento pois estava de encontro com este discurso. Os regionalistas, tanto Lins, quanto Ramos, construíram suas narrativas tendo como protagonista o homem mestiço. José Lins do Rego, em **Moleque Ricardo**, pincelou o mestiço como sendo virtuoso, servil e honesto. Graciliano Ramos, em **Vidas Secas**, representou o caboclo Fabiano como sendo rústico, animalizado, ignorante e infantil. Jorge Amado, em **Mar Morto**, trouxe à tona Guma como o mestiço sensual, belo, honrado, corajoso e iletrado. O regionalismo literário muitas vezes reforçava as ideias a respeito da população do Nordeste:

O ‘romance de trinta’ opera pela elaboração de personagens típicos, de tipos que falam do que consideram experiências sociais fundamentais, que constituíam identidades típicas do regional. São personagens exemplares que devem promover a própria identificação do leitor com os seus comportamentos, valores, formas de pensar. São personagens que pretendem ser reveladores de uma essência do ser regional ou de lugares sociais bem definidos (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 128).

Apesar disso, sabemos que não existe essência alguma quando falamos da identidade de um povo. Na verdade, a linguagem atua por meio da repetição, a ponto de acreditarmos que determinados argumentos são naturais (SILVA, 2014). O discurso da mestiçagem, tanto no Brasil quanto em Cabo Verde, parece mascarar problemas sociais sérios. No Brasil, a narrativa procurou diluir os elementos das culturas africanas, ignorando que existiam relações de poder, sendo os elementos negros considerados inferiores aos brancos (MUNANGA, 2020). O que gerou a falsa ideia de unidade racial brasileira, contrariada diariamente pelos diversos casos de racismo e o alto índice de mortalidade da juventude negra no país.

Em Cabo Verde parece que o discurso estabelecido adveio do próprio colonialismo luso. Preocupado em defender-se das acusações de racismo, Portugal procurou mostrar ao mundo que seus territórios em África eram diferenciados, Cabo Verde se tornou a colônia modelo (NETO, 2009). A Claridade, entretanto, não é a única que defendia a mestiçagem como pilar da caboverdianidade. O tema parece ser partilhado por diversos intelectuais com diferentes posicionamentos políticos. Como acontece com Onésimo Silveira, crítico da claridade, mas que concorda que o mestiço aparece como um sujeito agente de mobilidade social e responsável pela homogeneidade étnica em Cabo Verde que evita que conflitos étnicos apareçam no território, diferenciando-se, assim, de outros espaços do continente africano (SILVEIRA, 2005).

O Brasil, com sua identidade mestiça, passou a ser um grande exemplo para os caboverdianos. Obviamente, os regionalistas, contribuíram para que essa narrativa fosse sendo constantemente reproduzida até sua completa naturalização pela sociedade brasileira. A Claridade parece ter feito um trabalho parecido em Cabo Verde, e os grandes fomentadores desse pensamento foram Gilberto Freyre e o patrocínio do Estado salazarista. Sem dúvidas, um dos maiores consensos entre os regionalistas do Brasil e os de Cabo Verde se dá em torno do discurso da miscigenação.

### 1.3 Graciliano Ramos: um literato no espírito do seu tempo

O autor nasceu em Quebrangulo no estado de Alagoas, em 27 de outubro de 1892. Fez parte de uma família de classe média e viveu alguns anos migrando para outras cidades do Nordeste brasileiro e para o Rio de Janeiro. Graciliano Ramos foi comerciante, jornalista, professor e escritor. Desde muito cedo ele se mostrou preocupado em acompanhar os acontecimentos mundiais, pois na década de 1920, o romancista estava interessado no desenrolar da Revolução Russa (1917), isso era possível devido a assinatura dos jornais do Rio de Janeiro que debatiam o tema. O autor costumava falar sobre Lênin para seus alunos do colégio Sagrado Coração localizado na cidade de Palmeira dos Índios (MORAES, 2012).

Apesar de vir de uma família com certos recursos, a vida profissional de Ramos não era fácil, devido ao contexto brasileiro na década de 1920, onde o comércio oscilava conforme a inflação e a produção algodoeira. Além disso, a produção de café no Sudeste enfraquecia a recuperação do Nordeste. A região ainda precisava lidar com as secas que potencializavam as correntes emigratórias para o Sul (MORAES, 2012). Naquele momento o país passava por grandes transformações:

A influência da Revolução Russa se fez sentir nos grupos que se filiavam ao ideário socialista. A fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 25 de março de 1922, expressava o desejo do movimento operário de se organizar e atuar politicamente em função de nossa realidade. No plano estético, o fermento da contestação resultou na Semana de Arte Moderna, realizada de 13 a 20 de fevereiro daquele ano, no Theatro Municipal de São Paulo. O movimento modernista, que pretendia transformar a cultura em matéria-prima do projeto de redescoberta do Brasil, apresentava-se ao público de corpo e alma. No Nordeste, o Modernismo encontrava resistências no Centro Regionalista, fundado em Recife por Gilberto Freyre e voltado para a preservação das tradições e dos valores da região. [...] Graças à assinatura de jornais do Sul, Graciliano se inteirou da repercussão da Semana e de seus

desdobramentos. [...] Não pouparia os modernistas de ácidas críticas [...] (MORAES, 2012, p. 58).

As principais críticas de Ramos aos modernistas são a respeito de que os poemas e romances são curtos, a gramática da língua portuguesa foi “afrouxada”, os estrangeirismos são comuns e o modernismo criou um grupo muito seletivo situado ao Sul do país (MORAES, 2012). Apesar disso, a literatura de Graciliano não se enquadra totalmente na proposição da corrente regionalista do sociólogo Gilberto Freyre, uma vez que o romancista detestava a ideia de cultivar a antiga ordem social vigente no Nordeste:

Enquanto José Lins do Rego esteve bastante próximo da sociologia de Gilberto Freyre, traduzindo-a em versão ficcional, o autor de *Vidas Secas* procurou outro ponto de vista, distinto da perspectiva senhorial da casa grande. Diferentemente de Jorge Amado, que em sua militância política abraçou as diretrizes do chamado ‘realismo socialista’, Graciliano optou pelo ‘realismo crítico’, que reflete com distanciamento sobre a sociedade brasileira, para além das boas intenções da literatura engajada. Assim, sem as simplificações comuns em José Lins do Rego ou Jorge Amado, sua obra é sofisticada, de extração erudita, e transpõe para o solo nordestino as inovações do moderno romance europeu (MARQUES, 2017, p. 22).

Já outros autores posicionam Graciliano Ramos como um autor influenciado pelo marxismo, portanto seria integrante da tradição literária ligada ao “realismo socialista”. Essa vertente estaria preocupada em expor as mazelas sociais, invertendo a leitura nostálgica de valorização do Nordeste patriarcal, à moda de Lins do Rego, de modo que podemos posicionar a literatura de Ramos à esquerda (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

Era costumeiro no processo criativo de Graciliano Ramos a criação de contos que posteriormente se transformaram em livros. Foram os casos do conto **A carta** que tornou-se o livro **São Bernardo** (1934), **Entre grades** que gerou **Angústia** (1936) e o conto **Baleia** que deu origem à **Vidas Secas** (1938). De modo geral, a ficção do romancista desejava representar a crueza do ser humano, ou seja, procurava pincelar o homem e a mulher nordestina como alguém inserido em um ambiente rústico e difícil. Esse tipo de literatura não passaria despercebida pelo Estado. A partir da década de 1930, o Ministério da Educação, na liderança de Capanema, assumiu uma postura de coordenação do campo cultural brasileiro, por meio disso foi iniciada uma série de concursos literários no qual os escritores deveriam produzir obras que contribuíssem para a identidade nacional. Inclusive Graciliano Ramos participou de alguns desses concursos (SANDES, 2011).

É importante salientar que Graciliano Ramos era simpatizante do comunismo e isso era considerado um problema para o governo Vargas. O autor foi preso em março de 1936 devido ao suposto envolvimento em atividades consideradas ilícitas (MARQUES, 2017). Em 1937, mal havia saído da prisão, ele foi premiado com o terceiro lugar em um concurso literário promovido pelo Ministério da Educação, o conto laureado foi **A terra dos meninos pelados** (SANDES, 2011). Entretanto, a situação da censura só se ampliaria com a chegada do Estado Novo brasileiro (1937-45), a intelectualidade brasileira corria sérios riscos, a literatura de Ramos, que dialogava tanto com a história como com a política, era um obstáculo ao autoritarismo. Uma das principais características da escrita do romancista é o diálogo com uma narrativa histórica que se diferenciava da história tradicional:

A história, em uma perspectiva tradicional, organiza o tempo segundo a ação dos personagens notáveis. Institui o 'sentido histórico' a partir de relações causais sempre marcadas pela intencionalidade dos sujeitos acrescidos de cores e formas distintas da vivência dos atores. Armado com seu pessimismo, o romancista prefere sempre encontrar no homem a marca de nascença de suas existências. Graciliano observa o mundo em escala reduzida. Apequena o homem em busca de verossimilhança (SANDES, 2011, p. 97).

De modo que as obras de Graciliano tendiam a um realismo que flertava com a história do povo nordestino, sobretudo com aquelas parcelas mais empobrecidas da sociedade. O autor buscou representar grupos marginalizados, como a família de Fabiano, protagonista da obra **Vidas Secas**. O próprio escritor deveria se sentir marginalizado, uma vez que nasceu em uma região que estava em crise constante e sua família fugiu da seca por diversos anos. O intelectual regionalista quase sempre se sente deslocado do centro de poder e de cultura. O que resta a ele é empreender uma denúncia dessa carência (ALBUQUERQUE JÚNIOR 2011). Esses elementos pessoais foram de grande ajuda para a formulação do discurso de Ramos:

Os discursos não se enunciam, a partir de um espaço objetivamente determinado do exterior, são eles próprios que inscrevem seus espaços, que os produzem e os pressupõem para se legitimarem. O discurso regionalista não é emitido, a partir de região objetivamente exterior a si, é na própria locução que esta região é encenada, produzida e pressuposta (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 34).

Portanto, a análise da obra de Graciliano Ramos se faz interessante para aqueles que querem acessar uma determinada forma de representação do Nordeste, que contribuiu para a

geração de uma identidade para a região, produzindo um ideal específico de ser da população local. Algo que teve impacto considerável na escrita do grupo claridoso, que procurou fazer o mesmo em Cabo Verde. Ambos os discursos tradicionalistas bebem da fonte da história e produzem memória acerca da localidade. A narrativa regionalista faz com que os sujeitos do presente se reconheçam nos fatos do passado e identifiquem a existência de uma determinada região. De modo que o discurso regionalista faz da história o processo de afirmação de uma identidade (JÚNIOR ALBUQUERQUE, 2011).

De modo que, neste contexto específico, o intelectual é um indivíduo que assume um papel público na sociedade. Ele é dotado de vocação para representar, dar corpo e articular as mensagens e pontos de vista para um determinado público. Existem diversos casos em que o intelectual de determinados espaços está imerso nos debates sobre nacionalismo, poder, revolução, tradição e etc. Os intelectuais têm sido pais e mães de movimentos sociais diversos (SAID, 2005).

## CAPÍTULO 2 – INFLUÊNCIAS A PARTIR DO BRASIL: O LUSO-TROPICALISMO E O REGIONALISMO LITERÁRIO BRASILEIRO

### 2.1 Gilberto Freyre: luso-tropicalismo e o apoio ao regime lusitano

Gilberto Freyre nasceu em 1900 na cidade do Recife, estado de Pernambuco, formou-se em sociologia e é considerado um dos maiores intelectuais brasileiros do século XX. O pesquisador mostrou preocupação com os estudos referentes à formação da sociedade brasileira, publicou **Casa Grande e Senzala** em 1933, considerado um clássico dos estudos sobre o Brasil. Freyre é mais conhecido mundialmente pelo seu discurso em torno da mestiçagem do que pela idealização do regionalismo característico das décadas de 1920-50 que influenciou um grande número de escritores do Nordeste do Brasil.

Outro conceito cunhado pelo autor foi o de luso-tropicalismo. Esta concepção era na verdade uma tentativa de exportação da sua teoria para os demais espaços de colonização portuguesa, sendo inclusive utilizado pelo país europeu para manter os territórios coloniais em África. De modo que podemos posicionar Gilberto Freyre como um aliado do regime imperialista lusitano, em um contexto de críticas ao colonialismo mundial.

Freyre estudou na Universidade de Columbia nos Estados Unidos, e desde cedo demonstrou certo desconforto com a ideia de que o sujeito negro presente no Brasil fosse biologicamente inferior ao branco. De modo que os seus estudos foram importantes para desconstruir as análises biologizantes acerca da categoria raça, direcionando a pesquisa para a dimensão cultural. Entretanto, é inegável que o sociólogo nutria certa nostalgia pela colonização portuguesa, sobretudo pela antiga ordem senhorial composta por senhores de engenho característica da região norte do Brasil colônia.

Preocupado em inserir a população negra na construção da identidade nacional, o sociólogo defendeu a miscigenação como elemento principal do povo brasileiro. É importante ressaltar que Freyre não foi o pioneiro no tocante ao debate da mestiçagem, tal discussão já existia antes do século XX. Porém, o sujeito mestiço era visto de forma muito pejorativa. Teóricos como Gobineau e Lebon argumentavam que os miscigenados eram seres que herdariam as características ruins das “raças” presentes no cruzamento. De modo que a miscigenação deveria ser evitada (SCHWARCZ, 1993). Isso é característico do século XIX, com as teorias pseudocientíficas que dividiam os humanos em raças distintas, tendo os brancos o status de seres mais evoluídos e os negros como os inferiores.

Dentro desse contexto, Portugal era visto, pelos vizinhos europeus, como um povo miscigenado e portanto também inferior, muitas vezes os lusos eram acusados de cometerem a cafrealização, ou seja, se misturar com os povos nativos do continente africano, algo que era abominável para os franceses e ingleses. Então,

ao mesmo tempo que os portugueses proclamavam a miscigenação como um triunfo humanista ou um expediente colonialista engenhoso, a mesma miscigenação era-lhes inscrita na pele como um ónus pelo olhar do Próspero europeu (SANTOS, 2010, p. 252).

Porém, se no século XX Portugal buscou utilizar o discurso da mestiçagem como meio de argumentar que seu colonialismo era humanizador, o mesmo não ocorreu antes de 1940. Os portugueses detestavam a narrativa freyriana da confraternização dos europeus com africanos. É sobretudo no contexto mundial de críticas ao imperialismo da Europa que o governo lusitano vai empreender uma política de defesa da mestiçagem, como meio de dizer que seus domínios não eram coloniais, mas sim extensões do país. E a população seria mestiça.

Gilberto Freyre adentra nesse contexto como um importante legitimador, se por um lado ele concebia isso como um meio de fazer seus estudos ganharem mais espaço além do território brasileiro, por outro, os dirigentes portugueses tentaram consolidar a ideia do colonialismo tardio luso como um bom empreendimento para as populações em África. Uma das principais políticas do regime colonialista era a assimilação:

O assimilacionismo é uma construção identitária assente num jogo de distância e de proximidade do colonizado em relação ao colonizador nos termos do qual o colonizado - mediante procedimentos que têm alguma semelhança com os da naturalização - abandona o estágio selvagem. [...] O assimilado é, assim, protótipo da identidade bloqueada, uma identidade entre as raízes africanas a que deixa de ter acesso directo as opções de vida europeia a que só tem um acesso muito restrito. O assimilado é assim, uma identidade construída sobre uma dupla desidentificação (SANTOS, 2010, p. 271).

O assimilado era todo aquele ser que se distanciava da sua cultura e sociedade para se aproximar da forma de vida dos brancos. Muitos mestiços deveriam seguir as regras do mundo luso e tomar uma postura de negação contra as organizações consideradas selvagens. Gilberto Freyre, idealizou assim o conceito de luso-tropicalismo que defendia uma suposta unidade cultural entre Portugal e os territórios colonizados por ele, isso inclui o Brasil e Cabo Verde. Dentro desse argumento, estavam inclusas a narrativa em defesa de uma população

miscigenada, a influência do catolicismo como um pilar da suposta colonização humanizadora dos portugueses e a hegemonia da língua portuguesa frente aos idiomas nativos de cada região. Além disso, Freyre produziu um contradiscurso em clara defesa de Portugal, afirmando a virilidade dos lusitanos enquanto os ingleses e demais europeus nortistas eram tidos como seres efeminados que pouco se relacionavam com os nativos colonizados (FREYRE, 2010a; 2010b). Para o sociólogo, "[...] o português sempre pendeu para o contato voluptuoso com a mulher exótica. Para o cruzamento e miscigenação. Tendência que parece resultar da plasticidade social, maior no português que em qualquer outro colonizador europeu" (FREYRE, 2006, p. 265). De modo que o luso é descrito como esse sujeito sem preconceito, que se relaciona com os considerados "selvagens".

[Para Portugal] Os africanos negros não eram 'infieis' como os mouros ou 'traidores' como os judeus, ambos encarnações do anticristo. Eles, simplesmente, eram 'selvagens', carentes da revelação divina, pelo que a acção colonizadora se projectava, e moralmente se justificava, no acto cristão da caridade que incorpora uma relação de superioridade/inferioridade e uma ideologia de deveres e direitos definidos e conferidos pela Providência (CABAÇO, 2009, p. 100).

Com base nesse discurso, Portugal seria uma potência que desenvolvia as colônias, transformando os selvagens negros em mestiços assimilados. Mas "a miscigenação não é a consequência da ausência de racismo, como pretende a razão luso-colonialista ou lusotropicalista, mas é certamente a causa de um racismo do tipo diferente" (SANTOS, 2010, p. 245). É possível argumentar isso porque o processo de miscigenação, descrito por Freyre e amplamente divulgado por Portugal, buscava dissolver as características negro-africanas na identidade branca e portuguesa.

Gilberto Freyre defendia uma suposta mobilidade social do mestiço, algo que o claridoso Baltasar Lopes também afirmava existir em Cabo Verde, pois se tratava de um território miscigenado como o Brasil (LOPES, 1947). Essa atitude de um dos principais claridosos comprova que havia um alinhamento entre a teoria de Gilberto Freyre e a escrita dos intelectuais da revista *Claridade* em torno da teoria luso-tropicalista e conseqüentemente a respeito da miscigenação:

Na sua demanda do ethos cabo-verdiano, os claridosos teriam deduzido a identidade com base na sociologia luso-tropical de Gilberto Freyre, facto condicionador da sua visão do problema. Ciosos de concitar o olhar do governo central para os problemas do arquipélago, viram na mestiçagem a trave-mestra do regionalismo cabo-verdiano (NETO, 2009, p. 92).

Entretanto, se tratando do território brasileiro, Florestan Fernandes (2013) desconstrói essa ideia de que a mestiçagem teria sido um processo que possibilitou a mobilidade social na hierarquia estabelecida desde a colonização. Pelo contrário, para o autor, a miscigenação atuou como um mecanismo em beneficiamento dos grupos dominantes, ou seja, da população branca:

[...] à miscigenação corresponderam mecanismos mais ou menos eficazes de absorção do mestiço. O essencial, no funcionamento desses mecanismos, não era nem a ascensão social de certa porção de negros e de mulatos nem a igualdade racial. Mas, ao contrário, a hegemonia da ‘raça dominante’ - ou seja, a eficácia das técnicas de dominação racial que mantinham o equilíbrio das relações raciais e asseguravam a continuidade da ordem escravista. [...] as famílias possuíam recursos suficientes para educar os mestiços à imagem da figura do senhor. Por conseguinte, eles eram socializados para serem e agirem como ‘brancos’, o que eles eram, de fato, social, jurídica e politicamente falando (FERNANDES, 2013, p. 43).

Para Florestan Fernandes a miscigenação não faz parte do processo de integração dos negros em condições de igualdade social. O autor até concorda que o dogma católico entrava em contradição com a instituição da escravidão, porém nega o argumento freyriano de que o catolicismo teria sido um fator humanizador do colonialismo lusitano, pelo contrário, “esse conflito, de natureza moral, não proporcionou ao escravo, de modo geral, melhor condição nem um tratamento mais humano [...]” (FERNANDES, 2013, p. 85). Já para Kabengele Munanga o discurso da mestiçagem funcionou como uma máscara que impede o escancaramento das desigualdades sociais existentes no Brasil:

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria (MUNANGA, 2020, pp. 83-84).

Da mesma forma, em Cabo Verde, a defesa da mobilidade social advinda da miscigenação contribui para a não exposição dos problemas referentes à raça. Além disso,

afasta os cabo-verdianos dos demais territórios no continente africano, uma vez que tenta apagar a memória étnica dos africanos que historicamente residiam nas ilhas do arquipélago.

A violência física e simbólica, que destruiu grande parte da memória étnica dos escravizados, tem sido lida pelos intelectuais cabo-verdianos como ‘fusão cultural de europeus e africanos’. Essa ‘fusão cultural’ numa mestiçagem geral é percebida por uma parte da intelectualidade cabo-verdiana como positiva, no sentido de que se teria constituído uma unidade nacional antes da implantação de um Estado Nacional. Sob esse prisma, parte da elite cabo-verdiana ostenta com orgulho o seu avanço em direção à modernidade se comparando com as demais nações africanas (ANJOS, 2006, p. 13).

Como exposto acima a partir da citação do cabo-verdiano José Carlos Gomes dos Anjos, podemos argumentar que a elite cabo-verdiana, ainda hoje, utiliza o discurso da mestiçagem como uma suposta prova da superioridade do Estado Nação frente aos demais países de África. Estes últimos seriam atrasados no tocante à modernidade, pois estariam em sua maioria, submersos nos conflitos tidos como “tribais”, termo pejorativo para se referir aos atritos entre algumas etnias africanas. Cabo Verde seria um exemplo de coesão e homogeneidade racial e cultural. Um dos grandes problemas é que esse discurso de certa forma se torna racista, além de ter raízes no antigo sistema colonial português, e, possivelmente, mascara problemas sérios na estrutura social cabo-verdiana.

## 2.2 “O Nordeste como essência da brasilidade”: o discurso regionalista

Outro grande conceito defendido por Gilberto Freyre foi o de regionalismo, ou seja, a ideia de que cada região do Brasil tinha sua cultura e que esta deveria ser valorizada e protegida. Apesar de argumentar que cada parte do país deveria possuir uma intelectualidade preocupada com sua história e cultura, o conceito de regionalismo à moda freyriana foi criado para elevar o Nordeste como protagonista da identidade nacional brasileira. Freyre foi o responsável por movimentar o cenário de Recife na década de 1920, sobretudo nas discussões em torno da brasilidade vista a partir da região Nordeste.

Não obstante, é importante ressaltar que Gilberto Freyre não foi o primeiro na idealização da concepção regionalista, visto que alguns pesquisadores defendem a existência de um regionalismo pré-modernista, característico do final do século XIX e início do século XX. Tendo, por exemplo, José de Alencar como um de seus representantes. Porém, como o recorte espacial Nordeste não existia ainda, este regionalismo não é atrelado somente ao Norte

do Brasil, mas surge em simbiose com as identidades das antigas províncias que, posteriormente, tornaram-se estados da federação.

Este primeiro momento de regionalismo difere daquele característico dos anos 1930. Isso acontece porque podemos dividir a literatura brasileira em dois grandes momentos, entre o século XIX e o início do século XX, notamos que há uma preocupação menor em expor os problemas sociais, visto que os grandes intelectuais estão cegos pela ideia de desenvolvimento da Nação brasileira. Portanto, essa primeira corrente regionalista pré-modernismo se volta para a natureza do país em busca de valorizar o que o Brasil tem de melhor em comparação com outros territórios no globo. A literatura visava compensar o atraso material e a fraqueza das instituições por meio da valorização do exotismo nativo (CANDIDO, 1989).

O regionalismo pré-modernista teria o intuito de desenvolver uma identificação entre o homem e a paisagem, ainda influenciado pelo romantismo e não tendo vínculo com o realismo característico dos regionalistas de 1930-50. Portanto, o romantismo serve para retomar a relação com a terra ou com a pátria (CARVALHO, 2005). A identificação com a natureza, vista como espaço de pureza e autenticidade, provém do movimento romântico. O protagonista de obras influenciadas pelo romantismo tendia a se isolar e a procurar a identificação com o meio natural, a evasão para locais exóticos também era recorrente nas narrativas (REIS, 2013). Além disso, “o liberalismo foi, pois, para muitos românticos, uma referência ideológica incontornável” (REIS, 2013, p. 300). O que difere por exemplo da escrita de alguns regionalistas do século XX, sobretudo Graciliano Ramos que adotou uma postura crítica ao liberalismo e à sociedade burguesa.

Destarte, o romantismo tendia ao amor à pátria, à natureza e à religião ao cultuar o povo e ao passado (BOSI, 2017). O tratamento dado ao natural pelos regionalistas pré-modernismo é mais no sentido de valorização da beleza do país, portanto, não havia problematizações em torno das condições ambientais e sociais. De modo que esse primeiro momento de regionalismo estava em simbiose, assim como o romantismo, com o nacionalismo característico do século XIX. De maneira que os escritores possuíam um interesse grande de registrar as características das províncias em busca da exaltação nacional:

Considerando que o nacionalismo não só continua presente, como foi intensificado e ampliado de modo que o escritor romântico também pretende exaltar o país e informar sobre ele, seria difícil a tendência ao registro desaparecer de um momento para o outro. A natureza, assim, não será apenas a causa da beleza e da grandeza nacional; é preciso mostrá-la também como o que caracteriza o país, o que lhe dá fisionomia própria (CARVALHO, 2005, p. 51).

O intuito era embutir uma fisionomia nova ao Brasil, mesmo que isso não significasse uma análise crítica dos problemas nacionais. É notável a preocupação em diferenciar o país do antigo colonizador e até mesmo dos seus vizinhos no continente americano. Nisso podemos destacar o protagonismo de José de Alencar, que procurou meios de ressaltar as características regionais brasileiras.

José de Alencar é um dos primeiros a tratar a natureza como objeto exclusivo de contemplação e de testemunho da identidade, ora com o sentimento patriótico, ora com o sentimento religioso. Nos seus romances as páginas poéticas de descrição ou exaltação são tão numerosas, que se torna até ociosa a exemplificação. Por isso, pomonos antes de outro aspecto desse culto à natureza em sua obra: a humanização do animal, selvagem ou não, e a com o animal como elemento principal da valorização intelectual e moral do homem (CARVALHO, 2005, p. 54).

De fato, os animais são utilizados de forma especial pelos literatos regionalistas, inclusive na geração de 1930. A cadela Baleia, de *Vidas Secas*, é um exemplo de humanização animal, visto que de toda a família de retirantes ela é a mais racional e protetora, tendo um instinto materno e amoroso para com seus familiares. Além disso, sua morte é o ato principal do romance de Graciliano Ramos. Também não podemos esquecer que o conto Baleia foi o que deu origem ao livro *Vidas Secas*.

No regionalismo pré-modernista, o sertanejo e o gaúcho são protagonistas que dialogam facilmente com os animais, porém adotam uma postura de distanciamento para com os humanos, enquanto os animais são os seres que realizam as ações de nobreza e possuem como característica a racionalidade. As atitudes dos animais são referentes ao espaço social em que o romance se passa, ou seja, as convenções sociais em que a população daquela região costuma estar inserida. A narrativa preza pelo cotidiano se afastando do plano mitológico.

A paisagem está identificada ao homem, é parte integrante da sua vida, e não mais a representante dos mistérios e da majestade da criação [...] Também a ação acompanha essa aquisição de naturalidade, reproduzindo mais o cotidiano da vida regional, e não relacionando o exótico ao bárbaro ou temível (CARVALHO, 2005, p. 61).

Já o regionalismo pós-modernismo, o qual Graciliano Ramos está inserido, também mantém uma relação muito próxima com a natureza. Entretanto, adota uma postura mais crítica devido à influência do realismo literário. Este procura o confronto com o romantismo e assume uma posição de análise minuciosa dos costumes e ao mesmo tempo empreende uma crítica

social que visa reformar o social se afastando de concepções muito idealistas ou românticas. O realismo procura se aproximar da realidade material, ou seja, possui uma visão materialista dos fenômenos, tendo inclusive maiores chances de se relacionar com as ideias socialistas (REIS, 2013). Como foi o caso de Graciliano Ramos e Jorge Amado, ambos influenciados por ideais de esquerda, e, portanto, representantes de uma escrita realista socialista ou ao menos engajada.

O realismo, por assim dizer, procura descrever de forma efetiva a realidade, sendo mais sistemático. A partir disso, o cotidiano e as características locais do espaço são centralizados, incluindo principalmente os problemas que ali estão postos. Comumente o escritor influenciado pelo realismo opta por cultivar os tipos sociais, isto é, uma determinada forma de ser dos personagens que pode ser expressa de forma coletiva ou não, também pode envolver certas profissões, algumas culturas, classes sociais ou mentalidades (REIS, 2013) O escritor realista costumava ser afetado por um período em que os métodos científicos beiravam a narrativa da objetividade e exatidão, algo que já vinha acontecendo desde o fim do século XIX (BOSI, 2017). O realismo do regionalismo do Nordeste, por exemplo, tenta fixar o tipo social do sujeito nordestino, incluindo sua forma de falar, sua cultura e os seus problemas. Contribui então para a consolidação da identidade coletiva de um recorte espacial, o Nordeste.

Em 1926, Gilberto Freyre foi um dos grandes fomentadores do Congresso Regionalista do Nordeste, este reuniu diversos intelectuais engajados na formulação de um projeto regional pautado na valorização da cultura dos estados do Nordeste. Entretanto, tendo Pernambuco como o centro das discussões. Foi Freyre o responsável pelo Manifesto Regionalista, publicado tempos depois do congresso, este visava definir os parâmetros e objetivos do movimento regionalista.

A maior injustiça que se poderia fazer a um regionalismo como o nosso seria confundi-lo com o separatismo ou com bairrismo. Com o anti-internacionalismo, anti-universalismo ou anti-nacionalismo. Ele é tão contrário a qualquer espécie de separatismo que, mais unionista que o atual e precário unionismo brasileiro, visa a superação do estadualismo, lamentavelmente desenvolvido aqui pela República – este sim, separatista – para substituí-lo por novo e flexível sistema em que as regiões, mais importantes que os Estados, se completem e se integrem ativa e criadoramente numa verdadeira organização nacional (FREYRE, 1996, p. 49).

Como visto no trecho acima, Freyre argumentou que o regionalismo não era um movimento separatista, ou seja, a ideia não era distanciar o Nordeste do restante do Brasil. Pelo contrário, ao fazer uma crítica ao modelo de estadualismo, que segundo o sociólogo, compartimentalizava o país, a divisão nacional deveria ser feita a partir da concepção regional.

De modo que cada região da Nação teria contribuído para a formação da identidade brasileira. Apesar disso, Gilberto Freyre elege a região Nordeste como recorte espacial privilegiado.

Talvez não haja região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter. Vários dos seus valores regionais tornaram-se nacionais depois de impostos aos outros brasileiros menos pela superioridade econômica que o açúcar deu ao Nordeste durante mais de um século do que pela sedução moral e pela fascinação estética dos mesmos valores. [...] Pois o Brasil é visto: combinação, fusão, mistura. E o Nordeste, talvez a principal bacia em que se vêm processando essas combinações, essa fusão, essa mistura de sangue e valores que ainda fervem: portugueses, indígenas, espanhóis, franceses, africanos, holandeses, judeus, ingleses, alemães, italianos (FREYRE, 1996, p. 72).

Para Gilberto Freyre é na região Nordeste que reside a essência da brasilidade, visto que aqui se formou uma sociedade aristocrática ainda no período colonial composta por europeus diversos que se miscigenaram com africanos e indígenas. Portanto, no Manifesto Regionalista já é possível pontuar a existência de um discurso em defesa da mestiçagem racial e cultural que marcaria boa parte da escrita do antropólogo.

Além disso, o contexto de surgimento do Manifesto coincide com a elevação do movimento modernista brasileiro. A partir da Semana de Arte Moderna, em 1922, as manifestações artísticas do Brasil mergulham em uma série de novidades que objetivavam se afastar de tudo aquilo que atrasava o desenvolvimento da Nação. É neste momento que Freyre sente que as tradições do Nordeste estão ameaçadas.

O debate que o Manifesto propõe realiza-se principalmente em oposição ao Modernismo de 1922 – mais entrincheirado no Sudeste (Rio e São Paulo) – e delimita os polos geográficos do campo intelectual de então. A partir de tal oposição, Freyre busca não apenas apontar os valores culturais mais autênticos da região Nordeste, mas também mobilizar as forças intelectuais da região na defesa da “tradição” (SANTOS, 2011, p. 403).

O regionalismo à moda de Freyre era oposto ao Modernismo, pois concebia este movimento como inimigo da brasilidade uma vez que propagava supostos estrangeirismos. Entretanto, outros intelectuais argumentam que o surgimento do movimento regionalista só foi possível porque os modernistas abriram o caminho. Realmente, os antecedentes da Semana de Arte de 1922, provam que diversos artísticas beberam de fontes europeias para formular o movimento modernista.

Nesse clima, só uma grupo fixado na ponta de lança da burguesia culta, paulista e carioca, isto é, só um grupo cuja curiosidade intelectual pudesse gozar de condições especiais como viagens à Europa, leitura dos *derniers cris*, concertos e exposições de arte, poderia renovar efetivamente o quadro literário do país (BOSI, 2017, p. 355).

Apesar disso, não é possível negar que os idealizadores e defensores do Modernismo foram cruciais para enfraquecer uma visão distorcida do Brasil, oportunizando a criação de manifestações artísticas mais críticas e conectadas com os problemas sociais que o país enfrentava. Já o regionalismo surge em um contexto mais específico e no embalo de transformações políticas, tais como o movimento de 1930 de Getúlio Vargas, mas também em simbiose com a crise das elites oligárquicas e da república velha.

Em 1922, por exemplo, presta-se muito bem à periodização literária: a Semana foi um acontecimento e uma declaração de fé na arte moderna. Já o ano de 1930 evoca menos significados literários prementes por causa do relevo social assumida pela Revolução de Outubro. Mas, tendo esse movimento nascido das contradições da República Velha que ele pretendia superar, e, em parte, superou; e tendo suscitado em todo o Brasil uma corrente de esperanças, oposições, programas e desenganos, venceu fundo a nossa literatura lançando-a a um estado adulto e moderno perto do qual as palavras de ordem de 22 parecem fogachos de adolescente (BOSI, 2017, p. 409).

Ao mesmo tempo que o regionalismo brasileiro é fruto do desejo de mudanças e da superação da antiga ordem republicana, ele também é um movimento que entendeu rapidamente que apesar da ascensão de Vargas ao poder, muitos problemas do passado permaneciam, sobretudo na região Nordeste, que não era um espaço de intensa modernização industrial. Portanto, a pobreza, a fome, as secas e o abuso oligárquico eram permanências que subjugavam as populações nordestinas. Isso marcaria a tradição da escrita dos regionalistas, então apesar do Modernismo ter oportunizado o surgimento desse movimento, este foi ainda mais longe na representação e na crítica social empreendida nas obras de diversos autores, entre eles Graciliano Ramos.

Essa compreensão viril dos velhos e novos problemas estaria reservada aos escritores que amadureceram depois de 1930: Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Carlos Dummond de Andrade... O Modernismo foi para eles uma porta aberta: só que o caminho já era outro (BOSI, 2017, p. 410).

Ao contrário de Alfredo Bosi, que não distingue radicalmente o Modernismo do Regionalismo, Freyre preferia a completa diferenciação. Pois ele defendia que o Manifesto Regionalista deveria se alimentar do passado para enfrentar a contemporaneidade. O passado

Nordestino, no caso pernambucano, é concebido como o catalizador das profundezas da Nação brasileira, Freyre refere-se ao passado colonial, patriarcal e a economia canavieira (SANTOS, 2011).

No caso de Graciliano Ramos, podemos defender que ele se afastava da concepção freyriana de regionalismo. E seguindo o crítico Alfredo Bosi (2017), podemos dividir o romance regionalista em quatro tendências principais, sendo elas “romances de tensão mínima”, “romances de tensão crítica”, “romances de tensão interiorizada” e “romances de tensão transfigurada”. Antes de adentrarmos em cada uma delas, é importante salientar que essas categorias não são totalmente estáticas, alguns romances podemos se enquadrar ou transitar entre diferentes tendências a depender do autor e da sua forma de escrita.

Os romances de tensão mínima são aqueles em que as personagens não se destacam demais em comparação com a estrutura e a paisagem que estão condicionadas. Um exemplo dessa tendência são as obras de direcionamento populista de Jorge Amado e as crônicas de Érico Veríssimo. Os romances de tensão interiorizada ocorrem quando as personagens tendem a evadir ou fugir subjetivamente do conflito existente na narrativa literária, como, por exemplo, as obras de Lygia Fagundes Telles. Já os romances de tensão transfigurada são caracterizados pelo protagonista que procura superar ou ultrapassar o conflito. Isso pode acontecer por meio da via mítica ou metafísica da realidade. Grandes exemplos disso são as experiências de Guimarães Rosa e Clarisse Lispector (BOSI, 2017).

Enquanto o romance de tensão crítica é aquele em que o protagonista é resistente, geralmente de forma agonizante, às condições difíceis do meio social em que está inserido. O mal-estar da personagem é visível e permanente durante quase toda a obra. Exemplos dessa forma de escrita são as de José Lins do Rego e principalmente Graciliano Ramos (BOSI, 2017). Em *Vidas Secas*, por exemplo, o leitor é levado a conhecer a difícil vida da família de Fabiano, descritos como pobres retirantes que são explorados e sofrem com o clima seco do sertão nordestino.

De outro modo, se fosse possível posicionar a escrita claridosa nesse meio, provavelmente estariam enquadrados na tendência de romances de tensão interiorizada. Pois, apesar do grupo intelectual cabo-verdiano ter produzido uma literatura de denúncia dos problemas locais de Cabo Verde, eles preferiam construir personagens que optavam pela emigração, ou seja, pela evasão. Evitavam assim construir uma narrativa de confronto aos problemas. É digno de nota, que o regionalismo à moda freyriana influenciou diretamente a Claridade, de forma que o regionalismo claridoso era mais focado na valorização da cultura do arquipélago do que engajado no modelo socialista exposto por Graciliano Ramos.

Para entender melhor o modelo regionalista proposto por Freyre se faz necessário conhecer mais a fundo sua concepção de Nordeste. Primeiro devemos ter em mente que a produção intelectual de Gilberto Freyre, e daqueles literatos regionalistas alinhados com ela, funcionava a partir da memória e por meio dela tentavam construir o Nordeste, utilizavam assim suas infâncias onde predominavam determinadas manifestações culturais. Portanto, a narrativa proposta é ela própria considerada a manifestação da tradição popular. Visando assim a proteção da suposta ordem tradicional, o regionalismo freyriano assume um modelo conservador e fechado de cultura e manifestação popular (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

O que os literatos regionalistas tratavam no campo da representação, Gilberto Freyre legitimava no campo científico a partir da organização de obras sociológicas. Um grande exemplo é seu livro **Nordeste** publicado em 1937. A produção visa explorar as especificidades da região em busca da valorização do que seria o centro da nacionalidade do Brasil. Para que isso seja viável o autor recorre a algumas partes onde teriam surgido as primeiras tradições de fisionomia brasileira.

A verdade é que foi no extremo Nordeste – por extremo Nordeste deve entender-se o trecho da região agrária do Norte que vai de Sergipe ao Ceará – e no Recôncavo Baiano- nas suas melhores terras de barro e húmus – que primeiro se fixaram e tomaram fisionomia brasileiras os traços, os valores, as tradições portuguesas que junto com as africanas e as indígenas constituíram aquele Brasil profundo, que hoje se sente ser o mais brasileiro. O mais brasileiro pelo seu tipo de aristocrata, hoje em decadência, e principalmente pelo seu tipo de homem do povo, já próximo, talvez, de relativa estabilidade. Um homem do povo, em outras terras tão inimigas – o do branco, o do índio e o do negro (FREYRE, 2004, p. 50).

É possível notar que a mestiçagem já aparece como um possível fator de diferenciação da região Nordeste em comparação com outras áreas do Brasil. Isso ocorreu porque para Freyre, a mestiçagem incidiu muito mais no Norte da então colônia portuguesa, do que no Sul. Além disso, para ele as regiões Sul e Sudeste teriam recebido mais estrangeiros brancos e, devido a isso, a população seria mais europeia ao invés da miscigenada situada na parte Norte. O sociólogo considerava a colonização lusa tranquila em relação as populações africanas, gerando um hibridismo característico do Nordeste. O sujeito mestiço é elencado como o trabalhador esforçado que contribui para a construção da região nordestina.

Também a miscigenação, em si, não parece ter concorrido para o desprestígio da população regional. A história social do Nordeste da cana-de-açúcar está ligada, como talvez a de nenhuma outra região do Brasil, ao esforço do mestiço, ou antes, do cabra. Um esforço que se tem exercido debaixo de

condições duramente desfavoráveis. Mas mesmo assim, notável pelo que tem construído e realizado (FREYRE, 2004, p. 171).

Dessa forma, o sujeito mestiçado é descrito nas obras literárias como o trabalhador em condições péssimas, mas que é um protagonista sofredor. Fabiano de Vidas Secas é descrito como um caboclo que vive cuidando das fazendas alheias, enquanto é roubado constantemente pelo patrão e é humilhado pelas autoridades policiais representadas pelo Soldado Amarelo. O homem e a mulher miscigenados aparecem nas obras dos regionalistas já completamente naturalizados e inseridos como seres característicos da região.

Outro ponto relevante é a resistência de Freyre à industrialização do Nordeste, este movimento é visto como uma ameaça não somente às camadas mais populares, mas sobretudo às usinas açucareiras que resistiam com muitas dificuldades ao sistema industrial proposto pelo governo. Gilberto Freyre assume uma posição contrária a tudo aquilo que ameaça a antiga ordem aristocrática.

A assistência dos governos aos industriais do açúcar no Nordeste vem assumindo um ar de caridade, nem sempre política [...] Feita uma exceção ou outra não há sentimento de solidariedade nenhum entre o dominador e os dominados. O usineiro é, em geral, como se fosse um conquistador em relação com os conquistados de outra terra. De outro barro. De outro sangue. Quase um estrangeiro a quem não tocasse a sorte dos que não são usineiros (FREYRE, 2004, p. 180).

O Nordeste aparece como região decadente e esquecida pelo governo brasileiro, mergulhando assim numa situação de crise. Isso não é uma mentira de Freyre, realmente a região entra em declínio sobretudo a partir do final do século XIX sendo potencializado o processo de crise ao longo do século XX. Isso era muito preocupante não só pela questão da carência constante em que os populares estavam sendo obrigados a passar, mas também dentro de uma perspectiva elitista, pois os grupos dominantes do Nordeste não aceitavam perder sua influência e não era permitido que um espaço outrora tão rico e relevante perdesse seu poder.

Ao tempo em que na década de 1930 já se faz presente a influência de ideais socialistas que impactaram alguns escritores. Gilberto Freyre não se inclinou para o socialismo, mas Graciliano Ramos e, sobretudo, Jorge Amado produziram uma literatura engajada e comprometida com os problemas sociais. É certo afirmar que isso ocorreu pela pressão advinda da própria classe trabalhadora que demandou melhorias a partir de movimentos grevistas e manifestações diversas.

Outra característica deste início dos anos 1930, é o começo de uma produção nacional de livros que introduz a classe trabalhadora na literatura a partir de uma perspectiva de esquerda. Essa nova tradição, intimamente vinculada às transformações econômicas e sociais que se processavam, é representativa também de uma maior evidência, sobretudo nos centros urbanos, da imposição, por meio de greves e de outras manifestações, das demandas dos trabalhadores (BARBOSA, 2010, p. 110).

Devido à preocupação com a exposição dos problemas sociais referentes à classe trabalhadora, os escritores tendiam a formular uma escrita pautada na forma de falar e de se expressar coloquial. O mesmo ocorria com os regionalistas ligados a uma corrente mais conservadora, pois procuravam valorizar o falar dos nordestinos. De modo que a língua passa a ser um exemplo dos brasileirismos e regionalismos. A linguagem oral foi de grande importância para legitimar as especificidades da região (BARBOSA, 2010). Essa valorização do falar popular era uma forma de oposição à norma culta imposta socialmente. Da mesma forma, os cabo-verdianos da Claridade tendiam a utilizar a língua crioula como pilar do regionalismo em Cabo Verde.

[...] A língua cabo-verdiana que terá sido, por certo, inicialmente criada pelos escravos, devido à necessidade de se comunicar entre si e mais tarde se transformou numa língua comum e nacional, e até certo ponto, constitui o exemplo de um novo padrão cultural que emergiu do contacto de mais grupos e vários subgrupos étnicos, foi e era considerado como resquício do passado escravo e como tal, desvalorizado social e, inclusive, era proibido o seu uso no domínio público (ALMADA, 1993, p. 47).

Apesar dessa proibição da língua cabo-verdiana em ambientes públicos, Portugal não conseguiu diminuir a utilização da fala nativa. Pelo contrário, o movimento Claridade utilizou o crioulo em algumas das suas produções e inclusive chegava a mesclar o idioma com o português, sendo importante ressaltar que isso diferenciava o espaço da metrópole. Apesar disso, a língua portuguesa ainda era a mais utilizada nos volumes da Claridade, sobretudo, porque era tida como o idioma do paterno império lusitano. Atualmente, Cabo Verde é um país bilíngue, e apesar do português ser o idioma oficial, a língua cabo-verdiana é falada pela maioria da população, enquanto a língua lusa fica mais restrita aos ambientes empresariais e formais.

### 2.3 Elites intelectuais africanas: entre o pan-africanismo e o luso-tropicalismo

Sem dúvidas a chegada dos lusitanos em Cabo Verde, no ano de 1460, e no Brasil em 1500, assim como a formação de um império ultramarino, possibilitou uma integração nunca vista antes no globo. O tráfico humano empreendido pelo império português e o comércio dos mais variados objetos possibilitou a conexão entre os territórios sob seu controle colonial. Inicialmente, Cabo Verde ascendeu como um entreposto que ligava o comércio triangular entre África, Europa e Brasil, constituía assim um ponto de recepção de escravizados que posteriormente eram levados para o espaço brasileiro.

Com a imposição da cultura e do idioma do colonizador, o império conseguiu impor certo nível de homogeneidade nas diversas colônias. Entretanto, é importante ressaltar que as populações nativas mantiveram o apego as suas formas de vida e a organização social autóctone também reforçando o grau de especificidade dos diferentes territórios. Porém, a língua, a religiosidade católica e o discurso da miscigenação logo marcaram presença nos variados espaços colonizados pelos lusitanos.

Devido às suas dimensões e importância econômica, o Brasil se tornou uma das mais relevantes colônias de Portugal, ou seja, sinônimo de riqueza. Além disso, a vinda da família real em busca de proteção durante a ameaça da França napoleônica ampliou sua imagem de território especial. Quando o Brasil negociou sua independência e se tornou um território “autônomo” ele não deixou de figurar como um exemplo para as então colônias lusas em África:

Tendo obtido no início do século XIX a sua independência, o Brasil era visto pelos países africanos, que ainda estavam sob o domínio de Portugal, como um irmão mais velho que se tinha oposto e que se tinha revoltado contra o jugo colonial e que agora procurava construir um percurso como nação livre e independente, com uma identidade própria, uma cultura e uma literatura que já nada tinham a ver com as portuguesas (OLIVEIRA, 2010, p. 84).

Como um irmão mais velho, o Brasil se tornou a idealização do suposto percurso que as demais colônias portuguesas poderiam seguir, ou seja, formado por uma população mestiça, tendo a religiosidade católica como pilar e a língua portuguesa como oficial, mas independente de Portugal. As discussões sobre a brasilidade, isto é, o que é ser brasileiro, passaram a constituir uma questão central na formulação da identidade nacional do país. Tanto a literatura, como as ciências sociais, se tornaram campos privilegiados de debates e veiculação de discursos sobre isso. O que não era uma especificidade apenas do Brasil, mas dos diversos territórios sul americanos que haviam conquistado a independência no século XIX. Com a chegada do século XX, as discussões no tocante a identidade da Nação brasileira tomam novas

feições com o movimento Modernista e Regionalista, além da presença de conceitos como o luso-tropicalismo e os debates em torno da miscigenação.

O século XX também foi crucial para as lutas por emancipação do jugo colonial em África, pois diversos membros das variadas elites africanas passaram a reivindicar a independência. O movimento pan-africanista pressionava a racionalidade colonialista e a Europa se viu obrigada a repensar muitas das suas políticas. O pan-africanismo pode ser considerado:

um movimento político-ideológico centrado na noção de raça, noção que se torna primordial para unir aqueles que, a despeito de suas especificidades históricas, são assemelhados por sua origem humana e negra. O movimento pan-africano surgiu como um mal-estar generalizado que ensaiava o tema da resistência à opressão, pensando a libertação do homem negro (HERNANDEZ, 2008, p. 138).

De forma que nas décadas finais do século XIX, alguns intelectuais já formulavam ideias voltadas para os problemas enfrentados pelas populações negras, não somente do continente africano, mas também no americano. Entre os idealizadores podemos citar Edward Blyden, Alexander Crummell, Marcus Garvey e William Edward Du Bois. É importante salientar que os dois primeiros citados não objetivavam uma separação radical entre Europa e a África. Na verdade, o pan-africanismo inicialmente tinha como interesse melhorar a situação social dos sujeitos negros, mas não necessariamente findar com o colonialismo.

De modo que uma série de contatos entre os intelectuais situados no ocidente, sobretudo na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos e os residentes em Serra Leoa, Libéria, Nigéria, Gana, Etiópia, Somália, Cabo Verde e África do Sul, possibilitou a fundação da Associação Africana, em 1897. A partir disso, foram formuladas demandas e objetivos a serem atingidos, um exemplo, foi o documento formulado no ano de 1900 que afirmava a existência de uma irmandade entre os africanos e que isso deveria gerar solidariedade entre os irmãos menos favorecidos e submetidos a uma crescente violência ligada ao processo de colonização (HERNANDEZ, 2008).

Portanto, o momento inicial do pan-africanismo ganhava força e pedia um melhor tratamento aos africanos, mas ainda não discursava sobre o fim do colonialismo. Podemos notar que décadas depois, a Claridade reivindicava o mesmo em Cabo Verde, os intelectuais solicitavam melhorias na estrutura econômica, denunciavam o drama social ligado à fome e à censura. Entretanto, não havia uma postura anticolonial. O que demonstra que a elite caboverdiana parecia estar inerte quanto à cobrança por emancipação.

Os intelectuais ligados à Claridade preocupavam-se mais em reforçar o elo com o império lusitano do que em tentativas de se desvencilhar dele. Isso não quer dizer que alguns grupos cabo-verdianos não se engajaram na luta anticolonial, pelo contrário, em união com a Guiné-Bissau passaram a lutar pelo fim do colonialismo, sobretudo a partir de 1960. Durante esse período, Portugal empreendeu uma verdadeira política de manutenção colonial, sem desejo algum de libertar os espaços. Ao mesmo tempo que a luta se dava no campo de guerra, ela também acontecia na dimensão da cultura. A literatura passou a figurar como um âmbito de reforço das identidades em contraposição à imagem lusitana. De modo que as identidades nacionais africanas nascem ligadas a determinadas produções literárias.

É importante ressaltar que as manifestações literárias do século XIX ainda não podem ser relacionadas com os projetos de identidade nacional, visto que estavam situadas no campo do nativismo e não da procura pela emancipação territorial. É no século XX que os sistemas literários dos países africanos passaram a ser mais bem delineados (MACEDO, 2008). De todo modo, é possível notar que os intelectuais de diversos territórios colonizados por Portugal estavam produzindo literatura e talvez estivessem acompanhando as produções dos demais espaços desde o período nativista.

No caso do pan-africanismo, é notável pontuar que ele influenciou as elites africanas dos espaços coloniais britânicos, sobretudo, nas regiões que continham grupos endinheirados, tais como a antiga Costa do Ouro, atual Gana. Isso ocorria porque nesses espaços as famílias nativas que possuíam acesso aos recursos podiam enviar os jovens para estudar na metrópole ou nos Estados Unidos. Além disso, havia a abertura de escolas de ensino secundário financiadas por instituições religiosas (HERNANDES, 2008). Portanto, era mais fácil para as ideias pan-africanistas se enraizarem nos locais onde residiam africanos com instrução ocidental.

Se os nativos situados nos espaços de colonização britânica buscavam oportunidades de contato na Inglaterra e nos Estados Unidos, no caso dos africanos habitantes das áreas colonizadas por Portugal isto podia diferir um pouco. Pois poderia ser mais fácil ter contato com a intelectualidade portuguesa e/ou brasileira. A partir da criação da Casa de Estudantes do Império, presente na metrópole, diversos jovens de Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Guiné-Bissau puderam se conhecer, estudar e debater teorias diversas, entre elas as pan-africanistas.

Além disso, sabemos que os espaços onde se constrói um sistema de ensino ou pelo menos algumas instituições de ensino primário e secundário, eram regiões propícias para a formação de uma elite intelectual africana. No caso do sistema colonial lusitano, Cabo Verde

se destacou por possuir alguns Liceus que proporcionavam a educação, aos moldes imperiais, a alguns habitantes do arquipélago.

Tinha sido criada uma escola primaria na capital Praia, em 1817, para fechar logo em seguida por motivos funcionais. Reaberta em 1821, funcionaria irregularmente até 1840. De 1841-1842 funcionam 12 escolas oficiais no arquipélago. Mas o ensino secundário só entra em funcionamento, de facto, na segunda metade do século XIX [...] O crescimento da cidade do Mindelo, que atinge o porte de maior cidade de Cabo Verde, nas primeiras décadas deste século, impõe um novo deslocamento no sistema de ensino: o único estabelecimento de ensino secundário do arquipélago passa a situar-se no Liceu desta cidade portuária, na ilha de S. Vicente (ANJOS, 2006, p. 49-50).

Logo cedo São Vicente se destaca como polo intelectual e cultural de Cabo Verde, tendo Baltasar Lopes, o mais importante claridoso, se tornado reitor do liceu do Mindelo. O Brasil também se mostrou um país influente na área de colonização lusitana, podemos ver isso a partir da entrada do regionalismo nordestino em quase todo o espaço de colonização portuguesa, e também a boa recepção do luso-tropicalismo em Cabo Verde. Mas se os ideais pan-africanistas procuravam defender o ideal de irmandade entre todos os africanos, os intelectuais de Cabo Verde buscavam o oposto, sentiam-se distantes do continente e se aproximaram do Brasil, este idealizado como Nação irmã, tendo como principal fio condutor o império português e o seu passado colonial.

Portugal passou a se aproveitar desse discurso a partir de 1940, e então começa a haver alterações relevantes na forma de conduzir as colônias. Se antes o império procurava distância do discurso freyriano da mestiçagem, agora era o contrário. O português deveria ser pincelado como um homem sem preconceitos; as colônias tornaram-se províncias ultramarinas; Cabo Verde passa a ser descrito como exemplo da boa colonização lusa.

Por sua parte, Amadeu Gomes de Figueiredo, governador de Cabo Verde entre 1931 e 1941, ao enaltecer o portuguesismo dos naturais do arquipélago, ressaltava que tal sentimento se devia à excepcional missão civilizadora levada a cabo pela metrópole de já meio milénio a esta parte (FIGUEIREDO, 1939 apud NETO, 2009, p. 50).

Assim, Portugal passa a defender o discurso de que seu colonialismo possuía a tal “vocação colonial”, qualidade que o apartava dos demais países colonizadores. Essa defesa partia da ideia da predisposição do luso para se relacionar com a mulher negra, gerando mestiços. A partir disso o Estado Novo, o salazarismo, apadrinha a teoria luso-tropicalista de Gilberto Freyre, numa tentativa de defender a suposta boa colonização lusitana e a

singularidade da Nação portuguesa na construção de civilizações multiculturais e multirraciais, como o Brasil (NETO, 2009).

Gilberto Freyre em algumas de suas obras, tais como **O mundo que o português criou** de 1940, procurava relacionar e fazer a ponte entre a colonização do Brasil e o projeto ultramarino lusitano. Portugal queria argumentar que as colônias africanas eram na verdade Brasis embrionários e que a interrupção do processo de construção, ou seja, descolonização propostas a partir de 1950 pela pressão mundial, seria o mesmo que comprometer o desenvolvimento dos territórios coloniais e da boa colonização portuguesa (NETO, 2009).

Cabo Verde supostamente se enquadra bem no argumento português, visto que a narrativa oficial descreve os lusitanos como os primeiros ocupantes do espaço, desde 1460. Já havia também um certo sentimento de homogeneidade rática no arquipélago e havia uma intelectualidade próxima do império a partir da ideia de cidadania proposta tanto para Cabo Verde como para São Tomé e Príncipe. Mas é importante salientar que o projeto imperial visava não só fazer a cabeça dos colonizados, mas também dos próprios portugueses residentes na metrópole. Abaixo segue algumas considerações sobre o projeto colonial lusitano a partir das décadas de 1940-60:

A primeira diz-nos que a propaganda, antes de mais, se dirigiu aos mais jovens [...] No ilhéu, o estudante metropolitano encontraria uma referência para si mesmo, um exemplo de como o processo educativo ministrado pelo Estado Novo concederia igualdade de oportunidades. O estudante aperceber-se-ia, também, do empenho do governo em cuidar de um território pobre, intenção expressa numa linguagem paternalista dirigida tanto a si quanto ao colonizado. A segunda ilação ensina que a propaganda, ante o desconhecimento quase geral do cidadão metropolitano médio pelas coisas do arquipélago, dirigiu-se às elites cultas, coloniais ou não. Afinal, Cabo Verde nunca foi uma colônia de povoamento, não necessitando o Estado de promover o arquipélago de forma quase publicitária com a qual descreveria os promissores territórios de Angola e Moçambique. Talvez isso ganhe todo o sentido afirmar que o apreço pela cultura local funcionou como uma espécie de mecanismo de compensação (NETO, 2009, p. 144).

De fato, o arquipélago cabo-verdiano não possuía muitos atrativos econômicos para o império, sobretudo quando comparado com Angola e Moçambique, visto que a exiguidade e o clima das ilhas dificultavam as atividades agropecuárias características dos outros espaços. Dessa forma, o projeto colocado em prática consistiu na valorização da cultura e da população local como meios de defender que a colonização portuguesa desenvolveu em Cabo Verde um

povo culto e mestiço diferenciado das demais colônias. Daí em diante os cabo-verdianos são descritos como seres superiores se comparados aos incivilizados africanos.

O terceiro passo do império foi gerar uma propaganda exaustiva de persuasão que defendia a pertença do povo cabo-verdiano a Portugal. Cabo Verde gozava da cidadania plena e era descrita como uma província onde o processo civilizacional já teria sido quase completado. A ideologia luso-tropicalista alçou a pequena colônia ao centro da política ultramarina. É nesse momento que o governo de Portugal se aproxima da teoria de Gilberto Freyre e prontamente defende Cabo Verde como parte do seu regionalismo, ou seja, o arquipélago não é descrito como colonial, que remete ao pensamento de espaço explorado, mas sim como uma região que compõe o império (NETO, 2009). Porém na prática os cabo-verdianos continuavam a ser explorados, o arquipélago sofria com as secas e a maioria dos portugueses não concebia os ilhéus como cidadãos iguais aos metropolitanos.

Dessa forma, Gilberto Freyre se tornou garoto propaganda do imperialismo e do fascismo lusitano a partir das décadas de 1940 e 1950. Tendo inclusive sido patrocinado para viajar pelos territórios coloniais de Portugal, passando por Cabo Verde, onde foi muito bem recebido. O sociólogo aproveitou para publicar duas obras sobre as viagens empreendidas pelas colônias, sendo elas **Um brasileiro em terras portuguesas** e **Aventura e rotina** ambas publicadas na década de 1950, pouco tempo depois das viagens. O autor tratou de traçar paralelos entre a então colônia lusa e o Brasil, mas sem esquecer a presença portuguesa como fio condutor. A comparação entre os espaços se deu a partir das supostas semelhanças entre Cabo Verde e o Nordeste brasileiro.

Meus amigos: em Cabo Verde um brasileiro está ainda no Brasil, estando já em Portugal. Ainda no Brasil, porque aqui as águas do Atlântico já são quase as do Nordeste do Brasil. O sol já é quase o do Brasil mais tropical. A vegetação já lembra a brasileira do Norte. Mais do que isto: a população que se vê nas ruas tem alguma coisa das do Nordeste do Brasil mais colorido pela presença do mestiço, do ameríndio e do africano (FREYRE, 2010a, p. 213).

A partir disso Cabo Verde é descrito como encontro entre portugueses e africanos, antes mesmo do encontro de raças e de culturas que aconteceu em terras brasileiras (FREYRE, 2010a). Freyre coaduna com a narrativa oficial, esta afirma que a população mestiça marca presença desde os primórdios da colonização. Portanto, o povo do arquipélago seria miscigenado. Além disso, Gilberto Freyre reafirma as similitudes entre Cabo Verde e o estado brasileiro do Ceará inclusive em relação às crises climáticas.

Ele também reforça uma possível união entre Cabo Verde, Portugal e Brasil: “Seu problema é semelhante ao do Ceará no Brasil; e ninguém duvida do futuro do Ceará ou do Nordeste árido da América. Cabo Verde é, como nenhuma outra terra, traço de união de Portugal com o Brasil” (FREYRE, 2010a, p. 214). A semelhança entre o Nordeste brasileiro e Cabo Verde é novamente defendida em **Aventura e rotina**. A terra árida, o clima quente e seco são fundamentais para que a comparação funcione.

Pois o Cabo Verde é uma espécie de Ceará desgarrado no meio do Atlântico. Um Ceará-arquipélago onde raramente chove ou deixa de fazer sol. A mesma aridez do Ceará continental. E em luta com a terra árida e contra o sol cru um povo, em sua maioria, mestiço de português com africano da Guiné, que se parece com o cearense na coragem com que, magro e ágil, enfrenta ‘verdes mares bravios’; e também na tendência para espalhar-se por meio mundo, embora sempre voltando ou procurando voltar à terra ingrata. Ingrata mas amada (FREYRE, 2010b, p. 270).

Podemos notar que a mestiçagem é citada como um fator característico da população cabo-verdiana, além dela também notamos a citação referente a emigração como algo recorrente na vida dos ilhéus. Portugal é novamente eleito o protagonista na formação do arquipélago: “dez ilhas pirandelicamente à procura de alguma coisa que até hoje não encontraram: um destino definido, claro, digno deles e do autor de sua vida histórica que foi, sem dúvida alguma, Portugal” (FREYRE, 2010 b, p. 271).

## **CAPÍTULO 3: LITERATURA CLARIDOSA E VIDAS SECAS: DIÁLOGOS POSSÍVEIS**

### **3.1 O retrato do sujeito nordestino em Vidas Secas**

A narrativa de Vidas Secas é iniciada com o capítulo intitulado de “mudança”, que já posiciona a família como um grupo que migra e se movimenta. As características ambientais também são centralizadas, então o leitor é inserido no contexto e espaço social de seca do sertão do Nordeste e da difícil mudança que a família do vaqueiro Fabiano é obrigada a passar em busca da sobrevivência:

Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra (RAMOS, 2020, p. 7).

O território é descrito também da seguinte forma: “A caatinga estendia-se, de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas. O voo negro dos urubus fazia círculos altos em redor de bichos moribundos” (RAMOS, 2020, p. 8). Ao todo a família era composta por seis “videntes”, sendo eles Fabiano, Sinhá Vitória, os dois filhos do casal, a cadela Baleia e o papagaio. Este último não resistiu e sucumbiu durante a passagem pelo rio seco. A perda deste membro foi traumática devido às circunstâncias problemáticas, pois, durante esse período a família não encontrava alimento e para não morrerem de fome precisaram comer o papagaio.

Ainda na véspera eram seis videntes, contando com o papagaio. Coitado, morrera na areia do rio, onde haviam descansado, à beira de uma poça: a fome apertara demais os retirantes e por ali não existia sinal de comida. Baleia jantara os pés, a cabeça, os ossos do amigo, e não guardava a lembrança disto. (RAMOS, 2020, p. 9).

O papagaio, diferente do que é esperado para um animal do seu tipo, não falava. O narrador atribui a mudez do bicho ao fraco repertório linguístico da família de Fabiano, que inclusive passou a falar menos após a morte do animal de estimação. De modo que, quando era vivo, a ave imitava apenas o trabalho de seu dono, como vaqueiro, e sobretudo, os latidos da cachorra Baleia:

Não podia deixar de ser mudo. Ordinariamente a família falava pouco. E depois daquele desastre viviam todos calados, raramente soltavam palavras curtas. O louro aboiava, tangendo um gado inexistente e latia arremedando a cachorra (RAMOS, 2020, p. 10).

Os membros da família, sobretudo Fabiano, serão descritos como ignorantes durante vários trechos da obra. Ressaltando a falta de instrução formal do rústico nordestino. Ainda na narrativa presente neste primeiro capítulo os retirantes chegam em uma fazenda abandonada e ali passam a residir: “estavam no pátio de uma fazenda sem vida. O curral deserto, o chiqueiro das cabras arruinado e também deserto, a casa do vaqueiro fechada, tudo anunciando abandono” (RAMOS, 2020, p. 10). Apesar das péssimas condições da residência, o local se torna atrativo para aqueles que percorriam o sertão ensolarado.

Baleia passa a farejar e caçar um preá, o que garante alimento para a família: “Nesse ponto Baleia arrebitou as orelhas, arregaçou as ventas, sentiu cheiro de preás, farejou um minuto, localizou-os no morro próximo e saiu correndo” (RAMOS, 2020, p. 11). A cadela é assim descrita como um membro importante do núcleo familiar, sendo muitas vezes centralizada como uma figura quase materna em torno de Fabiano e seus filhos. Na seguinte passagem é notável a falta de esperança dos personagens, mas que logo é abafada pelo retorno de Baleia com o animal selvagem entre os dentes:

Miudinhos, perdidos no deserto queimado, os fugitivos agarraram-se, somaram as suas desgraças e os seus pavores. O coração de Fabiano bateu junto do coração de sinha Vitória, um abraço cansado aproximou os farrapos que os cobriam. Resistiram à fraqueza, afastaram-se envergonhados, sem ânimo de afrontar de novo a luz dura [do sol], receosos de perder a esperança que os alentava. Iam-se amodorrando e foram despertados por Baleia, que trazia nos dentes um preá. Levantaram-se todos gritando. O menino mais velho esfregou as pálpebras, afastando pedaços de sonho. Sinhá Vitória beijava o focinho de Baleia, e como o focinho estava ensanguentado, lambia o sangue e tirava proveito do beijo (RAMOS, 2020, p. 12).

Baleia é esse membro que também supre a família, mas que recebe muito pouco como retorno. Aliás, ela obtém o que sobra, pois a família não possui muito alimento para dividir: “Baleia agitava o rabo, olhando as brasas. E como não podia ocupar-se daquelas coisas, esperava com paciência a hora de mastigar os ossos. Depois iria dormir” (RAMOS, 2020, p. 14). Ao tempo em que pensamentos de esperança por um recomeço, por um período de chuva e de prosperidade, proliferam-se na mente do vaqueiro Fabiano:

Uma, duas, três, havia mais de cinco estrelas no céu. A lua estava cercada de um halo cor de leite. Ia chover. Bem. A catinga ressuscitaria, a semente do

gado voltaria ao curral, ele, Fabiano, seria o vaqueiro daquela fazenda morta. Chocalhos de badalos de ossos animariam a solidão. Os meninos, gordos, vermelhos, brincariam no chiqueiro das cabras, sinha Vitória vestiria saias de ramagens vistosas. As vacas povoariam o curral. E a catinga ficaria toda verde. Lembrou-se dos filhos, da mulher e da cachorra, que estavam lá em cima, debaixo de um juazeiro, com sede. Lembrou-se do preá morto. Encheu a cuia, ergueu-se, afastou-se, lento, para não derramar a água salobra. Subiu a ladeira. A aragem morna sacudia os xiquexiques e os mandacarus. Uma palpitação nova. Sentiu um arrepio na catinga, uma ressurreição de garranchos e folhas secas (RAMOS, 2020, p. 13).

O primeiro capítulo é finalizado com a esperança de Fabiano por dias melhores. O vaqueiro pretende se desenvolver na fazenda, mas isso tudo depende de como o meio ambiente e o clima irão se comportar. Isso fica claro devido a referência a chuva. Portanto, o sujeito nordestino aparece como alguém extremamente dependente do meio geográfico. Mas é representado como aquele que sofre e mantém a fé.

O segundo capítulo intitulado de **Fabiano** mostra a fase em que a família já está de fato morando na residência. Dando a entender que o vaqueiro conseguiu arrumar trabalho e agora passa a cuidar dos bens do dono do local, que ali não reside. Ou seja, a fazenda não estava realmente abandonada. A partir desse capítulo podemos notar algumas contradições, a primeira delas é a respeito de Fabiano mostrar ter orgulho de sua masculinidade e rusticidade. Mas logo em seguida demonstra se sentir inferior aos demais homens.

Fabiano você é um homem, exclamou em voz alta. Conteve-se, notou que os meninos estavam perto, com certeza iam admirar-se ouvindo-o falar só. E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. Vermelho, queimado, tinha olhos azuis, a barba e os cabelos ruivos; mas como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra (RAMOS, 2020, p. 16).

De modo que é introduzida a discussão em torno da posse da terra, sendo alheia, Fabiano não teria realmente como sentir orgulho de si mesmo, visto que não podia ter posses. Ele apenas serviria para cuidar do que não era dele. Além disso, é possível perceber que a raça é utilizada por Graciliano Ramos como um fator de diferenciação do perfil nordestino. Fabiano é descrito como mestiço, o “caboclo” de pele, cabelos vermelhos e olhos azuis. A partir daí, o autor ajuda a solidificar um tipo específico de mestiço nordestino, diferente daqueles de pele mais escura, fruto do relacionamento entre negros e brancos.

Fabiano precisou barganhar para conseguir o emprego de vaqueiro, profissão que lhe orgulhava muito, pois foi passada de geração a geração, pelo avô e pelo pai. Ao mesmo tempo

que se sentia desvalorizado e inferior aos brancos, o personagem nutria certo apreço pelos seus afazeres, o que é uma contradição na obra. Além disso, podemos perceber que Fabiano busca se assemelhar com a natureza e os animais do sertão, ao passo que se distancia dos brancos:

Você é um bicho, Fabiano. Isto para ele era motivo de orgulho. Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades. Chegara naquela situação medonha - e ali estava, forte, até gordo, fumando o seu cigarro de palha. - Um bicho Fabiano. Era. Apossara-se da casa porque não tinha onde cair morto, passara uns dias mastigando raiz de imbu e sementes de mucunã. Viera a trovoada. E com ela, o fazendeiro, que o expulsara. Fabiano fizera-se desentendido e oferecera os seus préstimos, resmungando, coçando os cotovelos, sorrindo aflito. O jeito que tinha era ficar. E o patrão aceitara-o, entregara-lhes as marcas de ferro. Agora Fabiano era vaqueiro, e ninguém o tiraria dali. Aparecera como um bicho, entocara-se como um bicho, mas criara raízes, estava plantando. Olhou as quipás, os mandacarus e os xiquexiques. Era mais forte que tudo isso, era como as catingueiras e as baraúnas. Ele, sinha Vitória, os dois filhos e a cachorra Baleia estavam agarrados à terra (RAMOS, 2020, p. 17).

Vivia longe dos homens, só se dava bem com animais. Os seus pés duros quebravam espinhos e não sentiam a quentura da terra. Montado, confundia-se com o cavalo, grudava-se a ele. E falava uma linguagem cantada, monossilábica e gutural, que o companheiro entendia. A pé, não se aguentava bem. Pendia para um lado, para o outro lado, cambaio, torto, e feio. Às vezes utilizava nas relações com as pessoas a mesma língua com que se dirigia aos brutos - exclamações, onomatopeias. Na verdade falava pouco. Admirava as palavras compridas e difíceis da gente da cidade, tentava reproduzir algumas, em vão, mas sabia que elas eram inúteis e talvez perigosas (RAMOS, 2020, p. 18).

Notamos mais que um apego ao espaço, pois Fabiano e a família se fundem ao ambiente árido e à natureza. A rusticidade do vaqueiro é para ele o que o aproxima ao meio natural. Então, o nordestino do interior é representado como esse tipo social que está enraizado por completo ao sertão, aos animais e às plantas etc. É interessante pontuar que Fabiano expressa isso com muito orgulho, ou seja, a relação com a natureza não o faz se sentir inferior. Mas sim o fato de ele não ter bens ou terra própria, o que dá margem para uma certa crítica à sociedade burguesa e à concepção de propriedade privada que ignorava as tradicionais relações entre o ser humano e a terra.

Na segunda citação acima, a forma de comunicação de Fabiano é descrita como muito rústica. O vaqueiro praticamente não sabe se expressar e/ou falar com outros seres humanos, tendo mais facilidade em se comunicar com seu cavalo. Aliás, o homem nem mesmo sabe se locomover como os demais humanos, mas monta um cavalo como ninguém. Portanto, esse sujeito nordestino é descrito como alguém mais próximo do mundo animal do que do território

humano. Porém, Graciliano Ramos não generaliza esse tipo social, pois, o autor apresenta, dentro da memória de Fabiano, seu Tomás da bolandeira. Este sujeito é descrito como culto:

Lembrou-se de seu Tomás da bolandeira. Dos homens do sertão o mais arrasado era seu Tomás da bolandeira. Por quê? Só se era porque lia demais. Ele, Fabiano, muitas vezes dissera: - “Seu Tomás, vossemecê não regula. Para que tanto papel? Quando a desgraça chegar, seu Tomás se estrepa, igualzinho aos outros.” Pois viera a seca, e o pobre do velho, tão bom e tão lido, perdera tudo, andava por aí, mole. [...] Certamente aquela sabedoria inspirava respeito. Quando seu Tomás da bolandeira passava, amarelo, sisudo, corcunda, montado num cavalo cego, pé aqui, pé acolá, Fabiano e outros semelhantes descobriam-se. E seu Tomás respondia tocando na beira do chapéu de palha, virava-se para um lado e para outro, abrindo muito as pernas calçadas em botas pretas com remendos vermelhos (RAMOS, 2020, p. 20).

Seu Tomás da bolandeira é o típico estudioso que causa admiração nos demais. Obviamente devido à baixa instrução da maioria das pessoas nas localidades, o mínimo de leitura e estudo já garantia a alguém um status privilegiado. Entretanto, é possível notar que a seca não perdoava ninguém, e até mesmo seu Tomás, com toda a sua instrução, sofreu com os danos das crises ambientais, pois, perdeu todas as posses.

Seu Tomás é descrito como um ser muito educado, o que inclusive gera um desconforto nas pessoas. Pois elas acreditam que alguém com tanta sabedoria deveria ser uma pessoa que delibera e ordena ao invés de pedir ou solicitar. O que representa a divisão entre aqueles considerados cultos e a classe tida como popular:

Seu Tomás da bolandeira falava bem, estragava os olhos em cima de jornais e livros, mas não sabia mandar: pedia. Esquisitice um homem remediado ser cortês. Até o povo censurava aquelas maneiras. Mas todos obedeciam a ele Ah! quem disse que não obedeciam? Outros brancos eram diferentes. O patrão atual, por exemplo, berrava sem precisão. Quase nunca vinha à fazenda, só botava os pés nela para achar tudo ruim. O gado aumentava, o serviço ia bem, mas o proprietário descompunha o vaqueiro. Natural. Descompunha porque podia descompor, e Fabiano ouvia as descomposturas com o chapéu de couro debaixo do braço, desculpava-se e prometia emendar-se (RAMOS, 2020, p. 21).

Portanto, o vaqueiro é representado como alguém subserviente. O que é fácil de entender quando sabemos que ele não possui terra e casa própria, e, por isso, precisa se submeter aos mandos alheios. No capítulo denominado **cadeia** é possível notar o extremo da desigualdade nas relações de poder e a subserviência de Fabiano. O vaqueiro precisou ir até a pequena cidade comprar alguns mantimentos, ele aproveita para beber um pouco no bar e lá conhece uma autoridade policial, o soldado amarelo. Este convida Fabiano para jogar cartas, e

o vaqueiro obedece de forma instantânea. Após perder o pouco dinheiro que tinha, Fabiano irritou-se e foi embora. O soldado amarelo o seguiu e agiu com muita agressividade apenas porque o vaqueiro o deixou sozinho no pequeno comércio onde estavam a jogar. Depois de uma discussão e alguns empurrões do soldado para com Fabiano, este foi preso na cadeia da cidade:

O outro continuou a pisar com força. Fabiano impacientou-se e xingou a mãe dele. Aí o amarelo apitou, e em poucos minutos o destacamento da cidade rodeava o jatobá. - Toca pra frente, berrou o cabo. Fabiano marchou desorientado, entrou na cadeia, ouviu sem compreender uma acusação medonha e não se defendeu. - Está certo, disse o cabo. Faça lombo, paisano. Fabiano caiu de joelhos, repetidamente uma lâmina de facão bateu-lhe no peito, outra nas costas. Em seguida abriram uma porta, deram-lhe um safanão que o arremessou para as trevas do cárcere. A chave tilintar na fechadura, e Fabiano ergueu-se atordoado, cambaleou, sentou-se num canto, rosnando: hum! hum! Por que tinham feito aquilo? Era o que não podia saber. Pessoa de bons costumes, sim senhor, nunca fora preso. De repente um fuzuê sem motivo. Achava-se tão perturbado que nem acreditava naquela desgraça (RAMOS, 2020, p. 29).

Notamos que Fabiano é incapaz de se defender, inclusive ele deixa de argumentar por sua inocência. Sua única atitude é rosnar como um animal em resposta à prisão desnecessária. Ao mesmo tempo em que o vaqueiro passa a refletir sobre o poder político e o governo: “E, por mais que forcejasse, não se convencia de que o soldado amarelo fosse governo. Governo, coisa distante e perfeita, não podia errar” (RAMOS, 2020, p. 31). A política aparece assim como algo distante e fora da realidade do sujeito do interior do Nordeste. Apesar disso, para Fabiano, o governo é perfeito e o soldado amarelo não poderia fazer parte dele. O vaqueiro passa a refletir também em vingança para com a autoridade policial, mas logo retorna ao estado de subserviência ao lembrar que isso traria consequências para sua família. A partir disso, o personagem demonstra muito apego ao seu território e para com seus familiares:

Lembrou-se da casa velha onde morava, da cozinha, da panela que chiava na trempe de pedras. Sinha Vitória punha sal na comida. Abriu os alforjes novamente: a trouxa de sal não tinha perdido. Bem. Sinha Vitória provava o caldo na guenga de coco. E Fabiano se aperreava por causa dela, dos filhos e da cachorra Baleia, que era como uma pessoa da família, sabida como gente. Naquela viagem arrastada, em tempo de seca braba, quando estavam todos morrendo de fome, a cadelinha tinha trazido para eles um preá. Ia envelhecendo, coitada. Sinha Vitória, inquieta, com certeza fora muitas vezes escutar na porta da frente. O galo batia as asas, os bichos bodejavam no chiqueiro, os chocalhos das vacas tiniam (RAMOS, 2020, p. 32).

Pobre Sinha Vitória, inquieta e sossegando os meninos. Baleia vigiando, perto da trempe. Se não fossem eles... Agora Fabiano conseguia arranjar as ideias. O que o segurava era a família. Vivia preso como um novilho amarrado ao mourão, suportando ferro quente. Se não fosse isso, um soldado amarelo não lhe pisava o pé não. O que lhe amolecia o corpo era a lembrança da mulher e dos filhos. [...] O soldado amarelo era um infeliz que nem merecia um tabefe com as costas da mão. Mataria os donos dele. Entraria num bando de cangaceiros e faria estrago nos homens que dirigiam o soldado amarelo. Não ficaria um para semente. Era a ideia que lhe fervia na cabeça. Mas havia a mulher, havia os meninos, havia a cachorrinha (RAMOS, 2020, p. 35).

É notável a revolta de Fabiano, ele deseja fazer justiça com as próprias mãos e se vingar do soldado amarelo. O que reforça o tipo imagético do homem rústico e macho do Nordeste. Entretanto, o sentimento de desconforto também abre espaço para o temor do vaqueiro, pois ele se preocupa com sua família. Ele sabe que se fizer algo contra o policial será punido e sua mulher, os filhos e a Baleia ficarão desamparados. Fabiano então naturaliza a opressão, pois assume uma postura de ser inferior perante aos representantes da lei, ele também reconhece que isso é um ciclo que não deve ser alterado: “os meninos eram uns brutos, como o pai. Quando crescessem, guardariam as reses de um patrão invisível, seriam pisados, maltratados, machucados por um soldado amarelo” (RAMOS, 2020, p. 36). No capítulo **O soldado amarelo**, Fabiano volta a se encontrar com a autoridade policial, desta vez em outro espaço, o campo. Apesar do grande desejo de golpear fatalmente o soldado, o vaqueiro resistiu e mais uma vez foi alguém servil para com ele:

Vendo-o acanhado e ordeiro, o soldado ganhou coragem, avançou, pisou firme, perguntou o caminho. E Fabiano tirou o chapéu de couro. - Governo é governo. Tirou o chapéu de couro, curvou-se e ensinou o caminho ao soldado amarelo (RAMOS, 2020, p. 104).

O governo assim como os seus representantes, são concebidos como figuras a que se deve muito respeito. A inferioridade dos sujeitos do interior aparece também no capítulo **Festa**. A narrativa gira em torno da festa de Natal que ocorre na cidade, Fabiano e a família marcam presença. O vaqueiro não se sentia à vontade na cidade, e, para ele, as pessoas ali não aceitavam sua presença:

Comparando-se aos tipos da cidade, Fabiano reconhecia-se inferior. Por isso desconfiava que os outros mangavam dele. Fazia-se carrancudo e evitava conversas. Só lhe falavam com o fim de tirar-lhe qualquer coisa. Os negociantes furtavam na medida, no preço e na conta. O patrão realizava com pena e tinta cálculos incompreensíveis. Da última vez que se tinham encontrado houvera uma confusão de números, e Fabiano, com miolos

ardendo, deixara indignado o escritório do branco, certo de que fora enganado. Todos lhe davam prejuízo. Os caixeiros, os comerciantes e o proprietário tiravam-lhe o couro, e os que não tinham negócio com ele riam vendo-o passar nas ruas, tropeçando. Por isso Fabiano se desviava daqueles vivos. Sabia que a roupa nova cortada e cosida por sinha Terta, o colarinho, a gravata, as botinas e o chapéu de baeta o tornavam ridículo, mas não queria pensar nisso. [...] Estava convencido de que todos os habitantes da cidade eram ruins (RAMOS, 2020, p. 74).

Portanto, Fabiano tinha plena noção de que era roubado pelo patrão e pelos demais comerciantes. A ponto de acreditar que os cidadãos não eram pessoas confiáveis, a partir disso notamos uma crítica aos residentes da cidade, algo característico da literatura regionalista nordestina, que concebia o campo como o local de pessoas honestas, mas as cidades repletas de seres e organizações problemáticas. A cadelinha Baleia também demonstra desconforto e os filhos de Fabiano estranham igualmente o mundo da cidade:

Baleia ficou passeando na calçada, olhando a rua, inquieta. Na opinião dela, tudo devia estar no escuro, porque era noite, e a gente que andava no quadro precisava deitar-se. Levantou o focinho, sentiu um cheiro que lhe deu vontade de tossir. Gritavam demais ali perto e havia luzes em abundância, mas o que a incomodava era aquele cheiro de fumaça. Os meninos também se espantavam. No mundo, subitamente alargado, viam Fabiano e sinha Vitória muito reduzidos, menores que as figuras dos altares. Não conheciam altares, mas presumiam que aqueles objetos deviam ser preciosos (RAMOS, 2020, p. 72).

A opinião de Baleia era também crítica à forma de vida na cidade. Tudo ali parecia estranho e até mesmo as crianças percebiam como os pais se apequenaram frente aos demais seres presentes na festa natalina. O que Graciliano fez muito bem na escrita foi demarcar o devido local de cada um, ou seja, ao mostrar o desconforto da família em relação à cidade, o autor tentou consolidar que aquele não é lugar do tradicional nordestino, pois, este se sente mais confortável no campo. A tática de Ramos é contrastar o que seria o homem e a mulher do interior e aqueles que residem nas cidades, assim como suas formas distintas de organização social. Até mesmo a esperta Baleia, por diversas vezes, a mais humanizada da família, sente receio para com o ambiente urbano.

O capítulo que sucede a este, é intitulado **Baleia**. É importante ressaltar esta parte da obra como sendo a principal, pois o conto deu origem ao livro, e pode ser considerada o ponto alto de *Vidas Secas*, um livro que possui poucos momentos de ápices traumáticos ou dramáticos. Neste capítulo somos levados a uma conjuntura muito triste e que provavelmente

marca a família de forma negativa, ou seja, traumática. Devido a uma estranha doença, Fabiano preocupa-se com a saúde dos filhos e por isso decide matar a cadelinha Baleia.

Sinha Vitória fechou-se na camarinha, rebocando os meninos assustados, que adivinharam desgraça e não se cansavam de repetir a mesma pergunta: - Vão bulir com a Baleia? Tinham visto o chumbeiro e o polvarinho, os modos de Fabiano afligiam-nos, davam-lhes a suspeita de que Baleia corria perigo. Ela era como uma pessoa da família: brincavam juntos os três, para bem dizer não diferenciavam, reboavam na areia do rio e no estrume fofo que ia subindo, ameaçava cobrir o chiqueiro das cabras. Quiseram mexer na taramela e abrir a porta, mas sinha Vitória levou-os para a cama de varas, deitou-os e esforçou-se por tapar-lhes os ouvidos: prendeu a cabeça do mais velho entre as coxas e espalmou as mãos nas orelhas do segundo. Como os pequenos resistiam, aperreou-se e tratou de subjugar-los, resmungando com energia. Ela também tinha o coração pesado, mas resignava-se: naturalmente a decisão de Fabiano era necessária e justa. Pobre da Baleia. Escutou, ouviu o rumor do chumbo que se derramava no cano da arma, as pancadas surdas da vareta na bucha. Suspirou. Coitadinha da Baleia. Os meninos começaram a gritar e a espernear (RAMOS, 2020, p. 82).

É perceptível a angústia das crianças e da mãe no tocante à situação da cadelinha Baleia. Mais uma vez ela é descrita como parte da família e sua morte é algo que afetará todo o núcleo familiar. A relação de Baleia e Fabiano era muito íntima, a própria cadela entendia isso: “Não poderia morder Fabiano: tinha nascido perto dele, numa camarinha, sob a cama de varas, e consumira a existência em submissão, ladrando para juntar o gado quando o vaqueiro batia palmas” (RAMOS, 2020, p. 86). Portanto, a personagem não pode reagir contra seu companheiro, porque ela é subserviente e passou a vida inteira trabalhando ao seu lado. Baleia, pouco antes de morrer, idealiza e sonha com um mundo melhor para si. Entretanto, ao contrário das ambições de sinhá Vitória, as da cadela giram e torno de Fabiano e dos meninos, assim como também do alimento e fartura:

Baleia queria dormir. Acordaria feliz, num mundo cheio de preás. E lamperia as mãos de Fabiano, um Fabiano enorme. As crianças se espojariam com ela, rolariam com ela num pátio enorme, num chiqueiro enorme. O mundo ficaria cheio de preás, gordos e enormes (RAMOS, 2020, p. 87).

Notamos que o mundo perfeito para Baleia, é tudo aquilo que ela já possuía, só que em excesso. Por exemplo, a cadelinha desejou um Fabiano enorme e as brincadeiras com as crianças em um chiqueiro grande. Além disso, desejava preás gigantes e gordos. O que demonstra que ela estava satisfeita com as coisas que possuía, o seu mundo era aquele núcleo familiar.

Outro ponto interessante de se levantar na análise da obra *Vida Secas*, é o fato de a narrativa do livro ser iniciada com a família em deslocamento, e finalizada com os personagens novamente se deslocando. O último capítulo intitulado de **Fuga**, demonstra o quanto a vida na fazenda se tornou difícil, devido à seca e a fome que se aproximavam. Então a família organizou-se para fugir: “Saíram de madrugada. Sinha Vitória meteu o braço pelo buraco da parede e fechou a porta da frente com a taramela. [...] desceram a ladeira, atravessaram o rio seco, tomaram rumo para o sul” (RAMOS, 2020, p. 114).

A partir daí, o Sul se torna ponto de referência para os sonhos de uma vida melhor, distante da seca e da ignorância do sertão nordestino. Apesar disso, Fabiano não desejava deixar o seu mundo, ou seja, a fazenda que cuidava e os animais que ali estavam. As lembranças da cadelinha Baleia o deixavam ansioso e perturbado, tudo naquele local era traumático, o que demonstra uma relação conflituosa de apego, mas também de desassossego com o território.

Sinhá Vitória e o vaqueiro passam a conversar sobre continuarem a vida em algum outro lugar, ali no sertão, mas logo concebem que isso seria igualmente ruim, pois estariam sempre temerosos para com a presença das secas constantes. O Sul do país aparece como uma região interessante para se fugir. Entretanto, Fabiano não conseguia imaginar trabalhar em outra coisa que não fosse ser vaqueiro. Ele nutre muito apego para com os animais e a fazenda, o que logo o entristece pois os seres estavam mortos, incluindo sua amiga Baleia. Além disso, figuras como o patrão e o soldado amarelo são problemas atrelados ao espaço. De modo que ele nutre carinho para com o território, mas esse recorte espacial também foi responsável por proporcionar uma série de experiências ruins para o personagem. Entre elas podemos citar a agressão e a prisão, os constantes roubos do patrão para com o trabalhador e, sobretudo, a morte de Baleia que perturbou todo o núcleo familiar.

Sinha Vitória, durante a caminhada, deixa escapar seus sonhos de uma vida melhor. Ela, sem dúvidas, é a personagem mais ambiciosa e/ou inconformada com a difícil vida que a família leva. Primeiro a mulher idealiza uma cama melhor para dormir, sempre ressaltando que os membros da família não são bichos ou inferiores o suficiente para não merecerem uma vida digna. Diferente de Fabiano, que assume uma postura de simbiose com a vida animal.

Por que não haveriam de ser gente, possuir uma cama igual à de seu Tomás da bolandeira? Fabiano franziu a testa: lá vinham os despropósitos. Sinha Vitória insistiu e dominou-o. Por que haveriam de ser sempre desgraçados, fugindo no mato como bichos? Com certeza existiam no mundo coisas extraordinárias. Podiam viver escondidos, como bichos? Fabiano respondeu que não podiam. - O mundo é grande. Realmente para eles era bem pequeno, mas afirmavam que era grande - e marchavam, meio confiados, meio

inquieta. Olharam os meninos, que olhavam os montes distantes, onde havia seres misteriosos. Em que estariam pensando? Zumbiu sinha Vitória. [...] Agora desejava saber que iriam fazer os filhos quando crescessem. - Vaquejar, opinou Fabiano. Sinha Vitória, com uma careta enjoada, balançou a cabeça negativamente, arriscando-se a derrubar o baú de folha. Nossa senhora os livrasse de semelhante desgraça. Vaquejar, que ideia! Chegariam a uma terra distante, esqueceriam a catinga onde havia montes baixos, cascalho, rios secos, espinho, urubus, bichos morrendo, gente morrendo. Não voltariam nunca mais, resistiriam à saudade que ataca os sertanejos na mata. Então eles eram bois para morrer tristes por falta de espinhos? Fixar-se-iam muito longe, adotariam costumes diferentes (RAMOS, 2020, pp. 119-120).

De fato, notamos que sinhá Vitória deseja um futuro melhor para os seus filhos, sendo inconcebível que eles sigam a profissão do pai. Além disso, ela desejava que eles assumissem novos costumes, possivelmente os considerados mais civilizados. E apesar de assumir que eles provavelmente sentirão saudade do sertão, acredita que resistirão a ela. Durante a caminhada a família decide parar para descansar, enquanto os dois meninos dormem, Fabiano pensa no cavalo presente na antiga fazenda. Descrito como um amigo, o vaqueiro fica triste com o fato de a seca acabar com a vegetação que serve de alimento para o animal. Além disso, a presença dos urubus que rodeiam o cavalo tiram a paz do homem, pois a forma como as aves se alimentam dos bichos, ainda em vida, debilitados pela fome e pela seca, é traumatizante para Fabiano.

Isso mostra que ao mesmo tempo em que sonhavam com a vida na cidade e com os meninos frequentando as escolas, o trauma permanece presente. A vida citadina também aparece como algo a ser almejado, mesmo que ao longo da obra, deixem claro que este ambiente é completamente estranho para eles. Eles idealizavam a emigração para o mundo desconhecido, mas esperavam coisas boas. Novamente Baleia é evocada e lembrada, assim como a cidade grande e o Sul. Este espaço aparece como detentor de oportunidades que o sertão não poderia dar:

As palavras de sinha Vitória encantavam-no. Iriam para diante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era nem onde era. Repetia docilmente as palavras de sinha Vitória, as palavras que sinha Vitória murmurava porque tinha confiança nele. E andavam para o sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. Eles dois velhinhos, acabando-se como uns cachorros, inúteis, acabando-se como Baleia. Que iriam fazer? Retardaram-se, temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, sinha Vitória e os dois meninos (RAMOS, 2020, p. 124).

O sertão nordestino, aparece como um lugar de condições difíceis e gerador de pessoas fortes, como Fabiano e sua família. Entretanto, a região Sul é esse imã que atrai a população sofredora da parte Nordeste. A narrativa da obra é finalizada tal como começou, com a família em movimento no processo de migração. Não há um final feliz, nem certeza de que conseguirão uma vida melhor. Porém, é notável o sonho e o desejo de melhores dias, o que reflete muito o imaginário em torno da população nordestina presente no sertão. Quase sempre descrita como uma massa que emigra para as cidades, fugindo da seca e da fome.

### 3.2 A estrutura e a organização de Vidas Secas

Vidas Secas pode ser considerada uma das maiores obras da literatura brasileira, assim como Graciliano Ramos já figura entre os mais importantes literatos da história do país. Uma das principais marcas da escrita do autor é a concisão verbal que visava tornar a própria forma de falar um meio de expressar as mazelas e a miséria do povo nordestino (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). Por exemplo, é notável a pobreza linguística de Fabiano, sempre que ele é descrito como alguém que gesticula e faz sons guturais para conversar com as outras pessoas. De modo que Graciliano Ramos aproxima o homem do Nordeste à animalidade. A região é pincelada como um ambiente de lamento e sofrimento, portanto, não é necessário a existência de muitas falas porque a economia na utilização de adjetivos e palavras deixa claro a pobreza, ressaltando a rusticidade do ambiente. O autor tende a representar o espaço como carente e dependente de outros:

O Nordeste é uma máquina imagético-discursiva que institui, para o sujeito da fala, o lugar de pedinte, do suplicante a Deus, ao Estado, ao Sul e aos patrões. No Nordeste só se fala com desespero e para suplicar chuva a Deus, recursos ao governo, investimentos, conhecimento e reconhecimento ao Sul (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 258).

Os personagens da obra são retratados como sendo física e mentalmente degradados, a sensação e o medo da morte espreitam constantemente a vida da família. Estes são sempre violados e torturados, seja pelo ambiente hostil ou pelas autoridades locais. Os protagonistas trazem esse sentimento na memória. O passado é doloroso, mas o presente é desorientador e sem perspectiva de melhoria (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). Por isso o Sul representa a esperança.

Influenciado pelo realismo, Graciliano Ramos detestava a ideia de produzir uma narrativa com ideais românticos. Aliás, algumas de suas críticas ao regionalismo de outros autores, era que os concebia como inverossímeis, ou seja, ignoravam a dura realidade de algumas partes do Nordeste.

Graciliano criticava o romance regionalista exatamente pelo pouco cuidado com a questão da linguagem e o seu romantismo alambicado. Criticava a sua prisão aos aspectos exóticos e a sua pretensa espontaneidade. Para Graciliano, era claro o fato de que a literatura obedecia as normas definidas historicamente, a uma dizibilidade que impõe ao autor certa escolha de imagens e enunciados sob pena de tornar seu livro inverossímil. Ela obedece às regras de produção de verdade de cada momento histórico, notadamente se, como era o seu caso, buscava produzir um romance realista (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 269).

Vidas Secas possui 13 capítulos, mas nenhum deles contribui para a formação de uma obra linear. Pelo contrário, o livro não segue uma narrativa de mão única com sucessões de fatos ou acontecimentos. O que também favorece a representação de um espaço confuso em que o tempo parece parado ou que a população nem sequer se importa com a passagem dos períodos. Apenas dois capítulos parecem se relacionar diretamente, sendo eles **Mudança** e **Fuga**, enquanto o primeiro inicia a obra, o último a encerra, e podemos perceber que ambos representam a emigração, o que nos leva a notar que o autor criou um suposto ciclo do sujeito Nordestino que foge da seca. O drama exposto na obra não evolui, pois tem a estrutura fechada que indica a repetição dos mesmos eventos, ou seja, a condenação ao eterno retorno aos mesmos problemas (MARQUES, 2017).

A obra é narrada em terceira pessoa, o que significa que o narrador é apenas um observador e não está inserido dentro da história da família. O narrador de Vidas Secas é externo e onisciente, ou seja, ele conhece profundamente os personagens no íntimo. Graciliano Ramos usa a estratégia de modelar o narrador do ponto de vista do personagem em questão no capítulo, o que vai variar bastante ao longo da obra. Visto que dependendo do capítulo o narrador assume a história de Baleia, Fabiano, Sinhá Vitória ou dos meninos. Isso pode dar a impressão de que o romance é narrado em primeira pessoa, mas não é.

A complexidade da técnica de Graciliano Ramos é perceptível também no modelo de escrita pautado no discurso indireto livre, isso acontece quando ele insere as falas dos personagens na narrativa do narrador. Ao mesmo tempo que isso potencializa o envolvimento entre o narrador/observador e os personagens, isso amplia o caráter psicológico da narrativa, o que quer dizer que o narrador não é aquele que apenas narra de forma neutra a vida de Fabiano

e sua família. A técnica de Ramos é expor tudo o que os personagens sofrem, seja por fora, mas sobretudo por dentro, mentalmente falando.

É muito difícil classificar *Vidas Secas* devido à complexidade da organização da obra. O romance é considerado “desmontável”, porque todos os capítulos são como contos, eles funcionam bem isoladamente e, portanto, podem ser lidos separadamente e/ou em ordens diferentes. O próprio autor publicou capítulos na imprensa da época, antes de publicar a obra completa:

É difícil definir o gênero de *Vidas Secas*. Trata-se mesmo de um romance ou, por causa de sua estrutura fragmentada, deveria ser lido como uma coletânea de contos? A questão ocupou os críticos na época do aparecimento do livro e se tornou indissociável da referência às condições precárias de sua escrita e à publicação isolada dos capítulos na imprensa (MARQUES, 2017, p. 60).

A experiência de publicar trechos de livros em jornal não era nova para Graciliano. Capítulos de seus romances anteriores haviam sido veiculados no *Boletim de Ariel*. Depois de 1937, toda a sua produção - além de *Vidas Secas*, os livros *Infância*, *Histórias de Alexandre*, *Insônia* e *Memórias do Cárcere* - foi composta e publicada parceladamente. As obras chegavam ao público à medida que eram redigidas (MARQUES, 2017, p. 61).

O capítulo *Baleia* foi escrito primeiro, em 4 de maio de 1937, e *Sinha Vitória* em 18 de junho de 1937. Essa forma fragmentada de compor o romance pode reforçar a solidão, à alienação e à incomunicabilidade do Nordeste retirante. Além disso, apesar de muitos atribuírem o drama de Fabiano à seca, Graciliano Ramos centralizou como maior problema do vaqueiro o não acesso à terra e aos bens próprios. A luta contra a natureza não está em primeiro plano (MARQUES, 2017).

*Baleia* e *Fabiano* se destacam na narrativa, pois seria o nordestino esse sujeito ligado à natureza e aos animais. Ambos subservientes, acostumados a servir e a levar pontapés dos outros. Ao sacrificar *Baleia*, *Fabiano* elimina a si mesmo e fica psicologicamente abalado até o fim da narrativa. Pois, “*Baleia* zela pela vida das crianças e dos animais de criação, tem senso de liderança e responsabilidade” (MARQUES, 2017, p. 152). De modo que ela é central na organização familiar e sua morte desnorteia a todos na trama.

A personagem *Baleia* confere unidade ao romance, uma vez que a obra é composta por uma série de contos, ela é uma das personagens que aparecem em todos eles, tanto nos que antecedem a sua morte, como também nos capítulos que a sucedem, pois a família lembra da cadelinha com muito saudosismo. O capítulo *Baleia* funciona como um fio condutor, a personagem garante certa linearidade ao romance, visto que após sua morte, *Fabiano* e *Sinha*

Vitória tornam a lembrar, em capítulos posteriores, da personagem (MAGALHÃES; ANDRADE, 2010). Se Baleia morre em determinado capítulo e nos próximos ela é lembrada pela família, isso garante uma sucessão de fatos que pode ser considerada uma linearidade na narrativa. Visto que para sentirem saudade da cadelinha é necessário que ela tenha morrido antes.

Outra marca de linearidade no romance é entre os capítulos **Cadeia** e **Soldado Amarelo**, quando Fabiano é preso no primeiro, e reencontra o seu agressor no segundo. O desejo de matar o policial só existe, porque o vaqueiro foi agredido e preso no capítulo anterior. De modo que há uma sucessão de fatos novamente (MAGALHÃES; ANDRADE, 2010). O que queremos afirmar é que a obra não é simplesmente uma reunião de contos, mas que Graciliano Ramos se preocupou em garantir o mínimo de organicidade.

Outro ponto digno de nota é que o sertanejo é representado de muitas formas na obra *Vidas Secas*. Em um primeiro momento podemos considerar apenas Fabiano como o exemplo principal do perfil nordestino. Entretanto, os diferentes personagens cumprem bem seu papel em retratar o tipo social do Nordeste, sendo eles: o homem, a mulher, o soldado amarelo, a cadela Baleia, o patrão, o trabalhador rural, a dona de casa e a mãe. O sertanejo é descrito de formas variadas e em posições plurais. Não há homogeneidade no tocante ao perfil do nordestino em *Vidas Secas*. O ponto em comum entre todos os personagens é a rusticidade, a incivilidade e a ignorância. Pois o espaço é repleto de manifestações animais, porque o Estado brasileiro ainda não conseguiu marcar total presença. Isso aparenta ser uma grande crítica social advinda de Graciliano Ramos.

### 3.3 “Cabo Verde é um Brasilin”: a emergência de um projeto identitário a partir da literatura do grupo Claridade

O grupo Claridade, de fato, não pode ser considerado a ponta de lança da luta anticolonial contra o império lusitano. Porém, é possível notar que os intelectuais em torno da revista estavam preocupados em embutir uma identidade aos residentes do arquipélago de Cabo Verde e o Brasil serviu como um modelo a ser seguido. Para isso, os claridosos produziram uma literatura preocupada em valorizar as características locais e a cultura popular. Além disso, possibilitaram a formação de uma escrita no mínimo de denúncia das mazelas sociais. Assim, após a análise da obra **Vidas Secas** de Graciliano Ramos, se faz necessário averiguar também a literatura claridosa no intuito de estabelecer confluências entre os autores.

Ao contrário da obra de Graciliano Ramos, que é um livro, as produções claridasas foram organizadas em volumes e consistem em poemas, textos em prosa, contos, letras de música e ensaios críticos. Privilegiamos a literatura que mais se aproxima dos nossos objetivos para empreender a análise, uma vez que a tradição literária do grupo era vasta e, dependendo do volume e do autor, poderia ter uma variedade de temas a serem expostos.

No conto **As férias do Eduardinho**, presente no sétimo volume da revista *Claridade*, Manuel Lopes escreve sobre as férias de Eduardinho em Ribeira das Patas, localizada na ilha de Santo Antão. O jovem é descrito como alguém que está mais habituado à cidade do que ao campo, mas aproveita a estadia na zona rural para observar como se dá o cotidiano dali. Em primeiro plano são centralizadas as características ambientais do espaço:

Em frente do muro, num pequeno rectângulo de terreno com escassa dúzia de regos de pouca largura, plantas de mandioca entrecruzam os longos pecíolos tesos em cujas extremidades os limbos parecem mãos espalmadas. Para lá do último rego, o mandiocal transborda um bosque ensombrado de cafeeiros. Sobre as copas dos cafeeiros a vista ganha distância. As árvores, as casas, os polígonos verdes dos regadios formam quadros em miniatura espalhados ao acaso. As ‘chãs’ de plantio, os ‘tapumes’ de pastagem rala, sucedem-se, como gigantescos decks de navios dispostos lado a lado e cravados nas montanhas, com as proas dirigidas para a saída do vale. [...] Dum lado e do outro, nos terrenos ladeiros, socalcos de canas sacarinas, bananeiras e feijoeiros Congo. Aqui e ali a esmo, tufos de verdura viva, [...] oásis de árvores frondosas, laranjeiras e mangueiras espalhadas como marcos, colinas contorcidas e estéreis, grandes trechos de terra queimada, esquadrões de monólitos graníticos, como monstros pensativos surpreendidos pela erosão. A servir de pano de fundo, ora por cima das linhas das colinas, ora caindo a prumo sobre os últimos tapumes, a cordilheira circular, à direita e à esquerda, com seus altos cumes rendilhados, a perder de vista (LOPES, 1949, p. 4).

É notável a descrição pormenorizada do espaço, onde podemos inferir que se trata de um ambiente rico em características naturais, ou seja, plantas, montanhas, erosões, água etc. Além disso, podemos perceber que a época do ano é propícia para o bom desenvolvimento dos gêneros alimentícios, tais como a mandioca, o café, mangueiras e bananeiras. Eduardinho passa a notar o trabalho daqueles que lidam com a lavoura, como é o caso de José da Viola que cuida do bananal. A partir do contato com esse personagem são introduzidos os problemas da região. Para que a plantação possa se desenvolver é necessário que exista água em abundância, no caso da narrativa é descrita a existência de um tanque entre as rochas, porém este não é suficiente.

La vai o tempo em que no lugar deste tanque havia outros três ou quatro vezes maior que se alargava pelas paredes da rocha até a primeira bananeira, e era esvaziado duas vezes ao dia, a transbordar! o ribeirinho assomava na cinta

papiando com voz grossa, fazia espuma quando entrava no tanque grande. A mãe d'água hoje o que é? Melador de cuspo com uns quantos inhames e batatal de sementeira. Uma tristeza d'alma. Deus parece que fugiu desta terra Há duas semanas, pedacinho hoje pedacinho amanhã, o tanque tem servido para matar a sede às canas dos pilares do trapiche. Metade tancada vai sumir-se no caminho porque a levada está estorricada. O que fica não dá para um quarto de missa quanto mais para missa inteira. O mandiocal não vai ficar contente com ele. Com miséria de água assim não dá gosto regar. O rapaz sente-se deprimido. É que desde que começou a pensar coisas sérias, estas águas parecem fazer parte da circulação do seu sangue. Pelo menos seus projectos dependem delas. A chuva e as nascentes são as fontes dos projectos dos homens. Sem elas os homens são mancos de pés [...] (LOPES, 1949, p. 7).

O homem larga a enxada, endireita o tronco. Passa o dedo indicador pelo queixo e sacode o suor para o lado. Depois coloca o polegar sobre uma das narinas, assopra com força, fazendo o mesmo do outro lado. Limpa o nariz com as costas da mão, e, em seguida, falando para o José Viola, diz: – se água de riba não vem este ano, não sei como aguentar a família. [...] Ano passado chuva foi cuspo. Comida que deu acabou dias-há. Tem cinco meses que sete pessoas de família, semana sim semana não, sustenta com dois litros de milho que enxada ganha por dia de trabalho. Aqueles cristãozinhos estão assim'. Mostra o dedo mindinho. 'Faz pena olhar para eles' (LOPES, 1949, p. 12).

Apesar de haver plantações que estão se desenvolvendo, a falta de água suficiente ameaça a sobrevivência delas, o que gera carência na população que depende de uma boa colheita. De fato, a crise hídrica potencializa a pobreza local e as famílias passam fome. No decorrer da narrativa é ressaltado que o trabalho com a lavoura exige muita energia do trabalhador, visto que este precisa passar horas com a enxada cavando, de modo que todo esse esforço é muitas vezes inútil pela falta da irrigação necessária. O cabo-verdiano é descrito como alguém que enfrenta a terra:

A ponta da enxada quando vira para o céu expede raios de sol. Poeira doirada, expressa, envolve-o. Na terra revolvida, a sombra arremeda-lhe os movimentos, como uma caricatura grotesca. Entre ele e a terra há uma luta de anos, de séculos. A terra geme quando a enxada lhe rasga as entranhas. No dia em que a terra o vencer, desabará sobre ele e o cobrirá para sempre. Mas ele é tenaz e feroz no combate (LOPES, 1949, p. 7).

De fato, com problemas climáticos tão expressivos e um território com poucas oportunidades de emprego, cabe a uma parcela considerável da população o trabalho na lavoura. Dessa forma, Manuel Lopes pincela o cabo-verdiano como um lutador que compete com seu próprio território, mas o humano sempre perde para a natureza. É possível inferir que a situação de crise é generalizada no arquipélago:

O rapaz vai cabisbaixo, curvado sob os farrapos que lhe cobrem os ombros. Anda tudo pela hora da morte. Já estamos em princípio de Setembro, e a chuva nem por um canudo. Ninguém lhe tira da cabeça que é praga ruim que deitaram a esta terra. Qualquer dia começa a descer gente da Bordeira, trabalhadores dos sequeiros do Norte, de esteira e manta às costas. Vêm pedir trabalho. Mas não há trabalho para todo o mundo. Dormem nos cavouros. E durante a noite um homem tem de estar de olho aberto se quer salvar as plantas da sua horta. Se por todo este mês não chover vai ser assim. É uma tristeza para toda a gente. Porque terra nenhuma vale nada neste mundo se não cai chuva do céu. É chuva que governa na gente. É milho espigado que faz gente contente (LOPES, 1949, p. 8).

A narrativa fala sobre a movimentação de pessoas pelo território à procura de empregos, mas nem todos conseguem o suficiente para a subsistência. É necessário que aqueles que possuem horta redobrem os cuidados para protegê-la, uma vez que a extrema situação de carência do arquipélago garante inserção de alguns grupos na criminalidade. Assim como em *Vidas Secas*, o vaqueiro Fabiano se humilha por um emprego na velha fazenda que não lhe pertence, percebemos a similaridade das narrativas. Pois, sem emprego os sujeitos precisam transitar pelo território em busca da sobrevivência. Tanto o nordestino quanto o cabo-verdiano se mantêm em um paralelismo dramático (NUNES, 1996).

Manuel Lopes também procura diferenciar Eduardinho e José Viola. O primeiro personagem é um jovem citadino, ele apenas está passando férias e, portanto, é alheio à realidade local, devido a isso passa a observar tudo com muito cuidado com o intuito de escrever um artigo para o jornal dos colegas da cidade. Já José Viola é um homem rústico, acostumado ao ambiente natural, ele também é descrito da seguinte forma: “braços musculosos, a caixa larga daquele peito mulato que os trapos côm de lama deixam descoberto” (LOPES, 1949, p. 9). José Viola é representado de forma sensual, aliás isso chama a atenção de Eduardinho, que provavelmente é um jovem franzino, típico das regiões urbanizadas. Viola também é construído como mestiço, assim como a população cabo-verdiana majoritariamente é caracterizada. A *Clareza* possui um histórico de criar personagens que ressaltam a miscigenação. Viola seria o equivalente ao vaqueiro Fabiano, um homem forte, trabalhador e rústico.

Outro personagem situado no ambiente rústico é Tuca, este se mostra incomodado com o fato de Eduardinho estar escrevendo um artigo sobre algo que não vivencia cotidianamente, o que demonstra que apesar da situação de vulnerabilidade da população rural, ela não é alheia às devidas problematizações acerca da desigualdade social:

[...] a falar de coisas que não conheces... para ti a Ribeira das Patas não passa desta sombrinha'. [...] filosofias. Antes mesmo de lhe tomares o gosto cospes o pedaço que meteste na boca. Tu o que gostas é do doce. Mas o acaso é outro. Sabes lá o gosto que estas rochas têm para falares delas? Acho que só devemos falar daquilo que conhecemos. Vai primeiro tomar lição a esses homens para depois falares, com propriedade, da sua vida e das suas lutas (LOPES, 1949, p. 11).

Para Tuca, é inconcebível que alguém que não convive com os problemas costumeiros a ele e aos seus companheiros, possa escrever sobre seu espaço e suas histórias. O que realmente acontece é que Eduardinho escreverá sobre um grupo rural, mas possui como público leitor alvo aqueles que vivem na zona urbana. Tuca parece ter consciência dessa diferença espacial e social entre os cabo-verdianos.

Em o **Jamaica zarpou**, também escrito por Manuel Lopes, publicado em 1947 no quarto volume da revista *Claridade*, a narrativa se passa na região urbana. O personagem Maninho é um jovem cabo-verdiano que foi criado pela sua tia Nha Gegê, esta assumiu a criação do sobrinho após a morte da mãe dele. Maninho é influenciado a emigrar com o pai, pois sente que a vida em Cabo Verde não tem futuro. Entretanto, na noite marcada para o ato da emigração, o jovem se arrepende e deseja retornar para casa. Ele sente vontade de dizer à tia que deseja lutar no próprio espaço e não em outra parte do globo: “diria logo com firmeza vou trabalhar tuas terras na Ribeira das Patas” (LOPES, 1947, p. 2).

O que o personagem deseja em um primeiro momento é trabalhar com a agricultura e continuar no seu território, mas como vimos, na produção analisada nas páginas anteriores, a situação do trabalhador camponês era muito incerta devido a pluviosidade irregular de Cabo Verde. Ao adentrar em sua casa, Maninho fica surpreso com o cômodo que costumava ser seu quarto, mas que agora virou um depósito. De modo que o jovem não se sente mais familiarizado com o espaço que antes era íntimo. Isso chama nossa atenção para a posição delicada daqueles que planejam emigrar, a constante sensação de desterritorialização, ou seja, a perda do acesso ao seu lugar no mundo. Ao retornar para casa, Maninho consegue ouvir de forma escondida a conversa entre sua tia e a vizinha Nha Eufêmia. O diálogo é um verdadeiro desabafo sobre a situação deplorável do arquipélago:

É claro, estou satisfeita porque ele não tinha futuro nesta terra... É o melhor passo que ele poderia ter dado na vida Só esta agoniação de não saber que fazer... Uma terra desgraçada e ingrata. Sem futuro. Ora desempregado, ora com empreguinhas de cacaracá, que nem para a roupa dão. Não imagina os sacrifícios que eu fazia com a vida tão cara (LOPES, 1947, p. 4).

Como visto acima, a tia do jovem se sente menos preocupada, pois acredita que ele emigrou rumo a uma melhor qualidade de vida. Ao mesmo tempo que Cabo Verde é representado como uma terra de difícil sobrevivência, sem oportunidades de emprego e com um custo de vida alto. Outra passagem interessante é quando ela afirma que:

Só quem tem uns papezinhos é que tem valor na nossa terra. Trata de estudar e não ser calaceiro. Gasto um dinheirão em propinas e livros e papeis, uma data de coisas para ver se mais tarde arranja um emprego público. Mas se um dia aparecer um vapor... Deixe eles ir d'aqui. Deixe bater asa, Lá fora dão valor ao trabalho. Todos que vão tornam-se homens de bem, e um dia voltam com juízo na cabeça e com dinheiro. Nossa terra está pobrinha. Deixe eles ir catar dinheiro (LOPES, 1947, p. 4).

A emigração aparece como única solução para os problemas sociais que afligem a população do arquipélago. Existe a idealização de que quem emigra se torna um sujeito bem sucedido e endinheirado. Enquanto Cabo Verde é descrita novamente como uma terra de pobreza. Após acompanhar o diálogo, Maninho se revela à tia, ela se mostra chocada com o fato de ele não ter emigrado. Ela o convence a retornar ao veleiro em busca da emigração, e Maninho se dirige rapidamente ao cais. As lembranças causam um misto de sensações na cabeça dele:

Na verdade amava Mindelo. Habitou-se àquela vidinha igual. Era um repetir conhecido e familiar. Um pêndulo de relógio fazendo os mesmos movimentos - e o tempo caminhando. A vida girando a passo. Seus olhos estavam presos a estas mesmas coisas. As ruas razas, batidas de sol e vento, com as suas casinhas rés-de-chão entre os melhores prédios da cidade, como uma dentadura irregular; este viver tranquilo de província e seu bate-boca de intriguinhas sem valor nenhum, - a tia Gegê que o trouxe desde menino até fazê-lo gente, a bicharada ruidosa do quintal que tanto o enervava; o povo bom que não faz mal a ninguém, que gosta do seu violão, da sua morna, do seu grog barato; o mar na baía que desperta sonhos, os vapores que entram e saem, e deixam um vazio e uma saudade nos corações; este viver igual de todos os dias, sem perigos, sem cuidados de maior; a resignação desses corações simples da sua vida quotidiana que o acompanharam desde a infância, e continuariam formando o grande cortejo das recordações, pela vida fora (LOPES, 1947, p. 8).

Maninho nutre um apego à terra, ao cotidiano e à sua infância. A escrita claridosa defendia um sentimento de nostalgia com respeito ao passado das ilhas, mas sobretudo, é notável a defesa do sentimento bi-partido do cabo-verdiano, ele quer ficar na terra, porém precisa partir devido à carência econômica. De modo que é uma situação de dor para aqueles que precisam deixar seus familiares, amigos e a vivência comum no espaço.

Ao chegar no cais Maninho percebe que o vapor partiu, e a sensação de desespero toma conta do personagem: “O [vapor] Jamaica foi a razão de existir que lhe fugia, e deixava em seu lugar uma escuridão profunda, no porto e no seu espírito - uma desilusão total da vida” (LOPES, 1947, p. 10). Ao perder a embarcação, ele sente que perdeu a possibilidade de ter uma vida melhor. Maninho possui a concepção de que decepcionou sua tia e que agora precisava continuar dependendo dela.

Ao mesmo tempo é possível salientar que a tia Gegê não gosta da ideia de ficar longe do seu sobrinho amado, mas ela se preocupa com o futuro dele, portanto concebe o ato de partir do território como único meio para salvaguardar a vida de Maninho. O que nos lembra da preocupação exposta por Sinhá Vitória para com o futuro dos filhos, ela concebe a emigração para o Sul do Brasil como único meio de mudar a realidade social dos filhos para que eles não sejam iguais ao pai, um vaqueiro rústico e ignorante. Ao mesmo tempo em que projeta a ideia de que os dois meninos acessem a escola e possam trabalhar em outra profissão que não seja a de vaqueiro (RAMOS, 2020). Portanto, notamos que a emigração é idealizada, tanto na literatura de Ramos quanto na claridosa, como central nas expectativas da população carente. É não somente a troca de um espaço de seca e dor por outro tido como civilizado, mas é também a chance de ascensão social da próxima geração da família.

No conto **a herança**, escrito por Virgílio Avelino Pires e publicado no oitavo volume da Claridade, o narrador descreve um sujeito chamado Puxim que passou por situações difíceis ao perder as pessoas que ama. A primeira vítima das condições degradantes foi Tôco, este dormia em um quartinho de palha que pegou fogo, o que acabou ceifando a vida dele. A segunda morte descrita é a de André, ele não suportou a crise de fome:

André morreu em plena crise. Daquela vez, Puxim pensou que ele próprio ia morrer. Estava velho e muito fraco. Mas, mais do que a fome, doía-lhe ver os filhos enfraquecidos, com os corpos cheio de rebentos. Sobretudo André, que nos bons tempos era riço como pilão verde. André não pôde resistir e a morte deitou-lhe a mão (PIRES, 1955, p. 55).

As mortes descritas, sobretudo a de André, remetem às constantes crises de fome comuns a Cabo Verde ou as condições ruins de moradia. O fato é que Puxim vai perdendo as pessoas que ama. Sendo a próxima morte descrita a de Didi, este faleceu quando a crise já havia passado e o arquipélago já se encontrava em melhores condições, porém mesmo assim a dor e a perda fazem parte da vida do sujeito local:

Passou mais um ano. E Aquele Homem, considerando que já tinha experimentado a paciência do pecador, mandou chuva, que fez virar tudo

verde. E agora que tudo estava seguro, agora que não havia fome, agora é que Didi morria. Didi foi para seu caminho. Foi para onde tinham ido Nhã Bibiana, Tôco e André (PIRES, 1955, p. 56).

Além disso, as características ambientais são centrais na narrativa. Uma vez que o espaço é descrito como um território de fases, ora boas, ora ruins. Se a seca faz parte da realidade local, há também os momentos em que o solo se torna verde e fértil quando as chuvas começam a cair a um ritmo regular e o solo se torna adequado para o trabalho humano e para colheita, a escrita do grupo cabo-verdiano, assim como a do brasileiro Graciliano Ramos se alicerça nas particularidades espaciais:

Puxim abrangeu com a vista toda a boa terra de Cumbém. Tudo estava verde até a Assomada, até Bolanha. Do outro lado, até ao lunco, e muito mais para cima, até o monte Pico Antónia. Deus mandara chuva e a fome já não metia medo a ninguém. A terra acordara. Sim, porque a terra não morre. No tempo da crise dorme, mas acorda logo que Aquele Homem manda a velha emborcar o carmã. O Puxim queria muito aquela terra. Admirava-se de como ela mudava tão depressa. No tempo da crise, seca, áspera, avermelhada, como sítio em que o Sujo andou. Porém, logo que chovia, tornava-se escura, espessa, e, quando revolvida com a enxada, criava caroços. Era então a terra abençoada, a terra de Deus, que alimenta toda a gente (PIRES, 1955, p. 55).

Se outrora a Claridade representa Cabo Verde como uma terra árida e ingrata, ela também abordam que há momentos em que esse espaço possui fases em que tudo muda, assim que as chuvas começam a cair. A figura de Deus é central, uma vez que tudo depende dele e a mãe terra precisaria assim ser abençoada. Semelhante ao território descrito por Graciliano Ramos em *Vidas Secas* no capítulo denominado **Inverno**, o espaço possui o período chuvoso em que a terra fica propícia para a agricultura e quando o rio se alarga por extensas regiões, isso alegria o personagem Fabiano. Apesar disso, devido a quantidade de chuvas o rio inunda uma grande região o que deixa Sinha Vitória amedrontada, pois há ameaça de que a residência da família seja violada (RAMOS, 2020). De modo que o Nordeste é representado como uma região perigosa, não importa se no período de seca ou no de chuva, os moradores estão em constante risco.

É importante ressaltar também que a seca é sempre um fantasma à espreita. Mesmo com as chuvas, ela permanece viva na memória de Fabiano, e o vaqueiro sabe que cedo ou tarde o período árido irá retornar (RAMOS, 2020). Da mesma forma, no caso cabo-verdiano nem mesmo os momentos de fartura são suficientes para acalmar o coração e suprimir os traumas causados pelas perdas dos períodos de crise e aridez:

Do alto da colina onde tinha o seu funco, Puxim lançou um triste e demorado olhar a tudo que o rodeava. Pensou na companheira que lhe dera três filhos e que Deus cedo chamara a Si. Pensou nos seus mocinhos mortos uns atrás dos outros. E viu que estava só. Abrangeu com a vista toda a terra de Cumbém e alongou o olhar até Bolonha, até o Jungo, e muito mais para cima, até o Monte Pico de Antónia. E viu que só lhe restava a terra (PIRES, 1955, p. 56).

O que notamos é que as perdas são constantemente retomadas no campo da memória, o sujeito revive e lembra dos seus entes queridos vitimados nos períodos difíceis mesmo quando o ambiente do arquipélago está propício para uma vida mais tranquila. A seca e a dor que ela causa é permanente no imaginário dos cabo-verdianos assim como é na dos nordestinos.

No tocante a desigualdade social, percebemos que ela é centralizada em **Não era para mim**, presente no quinto volume e escrito por Jorge Barbosa. O sujeito na produção reclama que há duas realidades paralelas no arquipélago. Primeiro a narrativa expõe as qualidades do espaço, como, por exemplo, as flores e seu aroma, as árvores e sua sombra e a ramagem. Mas em seguida acontece a mudança para um enfoque no drama do personagem, este afirma que não pode aproveitar nada o que há de bom:

Passei um momento no caminho que as flores enchiam de aromas, que as árvores enchiam de sombra. E o chão era fofo por causa das folhas caídas. Mas o perfume não era para mim, nem a frescura da ramagem nem para os meus pés o tapete que as folhas deixavam. Porque o meu caminho é um outro, mais duro e mais longo (BARBOSA, 1947, p. 14).

De modo que o sujeito afirma que seu caminho é difícil e longo. Para em seguida explicar que: “senti a miséria queixar-se ao meu lado, gente sem nada pedindo um pouco somente do muito que sobeja nas searas e nos cofres” (BARBOSA, 1947, p. 14). Essa afirmação eleva o sofrimento para além da esfera particular, ou seja, nos leva a entender que o clima de carência era generalizado, portanto, um grupo sofria e não apenas um indivíduo.

Essa produção que expressa a pobreza de uma parcela da população retrata o cabo-verdiano como alguém carente dos produtos básicos, tendo que trabalhar duro para conseguir a subsistência. Da mesma forma, na obra *Vidas Secas* somos levados a conhecer o drama de uma família que sobrevive com muito pouco. Por exemplo, sinhá Vitória deseja uma cama melhor para poder dormir com mais conforto. Enquanto isso, Fabiano parece aceitar a posição social inferior. Isso nos leva a pensar na resignação tipicamente abordada pela literatura claridosa, no sofrer calado do ilhéu que parece aceitar a situação deplorável em que se encontra:

Por um instante ouvi a música mais bela de ritmos mais estranhos e misteriosos que me fez quase esquecer de que sou. Mas não era para mim a

melodia porque os meus ouvidos e a minha alma estão cheios apenas dos ecos que ficam dos gritos e das aflições da vida (BARBOSA, 1947, p. 14).

Apesar de expor o drama local, não há explícito o sentimento de revolta, pois o sujeito parece aceitar o seu lugar na sociedade, ele parece consentir que é natural o estado de subalternidade. Algumas críticas direcionadas à geração Claridade consistem em argumentar que o grupo não abordava corretamente os problemas dos nativos em Cabo Verde. Uma vez que faziam questão de que a população fosse retratada como dócil perante o império português.

Ao ler a revista Claridade “[...] ficamos com uma sensação de desconforto, a da existência de um peso ideológico. Há, implicitamente, por um lado, a situação colonial que impede o progresso do cabo-verdiano e, por outro, a sua natureza intrinsecamente resignada” (TAVARES, 2012, p. 83). Talvez optassem por estas denúncias mais simples porque a revista foi publicada inteiramente apenas no contexto do salazarismo, ditadura que impossibilitava críticas diretas. De fato, a revolta claridosa é sempre contida e discreta.

O claridoso Jorge Barbosa tinha uma forma mais sensível de produção literária. Geralmente, ele optava por expor o drama da sociedade, até mesmo preferindo produzir poemas ou textos em prosa. Isso difere a escrita dele da de Baltasar Lopes, este era mais intelectualizado, optou por escrever também, além de poesias, ensaios científicos e possuía uma escrita mais rebuscada.

Prova da erudição de Baltasar Lopes é o ensaio **Uma experiência românica nos trópicos**, presente no sexto volume, onde o claridoso se debruça sobre o estudo da língua cabo-verdiana e do seu relacionamento com a língua portuguesa. De modo que ele estava também a analisar o próprio processo de colonialismo empregado em Cabo Verde. Além disso, o autor se aproxima de uma análise da teoria luso-tropicalista de Gilberto Freyre, ao passo que define a herança lusitana como principal e a africana como um satélite que a orbita.

Para maior exactidão, circunscreve-me ao crioulo de Cabo Verde, que me oferece possibilidades mais directas e seguras de estudo. Ora, verifica-se que se trata de um dialecto de estrutura morfológica integralmente de cunho português e léxico do qual só uma pequena percentagem não provém do reinol.. Bem sei que muita gente se sente desnorçada perante o aspecto fonético que as formas caboverdianas apresentam. Compreende-se. A etnologia é espécie de comida aparentemente ao alcance as mãos; por isso, vá de se atribuir a léxico provindo do fundo das senzalas africanas formas portuguesissimas da silva (LOPES, 1947, p. 3).

A contradição aparece quando, apesar de reconhecer a participação de etnias africanas na formação da língua cabo-verdiana, o autor defende que não seria possível afirmar a

existência efetiva dos aspectos fonéticos de África no idioma local, porém ressalta que todas as características fonéticas encontradas no arquipélago estariam presentes em Portugal, ou seja, teriam vindo de lá:

Quanto ao aspecto fonético, o estudo minucioso do dialecto mostra que nele não ocorre tratamento a que se deva atribuir origem especificamente africana. A bem dizer, não há tratamento fonetico crioulo que não esteja representada na fala da Metrópole e não se enquadre nas tendências fonéticas da língua (LOPES, 1947, p. 3).

Aparentemente, a ideia do claridoso é posicionar a língua crioula como algo essencialmente cabo-verdiano, ou seja, elencá-la como um dos pilares da identidade. Entretanto, como os negros do continente africano são considerados inferiores, uma vez que estamos falando de um período em que o colonialismo tardio ainda perdurava, Lopes não tem interesse em defender que o idioma local recebeu influências da parte continental, pelo contrário, ele vai discursar em torno da valorização de uma suposta herança lusitana. Alegando então que os cabo-verdianos e sua língua são civilizados.

Para ele, houve um desgaste fonético ao longo do tempo, isso distanciou com intensidade e violência da língua matriz, ou seja, o português. Mas logo os contatos entre os idiomas teriam sido retomados e a língua lusa acentuou a reconstrução fonética do crioulo (LOPES, 1947). De modo que para Lopes, a metrópole teria sido um guia para o falar do arquipélago. O português seria o tutor da língua cabo-verdiana. Esse argumento é sem dúvidas luso-tropicalista e, portanto, está de acordo com os postulados de Gilberto Freyre. Pois segundo o sociólogo brasileiro, Portugal teria contribuído para desenvolver diversas regiões coloniais, incluindo o Brasil e Cabo Verde, de forma que atuaria como um lastro comum entre diferentes espaços. Essa suposta contribuição lusitana seria vista na língua, na religiosidade, na arquitetura e na mestiçagem (FREYRE, 2010).

É perceptível que Freyre nutria muito mais interesse em estudar o Brasil e sua relação com Portugal do que se debruçar sobre os espaços do continente africano. Além disso, “como se pode notar, Freyre estava mais interessado em compreender a atuação dos portugueses nos trópicos do que entender o modo de vida dos africanos em face da experiência colonial portuguesa” (SCHNEIDER, 2012, p. 87). Para o sociólogo, o interessante era a atuação do colonialismo lusitano e não as sociedades africanas.

No volume quatro da revista, também publicado em 1947, onde este ensaio de Lopes foi iniciado, o autor cita diretamente Gilberto Freyre e sua teoria luso-tropicalista. O intuito é

ressaltar o suposto pioneirismo lusitano e reforçar a ideia de um lastro cultural único em todos os territórios colonizados por eles, incluindo Cabo Verde e o Brasil:

Como pretendo mostrar ao longo destes artigos, a aventura românica nos trópicos denuncia, nos seus resultados actualmente observáveis, a importância decisiva do ‘lastro comum’ que, se não estou em erro, se encontra na base do bloco de sentimento e de cultura defendido por Gilberto Freyre. É sabido que a língua portuguesa se expandiu a todas as partes do mundo aonde chegou a influência política lusitana. Em África, na América, na Ásia e na Malásia, ela deixou profundamente a sua marca nos pontos de fixação da força<sup>2</sup> que determinou a mobilidade planetária do português dos séculos passados (LOPES, 1947, p. 15).

A teoria luso-tropical é utilizada também como meio, não só de ressaltar a ligação com Portugal, mas também com o Brasil. É uma forma de diluir a herança africana na composição da cultura linguística de Cabo Verde. Para o claridoso, a língua portuguesa falada no Brasil não se modificou drasticamente se comparada com a falada em Portugal (LOPES, 1947). O que queremos demonstrar com essa análise do ensaio de Baltasar Lopes é que o Brasil era um ponto de referência e marcava presença nas análises do grupo cabo-verdiano.

Não causa também estranheza, por esta razão, que as sobrevivências lexicais de origem africana sejam actualmente pouco numerosas no arquipélago, e em Barlavento quase insignificantes. É curioso verificar que o afro-brasileiro, que, de um modo geral, se apresenta ainda, quanto ao seu comportamento, na fase da adaptação, isto é, mais afastado do que o cabo-verdiano da meta do processo aculturativo, que é a aceitação, está todavia muito mais perto linguisticamente do que este (LOPES, 1947, p. 19).

Portanto, o claridoso não só afasta novamente a herança africana de Cabo Verde, mas também ressalta que o arquipélago se mostra mais “desenvolvido” no sentido de proximidade com Portugal que o Brasil. Embora linguisticamente o falar brasileiro demonstre mais características lusas. Isso denota que o discurso de Cabo Verde como sendo uma colônia modelo já marca presença nas edições da revista *Claridade*. De modo que o arquipélago é pincelado como o grande exemplo de um espaço luso-tropical e provaria a eficiência do colonialismo português (NETO, 2009).

Prosseguindo com a análise das produções da revista, em **Rapsódia da ponta-de-praia**, escrita por Osvaldo Alcântara, pseudônimo de Baltasar Lopes, notamos um teor crítico à censura que estava presente em Cabo Verde. Em um primeiro momento percebemos o desejo

---

<sup>2</sup> Grafia do autor do ensaio.

do sujeito de emigrar em busca de uma vida melhor, pois, pelo visto, em Cabo Verde não há oportunidades de trabalho:

Não vou ficar avassalado / pelo Astral Inferior, / vou fugir / naquele Grange ou naquele suiço / vou ser chegador / azeitador / fogueiro / criador de bordo ou taifeiro. / Daqui a seis meses tocarei no porto, / irei ao Farol do Viajante / apanharei uma bebedeira / e embarcarei novamente naquele Grange / ou naquele suiço (ALCANTARA, 1947, p. 13).

A emigração é centralizada constantemente na literatura claridosa, algo que aproxima os intelectuais cabo-verdianos das obras do regionalismo do Nordeste brasileiro e também de *Vidas Secas* de Graciliano Ramos. Devido à pobreza, às secas e à falta de empregos a vida era muito difícil e, portanto, emigrar se tornava a solução. A narrativa se altera, pois se inicialmente ela é de fuga, posteriormente, passa a ser de afronta para com as autoridades policiais: “Vai haver pancada / vou brigar com polícia / porque polícia não sabe ainda / que sou homem macho. / Vou passar contrabando / vou ao Porto Novo / enganei os guardas da alfândega” (ALCANTARA, 1947, p. 13).

De modo que em um regime de censura como o Estado Novo português, o ato de passar contrabando, seja ele qual for, demonstra, se não resistência, mas uma tentativa de burlar os mecanismos de censura do salazarismo. De fato, as limitações de um regime autoritário tendem a incomodar artistas que desejam mais liberdade criativa. Além disso, os claridosos podiam não defender a ruptura com Portugal, mas não concordavam diretamente com a censura.

Apesar de desejar a emigração, o sujeito é bem enfático para onde ele gostaria de ir: “vou fazer letra bonita, / vou escrever uma carta / ao presidente Roosevelt / para ele distratar os meus papéis / vou trabalhar em New Bedford / vou ser tripulante de lighth-ship. Vou-me embora / não vou mais ficar avassalado pelo Astral Inferior” (ALCANTARA, 1947, p. 13). A escolha da cidade de New Bedford, localizada em Massachusetts, não é sem pretensões. Afinal os Estados Unidos sempre foi concebido como um país onde impera a liberdade e a oportunidade. De modo parecido, na obra *Vidas Secas*, Graciliano Ramos constrói uma narrativa em que o núcleo familiar migra para o Sul, também sinônimo de oportunidade e ascensão social. Notamos que tanto os cabo-verdianos, quanto Graciliano Ramos constroem personagens que almejam territórios que simbolizam o crescimento econômico e a prosperidade, mas sobretudo, o afastamento do autoritarismo em busca da proximidade com o que é tido como civilizado.

Percebemos que a construção da identidade funciona a partir da diferenciação de um espaço para com o outro, ou seja, o Sul e as oportunidades que ali supostamente existem são a oposição da pobreza do Nordeste. Enquanto os Estados Unidos e o seu liberalismo representam o contrário da situação de Cabo Verde e a ditadura que ali imperava. Assim, “afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre ‘nós’ e ‘eles’” (SILVA, 2014, p. 82). Esse processo de formulação das identidades não funciona de forma igualitária, visto que um é sempre privilegiado enquanto há depreciação do outro, sendo que uma identidade é positivada e a outra negativada (SILVA, 2014). Notamos isso também com a valorização da identidade mestiça em comparação com a identidade dos povos africanos, os claridosos concebem a superioridade dos cabo-verdianos em desvalorização dos outros sujeitos do continente.

Um ensaio que demonstra o apreço pela defesa da sociedade cabo-verdiana como mestiça é a **estrutura social da Ilha do Fogo em 1940**, escrito por Henrique Teixeira de Sousa e presente no quinto volume da *Claridade*. Para o claridoso, os mestiços assumiram a posição privilegiada antes ocupada apenas pelos brancos, e, portanto, se tornaram um grupo importante na estrutura social cabo-verdiana: “De resto, é sabido que em Cabo Verde mestiços e mulatos podem passar à categoria social de brancos e vice-versa, consoante as suas possibilidades económicas ou sociais” (SOUSA, 1947, p. 42). Ou seja, para Sousa o que define a posição social de alguém é o recurso financeiro que este detém.

Notamos também que a miscigenação é embutida na identidade do povo local e o sujeito mestiço é valorizado apenas quando se aproxima da forma de vida dos brancos. Algo que Florestan Fernandes já chamava a atenção, de modo que este é um problema em torno do discurso de valorização da mestiçagem, pois sempre trata os elementos lusitanos como superiores aos africanos. Dessa forma, para o mestiço ser inserido socialmente ele deveria ser educado de acordo com a norma racista da época (FERNANDES, 2013).

Além da mestiçagem, a emigração aparece como um fator de alterações da sociedade, pois, é a partir dela que muitos mestiços acumularam dinheiro suficiente para possuir acesso à terra e enriquecer. Para o claridoso, o comércio foi um grande setor em que estes sujeitos ingressaram, diminuindo assim a proeminência dos brancos. Sousa também cita a proibição da emigração para os Estados Unidos como um fator de dificuldade para os mestiços, mas que foi burlado por eles:

A emigração, enquanto durou, favoreceu muitíssimo a classe popular. Com os dólares amealhados na América, compraram-se propriedades, levantaram-se casas de telha, escavaram-se cisternas e adquiriu-se gado e uma mula de jornada. A dificuldade e, por fim, a proibição da entrada livre na América, se, por um lado, veio prejudicar o comércio dos mulatos, com a escassez correspondente de dinheiro americano, por outro contribuiu para que os mesmos mulatos se tornassem grandes proprietários com a desvalorização da propriedade rural (SOUSA, 1947, p. 44).

De fato, a emigração foi e é uma força capaz de impactar a estrutura econômica cabo-verdiana. Uma vez que historicamente os sujeitos ilhéus precisaram lidar com as problemáticas condições presentes no arquipélago. A emigração pode ser dividida em dois tipos principais, sendo a emigração forçada e a emigração espontânea. A primeira iniciou-se no século XIX e se estendeu até 1975. Esta corrente é caracterizada pelo fomento da metrópole a partida de cabo-verdianos para as roças de São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique (SANTOS, 2021). Isso se dava por meio da feitura de contratos que eram muitas vezes responsáveis pela desvalorização dos ganhos do trabalhador. Já a emigração espontânea é provavelmente o tipo que o claridoso Henrique de Sousa escreveu em seu ensaio, isso porque os cabo-verdianos que emigraram espontaneamente é que realmente tiveram o poder de enriquecer.

Os primeiros registros datam do fim do século XV e início do século XVI quando alguns homens livres foram para a costa da Guiné servir como intermediários do comércio entre africanos e europeus. Posteriormente, os cabo-verdianos começaram a ir rumo aos Estados Unidos da América. Inclusive há relatos de cabo-verdianos estarem presentes antes mesmo da independência do país norte-americano. Esse contato íntimo com os estadunidenses despertou os habitantes para ideias liberais, sendo que o território era colônia portuguesa (SANTOS, 2021). Devemos lembrar que Cabo Verde, assim como todas as colônias lusas estavam passando pela ditadura salazarista, o que não combinava com o liberalismo.

A emigração se intensificou durante os anos de atividade da revista *Claridade*, pois “Os dados estimam que tivessem saído de Cabo Verde, entre 1946 e 1973, cerca de 143.375 pessoas, equivalente a uma taxa anual de 5.049 pessoas, quase igual ao crescimento demográfico deste período, que foi de 5.167 pessoas ao ano” (GOES, 2006, p. 69 apud. SANTOS, 2021, p. 265). Logo esse tema seria recorrente na tradição literária dos intelectuais cabo-verdianos.

Os claridosos também tinham um interesse em teorizar sobre a mestiçagem, nesse quesito o regionalismo do Nordeste brasileiro era útil porque a população neste espaço era descrita como miscigenada. Inclusive Fabiano, personagem central em *Vidas Secas*, é narrado como um caboclo, ou seja, um mestiço. A ênfase em definir os tipos sociais era característico

da literatura de cunho regionalista. O mestiço do Nordeste brasileiro se diferenciava do perfil europeu situado no Sul do país. Já o cabo-verdiano se distanciava do africano ao tempo que se achegava ao lusitano. De fato, a geração claridosa não abandonou a busca pelos resíduos portugueses no perfil do ilhéu. Estes intelectuais invocavam o regionalismo para solidificar tais ideias, ou seja, o modelo identitário da claridade podia coexistir com o colonialismo do Estado Português (MADEIRA, 2018).

Essa formulação discursiva em torno da identidade mestiça, tanto no Brasil quanto em Cabo Verde, só foi possível porque o conceito de raça estava no centro de diversas discussões no campo científico, tendo como um dos maiores expoentes Gilberto Freyre. Pois, nem os claridosos, e muito menos Graciliano Ramos, teriam criado do zero tal categoria social. O sentido dos seres e das coisas depende de unidades maiores de análise, isso inclui narrativas, afirmações e uma série de discursos que nascem de uma variedade de áreas de conhecimento sobre determinado assunto, ou seja, precisam de um campo que detém autoridade (HALL, 2016).

Gilberto Freyre, devido a sua formação acadêmica e relevância no cenário nacional e internacional, garantia a legitimidade do discurso da mestiçagem, o que seria suficiente para uma série de literatos explorarem o tema na sua literatura. Salazar, com sua política colonial focada na manutenção do controle dos espaços além-mar, também beneficiava a repercussão e consolidação da identidade mestiça, sendo um grande responsável por criar o ambiente perfeito para a proliferação dessa narrativa nas colônias.

Prosseguindo com a análise das produções claridosas podemos perceber o retrato da sociedade cabo-verdiana em **Dona Mana**, presente no sexto volume, publicado em 1948. Ao escrever, Baltasar Lopes, traz à tona a tumultuada situação de uma mulher nativa, pois a narrativa se passa em uma audiência judicial, onde dona Mana acusa o pai de Salu, sua filha, de agredir a criança. Entretanto, rapidamente reviravoltas acontecem a partir do depoimento da testemunha, cujo nome é Maria dos Réis, que prestava serviços domésticos à mãe.

A testemunha Maria dos Réis depunha com precisão inquietante. Apesar de ser da acusação, não poupava verdades à queixosa. Ela tinha modos de pessoa maluca, mas um desembaraço a falar no tribunal e uma forma directa de se referir à vida íntima da queixosa – que só impressionavam. – Servi como criada quase um ano em casa desta mulher... A queixosa insurgiu-se: - Mulher não! Tenho nome... – Sim, a senhora tem nome, não estou esquecida... [...] Servi de criada na casa desta senhora quase um ano – continuou a testemunha. Lá que era amiga da pequena não quero negar. Mas admira que Dona Mana se queixe de o Snr. Armando ter maltratado Salu, porque ela também lhe bateu na minha presença várias vezes, e com raiva (LOPES, 1948, pp. 2-3).

A testemunha chamada por dona Mana, é a mesma que a acusa de também agredir a filha. A mulher e o senhor Armando são separados, este já constituiu outra família, enquanto Dona Mana possui três filhos, dois meninos e a menina Salu. Mas o que parece apenas um drama familiar isolado ganha feições sociais mais densas, quando as causas para tais agressões são expostas no depoimento de Maria dos Réis:

Um dia, por exemplo, Salu chorava fome. A senhora já não se dava com o Snr. Armando e este muitas vezes pediu-lhe que lhe entregasse a pequena, porque sabia que D. Mana não podia sustentar Salu. Ela é teimosa e nunca quis, até que a pequena foi entregue por uns tempos ao Snr. Armando, por ordem da autoridade. Salu chorava fome e a mãe disse-lhe: - Se queres comida vai pedir a teu pai. Salu continuou chorando e então D. Mana deu-lhe pontapés. Ela esteve um ror<sup>3</sup> de dias sem nada lhe parar no estômago, sempre a vomitar. Tudo por causa do maltrato da senhora... (LOPES, 1948, p. 3).

A fome de Salu parece irritar a mãe que dificilmente consegue sustentar a família, principalmente após a separação: “E onde ia eu arranjar recurso para escolher comida para a minha filha? Se calhar era você [Armando] que me deveria de dar dinheiro para sustentar devidamente Salu? Olha quem... Se até se recusou a mandar-me 15\$00” [...] (LOPES, 1948, p. 3). A solução sugerida é que Salu vá morar com o pai para que possa ter uma vida melhor, ignorando por completo o drama e os sentimentos da mãe. Porém, logo os detalhes da difícil vida de Dona Mana aparecem:

A queixosa invocou os seus quarenta anos, em grande parte de vida apertada, em cata de recurso para si e para os seus filhos. O réu não negou. Voltando-se para o juiz, afirmou-lhe: - não posso dizer que esta senhora seja má. O que ela tem é muito génio e um orgulho que não se justifica. [...] depois do nascimento de Salu a gente deixou de tratar-se, e ela teve outro filho, apenas para me mostrar (pelo menos foi o que disse) que ainda era capaz de arranjar outro homem. Todo o seu mal vem deste maldito feitio – ela diz sempre que tem muito orgulho e é muito independente – que a levou não só a brigar comigo, mas até a não me entregar a Salu para eu a criar e educar. O resultado é que, para arranjar meios de vida, ela vê-se obrigada a alugar quartos a meretrizes e homens que desembarcam dos vapores (LOPES, 1948, pp. 3-4).

---

<sup>3</sup> Grafia do próprio autor do conto.

Sozinha e com dificuldades financeiras, dona Mana é acusada de alugar quartos para profissionais do sexo. Isso gerou grande descontentamento ao juiz, que passou a julgá-la, visto que tal comportamento não era o esperado para uma mulher considerada mãe. Notamos o perfil moral defendido para a sociedade cabo-verdiana, assim como para o Nordeste brasileiro, onde uma figura feminina “de respeito” deveria estar quase restrita ao lar e ao trato dos filhos. Ignora-se novamente às necessidades econômicas da personagem e também o fato de ela não ter com quem contar para os momentos difíceis. A testemunha Maria dos Réis então conta mais sobre a história de vida:

Ela não é má mãe, snr. Juiz... conheço a D. Mana desde criança, somos ambas de S. Nicolau e quase da mesma idade. Antes a senhora nunca sentiu necessidade. Ai, ela teve Candinho, a família brigou, mas ela ficou em casa. Mas já não era a mesma pessoa, nem a família a mesma para ela. D. Mana vivia lá dentro daquela casa em S. Nicolau, como se vivesse no cemitério da Tubaga. Ninguém lhe dava palavra, suponho que por medo do Snr. Joãozinho da Costa. [...] A D. Mana dizia-me então que lá em casa era com ela tudo calado, dias e dias sem ela ter uma pessoa com quem sentir que ainda estava viva. [...] Eu sabia que a maior pena de D. Mana era ver os modos do pai com ela. Um velho que eu conheci bem, snr. Juiz [...] o velho era de boa família e nunca tinha tido um caso destes em sua casa. Mas era um homem de opinião (LOPES, 1948, pp. 6-7).

De modo que a relação entre D. Mana e sua família ficou abalada durante e após a primeira gestação da mulher. Seu pai passou a não lhe dirigir mais a palavra e obrigava a mãe de Dona Mana a também não conversar com a filha, pois “[...] a mãe, D. Mariquinha, que não falava com ela na presença do snr. Joãozinho, e [ia] alta noite a acalantar Candinho” (LOPES, 1948, p. 8). O primeiro filho, Candinho, quando cresceu um pouco, passou a ajudar em casa da maneira que encontrava:

Quando vê que D. Mana não tem nada em casa para dar aos meninos, Candinho foge. Anda dias e dias fora, catando tostão aqui, tostão ali, para mandar à mãe. Até esmola já pediu. Eu penso no meu coração que é mais para não dar peso à D. Mana que Candinho foge de casa. E quando ele volta é como um ladrão, espreitando de longe para ver se a mãe não está em casa para ele poder entrar. A D. Mana vive principalmente de bolsinhas de sementinha que ela faz para vender para bordo dos vapores (LOPES, 1948, p. 6).

Além da ajuda do filho, a mãe passa a vender seus artesanatos. Fica latente na narrativa que D. Mana se vira como pode, sem a ajuda de ninguém, além do filho pequeno que também

não possui o poder para apoiar plenamente nem a si e nem a sua família. O sofrimento da mulher se arrasta desde quando morava na casa de seu pai, porém enquanto estava lá não lhe faltava o necessário para uma boa vida. É quando seus pais falecem que os problemas se intensificam: “O sr. Joãozinho durou pouco tempo, e tudo aquilo morreu e as filhas, cada qual foi para o seu lado. A D. Mana veio cair nesta vida apertada de S. Vicente” (LOPES, 1948, p. 8).

Em um território pobre, sem condições para o pleno desenvolvimento de sua população, é difícil que as pessoas tenham oportunidade de ascender socialmente. No caso específico das mulheres isso pode ser ainda pior. Dona Mana possuía uma boa vida com a sua família em São Nicolau, o que podemos inferir que talvez eles tivessem acesso a alguns privilégios, porém com a morte do pai, ela ficou completamente desamparada. Então casou-se, mas se separou de Armando, ficando novamente sozinha. O drama da personagem nos leva a refletir sobre o tratamento dado à mulher que quebrava as regras impostas na estrutura de uma família nuclear, pois, engravidar antes de estar casada foi um golpe para seu pai que passou a puni-la com o silêncio e isolamento dentro da moradia deles. O que podemos relacionar com a dramática situação de algumas mulheres do Nordeste do Brasil, um território também influenciado pelos dogmas católicos, uma mulher deveria se casar e somente após isso ter filhos com o seu esposo. Caso contrário seria considerada um desgosto para os pais. O perfil de Joãozinho, pai de D. Mana, demonstra a figura de um homem rústico e autoritário, também muito comum nas representações dos sujeitos nordestinos.

O texto nos leva a perceber o constante descaso para com o drama de D. Mana, ela parece não ter ajuda alguma. O governo colonial não se importa com o fato de uma mulher que possui três filhos esteja sem condição alguma para mantê-los a salvo. Ser mulher, ainda por cima pobre e sozinha, em um sistema colonial não deveria ser nada fácil, em uma estrutura que desumanizava pessoas, a mulher parece sempre ser duplamente agredida.

A produção de Baltasar Lopes também contribui para retratar o território como carente, e, portanto, se aproxima da narrativa de Graciliano Ramos em *Vidas Secas*. Pois, o brasileiro deu vida a uma família que lutava para sustentar seus filhos em um ambiente de extrema necessidade. Ao mesmo tempo, que o poder público, na obra do cabo-verdiano, parece mais preocupado em julgar a personagem feminina pelas supostas atitudes “imorais” do que se preocupar com o estado de pobreza em que ela e a família estão inseridas. Em *Vidas Secas* notamos algo parecido quando a autoridade policial utiliza seu poder para oprimir as pessoas do sertão, ao invés de contribuir de forma positiva.

No livro *Vidas Secas*, Graciliano Ramos procurou representar os diferentes tipos de nordestino, tendo como partida a formulação de personagens como sinhá Vitória, Fabiano, o soldado amarelo, Baleia, seu Tomás da Bolandeira etc. Os claridosos também buscaram fazer o mesmo, visto que o perfil do sujeito cabo-verdiano é formulado de formas muito plurais. Um exemplo disso está na representação do ilhéu de classe média contida em **Recaída**, escrito por Antonio Aurélio Gonçalves e publicado no sexto volume.

A narrativa gira em torno da família Oliveira Delgado, esta compõe a classe média cabo-verdiana. Nho Pedrinho era o patriarca da família e ele foi funcionário público, mas perdeu seu emprego para um metropolitano. Após sua morte, seu filho passa a assumir o lugar central na estrutura familiar, composta pela sua mãe, esposa e filho. O texto aborda o cotidiano em São Vicente, assim como os problemas comuns aos Oliveira Delgado. O protagonista demonstra estar entediado e insatisfeito com a vida em Cabo Verde:

O que é que vai pela minha rua? Ora... Que esperas? O mesmo costume: nada. Abro a persiana. O luar deve estar a nascer. [...] Ninguém. Mas ninguém passa. S. Vicente está chato... E não aparece quem sacuda este marasmo! Mas é agora... lá houve tempo em que não era assim. Agora é que se pode dizer com fundamento: 'Isto acabou em nada!' ah!... Lisboa! Rio de Janeiro! Argentina! ... Ah, Frank: agora, de repente, um cinema luxuoso, às escuras, com decotes de mulheres lindíssimas, movimento e aventuras dramáticas no 'écran'!... Ou, então, um café, cheio de luzes, de espelhos, de tabaco, de vozeria! É o que o Toi diz – e com razão, deixemo-nos de contos: -- Nós estamos no cabo de mundo. Hein? Sim, todos nós sabemos. O outro tinha toda a razão. Não vivemos, apodrecemos (GONÇALVES, 1948, p. 23).

A vida em São Vicente é comparada com outros espaços mais badalados, como Lisboa, Rio de Janeiro e Argentina. A juventude se sente entediada no exíguo território cabo-verdiano, o que também demonstra a preocupação da classe média, enquanto uma parte considerável das pessoas lutava para sobreviver, o jovem parece estar desejoso das diversões como o cinema e locais boêmios. Sem ter onde se divertir, o rapaz encontra na leitura dos mais variados livros a oportunidade de viajar e viver aventuras, ali dentro da sua própria casa, mas até isso parece insuficiente para ele:

Diacho! Onde é que me encontro? Numa cidade povoada, numa casa com gente, ou puseram-me de quarentena num descampado? Isto envelhece antes de tempo. Daí em pouco, estou a ver fantasmas vadiando por estes quartos saindo dos esconsos... (GONÇALVES, 1948, p. 25).

O jovem insatisfeito com a vida e com saudade do passado de diversão com os amigos, não se acostumou ainda com as responsabilidades de ser o chefe da família nuclear em que está inserido, mas pouco a pouco vai tomando consciência disso: “O período das levandades findara. Erguia-se à minha frente uma finalidade séria e grave (GONÇALVES, 1948, p. 27). A relação com a matriarca da família é centralizada, e o jovem chega a comparar a mãe a um barco imóvel, ela é descrita como estagnada, presa e incapaz de se desenvolver, como se estivesse presa: “[...] o espírito da Mamã se transformou lentamente, a imagem de um barco imobilizado no meio de um lago, que a tripulação não sabe fazer andar [...]” (GONÇALVES, 1948, p. 27).

A mãe é ainda a maior ligação do protagonista com o pai, o elo que permanece mesmo após a morte do patriarca, ao mesmo tempo que a relação entre o filho e a Mamã aparenta estar em um estágio de paralisia. Talvez porque ele veja as mulheres em sua vida e seu filho como sujeitos que dependem dele, ou seja, impedem a plena liberdade que tanto anseia. Apesar disso, ele não as odeia, pois se preocupa com a família, ao mesmo tempo que parece estar entediado e infeliz: “Esta noite, não estou capaz de esforços. As palavras rarearam, ressaltam de uma para outro, espaçadas, tristes... Mais uma tentativa gorada, não estou com sorte” (GONÇALVES, 1948, p. 27).

Ansiando por mudanças que o tirem do tédio, o protagonista se sente claramente triste com a situação do local onde mora. De dentro da sua casa é possível ouvir o som do samba tocado pelo violeiro, o barulho mexe com ele que no momento está no quarto com a esposa Armanda. Há um misto de sensações que se passam na cabeça dele, entre elas o desejo por outros territórios e outra vida:

Com mãos decididas e vibrantes, o violeiro deixou-se de variações e atacou um samba, que ele próprio acompanha assobiando. É uma das coisas de que eu gosto mais, por acaso: é do samba. Gosto daquele compasso trepidante, mas bem marcado, e gosto daquela melodia, que pode ser alegre ou triste, mas sempre apoiada num fundo sombrio, que se desprende dos bordões como um encantamento noturno. Não sou (pelo menos assim o creio) o que se pode chamar, positivamente, um sentimental; mas esta música vira-me do avesso. Torna-me outro. Passo para uma terra distante, com uma vida diferente e uma atmosfera encantada (GONÇALVES, 1948, p. 31).

A influência da música brasileira evoca lembranças do passado do jovem, que rememora quando conheceu sua esposa ou quando se divertia com os amigos por locais específicos da ilha de São Vicente. Existe a presença dos elementos da natureza, como o oceano, as folhagens, o sol, a brisa, os limos e etc., para expressar as boas lembranças que envolvem o território. Ao tempo que ele deseja um mundo mais agitado, o que é característica

da literatura regionalista do Nordeste, notamos que assim como Fabiano e família, em *Vidas Secas*, estão fugindo para o Sul em busca de uma vida melhor, o cabo-verdiano também se mostrava inquieto em seu território. Entretanto, se o vaqueiro da obra de Graciliano Ramos, estava à procura de salvação ao fugir da morte e da seca, o protagonista da produção da *Claridade*, como membro de uma classe média, estava apenas procurando diversão. Temos a partir disso, diferentes representações do sujeito ilhéu, se no conto anterior, com Dona Mana, ela é retratada como alguém de extrema carência. Agora temos um homem privilegiado que se sente deslocado em um território em crise. Notamos que o Brasil aparece como um espaço de idealização da vida boêmia, mas não é qualquer região brasileira, é o Rio de Janeiro que é citado. Assim como os protagonistas dos romances do regionalismo nordestino sempre tendiam a procurar os estados do Sudeste e do Sul do país para migrar.

É digno de nota também que São Vicente aparece como local privilegiado das produções claridosas. Essa ilha se contrapõe à ilha de Santiago, enquanto a cidade de Mindelo é o contrário da cidade da Praia. Seria a primeira o retrato exato de Cabo Verde, enquanto a segunda não representaria bem a tradicional essência cabo-verdiana. Da mesma forma, no Nordeste brasileiro supostamente estaria contida a verdadeira brasilidade, enquanto o Sul representaria a modernidade estrangeira. O professor Cassiano Nunes publicou um artigo, em 1996, pouco depois da sua visita a Cabo Verde. Onde ressalta que Mindelo conteria a melhor essência social, cultural e histórica de Cabo Verde. Ao passo que a cidade da Praia mudou o estilo de vida, se afastando do tradicional (NUNES, 1996). Esse argumento remete ao regionalismo do Nordeste brasileiro, que também defendia que a tradição estava na parte Norte do país.

Além disso, o escritor e professor, chama a nossa atenção para o diálogo entre cabo-verdianos e brasileiros, sendo incorreto pensar que Cabo Verde teria sido apenas influenciado pelo Brasil, quando na verdade pode ter acontecido uma série de trocas entre alguns literatos dos dois territórios. Prova disso seria a correspondência entre o português José Osório de Oliveira e o claridoso Manuel Lopes. Na carta o luso recomendava ao cabo-verdiano que enviasse as obras de Baltasar Lopes, por meio de José Lins do Rego e Gilberto Freyre, para editores do Brasil. Ele também recomendou que fossem enviadas edições da *Claridade* para o poeta brasileiro Ribeira Couto (NUNES, 1996).

Para que tais recomendações fossem feitas, é concebível que houvesse um trânsito mínimo de ideias e obras. A mediação foi feita por um português, o que demonstra que talvez Portugal atuava como um fio que aproximava os diversos escritores de língua oficial portuguesa. Cassiano Nunes afirmou que havia uma amizade entre Baltasar Lopes e Ribeiro

Couto. Também defende que os intelectuais da clareza e os brasileiros trocaram inúmeras cartas que não foram reveladas ao público, dificultando assim o estudo sobre o assunto (NUNES, 1996).

No volume 3 da *Clareza*, publicado em 1937, Manuel Lopes publica o ensaio **Tomadas de Vista**, e nele deixa clara a importância de Osório de Oliveira no tocante ao relacionamento entre as literaturas do Brasil e Cabo Verde. Além disso, citando o brasileiro Ribeiro Couto, agradece a divulgação do trabalho literário feito no arquipélago em um evento organizado no Rio de Janeiro:

Foi ele [Osório de Oliveira] o primeiro talvez a compreender as afinidades entre os povos de Cabo Verde e Brasil, e o que o escritor brasileiro sr. Ribeiro Couto, chama justamente o caso histórico-social de Cabo Verde. O grupo *Clareza* é-lhe particularmente grato pelas palavras publicadas no nº anterior desta revista, expressamente escritas para a semana do Ultramar Português promovida pela Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro e que foram radiodifundidas na mesma cidade, onde se destaca este apelo: ... Quero dizer aos brasileiros que escutaram estas palavras, que em Cabo Verde existe um grupo de poetas e prosadores que só por si justifica toda a simpatia por aquelas ilhas perdidas no Atlântico (LOPES, 1937, p. 9).

Notamos o interesse de Osório de Oliveira em estabelecer uma relação entre os caboverdianos e brasileiros, enquanto Manuel Lopes nos leva a compreender que Ribeiro Couto sabia da existência da clareza. Também devemos ressaltar que houve a divulgação dos escritores do arquipélago em um evento sediado no Brasil e com transmissão por meio do rádio. Existe a necessidade de maiores estudos sobre as trocas literárias entre os dois países.

Retornando às similaridades entre Cabo Verde e o Nordeste brasileiro, é correto afirmar que após a abolição da escravidão em Cabo Verde, os colonizados ficaram literalmente a própria sorte, pois foram abandonados pela coroa. Porém, ao mesmo tempo, nota-se que no fim do século XIX, já está sendo gestado um sentimento em relação ao território que centraliza o nativo como modelador do seu próprio destino histórico e do espaço em que ele mora. Isso já serviria como base para a caboverdianidade futura (HAMILTON, 1984).

Do mesmo modo, no Nordeste do Brasil, podemos notar que a população carente foi abandonada pelo poder governamental. Em **Vidas Secas**, por exemplo, a família de Fabiano sobrevive com muito pouco e seu contato com um representante da lei, o soldado amarelo, é um momento de tensão e perigo. Apesar disso, notamos que o nordestino é descrito como um trabalhador, ou seja, um desenvolvedor do espaço em que está inserido. É muito de uma narrativa que veremos a partir do sociólogo Gilberto Freyre, pois este defendia que a população do Nordeste seria um ator social de extrema importância para a região.

Tanto Cabo Verde como o Nordeste brasileiro, são representados como espaços abandonados onde os moradores precisaram lidar sozinhos com seus problemas, mas ao mesmo tempo conseguiram gerar uma sociedade peculiar e homogênea. Em **Vidas Secas**, a mestiçagem é quase completamente naturalizada, com exceção das poucas vezes em que Fabiano se diferencia dos brancos utilizando sua identidade cabocla. Notamos algo parecido na representação de Cabo Verde, a miscigenação é completamente naturalizada e utilizada para legitimar uma suposta peculiaridade do arquipélago. Um importante claridoso, chamado Gabriel Mariano, comparou seu território à cidade brasileira de Salvador no estado da Bahia. Cabo Verde é descrito como o exemplo da ausência de pluralidade racial, pois lá a mestiçagem aconteceu de forma intensa:

Gabriel Mariano compara a singularidade caboverdiana com a criouliização que ocorreu na ilha de São Tomé e na cidade brasileira de Salvador da Bahia. Segundo Mariano a mestiçagem que ocorreu nas três regiões assumiu configurações especiais em Cabo Verde precisamente por causa do abandono e isolamento que permitiram, ao decorrer das décadas, o amalgamento biológico e cultural a proceder imperturbado por formas externas. E ao rever diversos termos brasileiros de identificação racial (mulato, parto, cafuso, sarará e mesmo cabo verde), Mariano conclui que o número reduzido e o pouco uso de tais termos em Cabo Verde demonstram até que ponto a consciência de cor não existe no arquipélago. Diríamos, portanto, que o aspecto mais ou menos homogêneo da sociedade caboverdiana eliminara a necessidade de fazer distinções na base de raça, cor da pele ou grupo étnico (HAMILTON, 1984, p. 84).

Apesar do claridoso Gabriel Mariano defender que Cabo Verde estava abandonado ao passo que dá a entender que não necessariamente a Bahia estava a própria sorte, o sentimento dos intelectuais nordestinos do Brasil também era de abandono, pois, o centro econômico e político do país estava localizado no Sudeste. Notamos que a justificativa presente nas representações tanto de Graciliano Ramos quanto na Claridade, é de que o abandono obrigou essas populações a criar um espaço muito específico não só culturalmente, mas sobretudo no que diz respeito ao perfil racial.

Essa tentativa de Mariano de defender a homogeneidade rática dos cabo-verdianos é contrária à visão da sociedade a partir do estudo de outro claridoso chamado Teixeira de Sousa. Percebemos que no ensaio **A estrutura social da ilha do Fogo**, o autor defende a existência de ao menos quatro categorias sociais, não definidas apenas pelas características físicas, mas também pelas econômicas:

No seu estudo, Texeira de Sousa observa que a população do Fogo se dividia em quatro classes: os brancos, os mulatos (filhos de pai branco e mãe preta ou mulata, que por conveniência, podemos chamar de mestiços); os verdadeiros mulatos (filhos de pais mestiços); o povo (isto é, os pobres que podem ser de qualquer cor, mas na sua maioria esmagadora eram negros). Consistente com a arbitrariedade social das designações raciais, o mulato pobre é capaz de ser caracterizado como preto, e o preto mais pobre privilegiado pode ser considerado mulato. Nota-se que Teixeira de Sousa fala em classes ao passo que faz as suas duas primeiras divisões com base na raça e na cor. Se bem que as classificações não correspondem estritamente a divisões raciais ou étnicas, o autor do ensaio frisa que no Fogo os mulatos e mestiços foram raramente aceitos dentro das famílias brancas. [...] Deste modo, apesar da possibilidade da sua mobilidade social ascendente, o mestiço e o mulato tinham de lidar com reticências oriundas do estigma da cor ligado à necessidade, por parte o grupo dominante, de assegurar sua continuada hegemonia socioeconómica (HAMILTON, 1984, p. 96).

Ao afirmar que os miscigenados da ilha do Fogo tinham dificuldades de ingressar nas famílias brancas, o claridoso vai de encontro com a narrativa de *Vidas Secas*, uma vez que o grupo dominante descrito na obra é branco e não mestiço. Fabiano deixa claro que ele é diferente dos brancos, estes seriam perigosos e difíceis de lidar, sempre preocupados em se diferenciar dos sujeitos não brancos.

Ao relacionar as produções claridosas, é perceptível porque o regionalismo do Nordeste brasileiro era tão importante para os intelectuais cabo-verdianos. No Brasil os regionalistas queriam salvaguardar as supostas tradições da região, mas acima de tudo, eles também queriam diferenciar essa parte do país das demais regiões. E a *Claridade* queria o mesmo para o arquipélago africano, sem abrir mão da herança lusitana, o grupo defendeu a narrativa da originalidade regional de Cabo Verde dentro do império lusitano.

Por isso, existe compatibilidade entre obras como *Vidas Secas* e a literatura dos claridosos. Devemos lembrar que o regionalismo influenciado por Gilberto Freyre não pregava o separatismo dos estados do Nordeste do Estado Nação, mas sim defendia a ideia da construção da identidade nacional a partir dos recortes regionais. Da mesma forma, os cabo-verdianos não sentiam que precisavam se desvincular de Portugal para singularizar o arquipélago, pois, concebiam que a identidade regional poderia continuar contida na lusitanidade. Entretanto, isso é problemático, pois ao se comparar ou importar um modelo brasileiro sem levar em conta que o Nordeste compunha uma Nação independente, enquanto Cabo Verde era uma colônia de Portugal, foi o mesmo que ignorar que o colonialismo tardio era um dos grandes problemas daquele momento.

Se Graciliano Ramos em *Vidas Secas*, escancara o drama do nordestino denunciando seu sofrimento em relação ao meio ambiente, mas também centralizando o debate em torno do

autoritarismo e, sobretudo, enfatizando a questão fundiária, ou seja, o não acesso à terra daqueles que precisam. A claridade era mais tímida, falava demasiadamente dos sintomas, sem abordar diretamente a causa dos problemas. É preciso deixar claro que Graciliano Ramos recebeu influências do marxismo e isso contribuía para uma literatura engajada. Já os claridosos evitaram tal corrente e, além disso, gerar uma literatura empenhada em criticar o regime político, dentro do império luso, era ter a certeza de ser perseguido pelo Estado Novo de Salazar.

Notamos também uma outra semelhança entre a literatura da Claridade e a obra *Vidas Secas* no que diz respeito às questões de gênero. As personagens femininas do livro de Graciliano Ramos, Baleia e sinhá Vitória, são representadas como sendo provedoras, zelosas, mas também fortes e resistentes. No caso da cadelinha, é perceptível a lealdade para com Fabiano mesmo quando este coloca sua vida em risco. Baleia também se preocupa com o bem estar da família, o que a faz caçar animais e proteger os meninos em momentos difíceis. Sinha Vitória é construída não apenas como uma mulher que cuida do lar, mas que possui mais inteligência que seu marido, ela é responsável por cuidar da contabilidade e são seus cálculos que fazem o vaqueiro desconfiar que o patrão o rouba. A nordestina é ambiciosa e almeja uma vida melhor, ou seja, ela tem uma visão de mundo ampla e não é resignada.

As personagens femininas descritas em algumas produções da claridade também são pinceladas como tendo força. No caso da tia Gegê, do conto **O Jamaica Zarpou**, ela está disposta a abrir mão do convívio do seu familiar mais amado, o jovem Maninho, para que ele sobreviva por meio da emigração. A saudade é um sentimento que a corrói, mas ela entende que não há um bom futuro em Cabo Verde para seu querido sobrinho. Já em **Dona Mana**, a mãe solo leva seu ex-marido ao tribunal para proteger sua filha. Ela também sobrevive a partir do trabalho artesanal ao produzir bolsas de sementes e o contexto dramático da mulher que foi abandonada pela família é exposto, então somos levados a entender que a vida não era nada fácil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabo Verde historicamente sofreu com as crises climáticas que impuseram à população local um grande sofrimento. Entretanto, a resiliência do povo ilhéu é notável, pois diante da ausência de ajuda advinda do império português, eles foram em busca de outras formas para sobreviver, sendo, por exemplo, a emigração uma das respostas. Ao mesmo tempo notamos que as similitudes geográficas e sociais com o Nordeste brasileiro, assim como o histórico colonial do Brasil e Cabo Verde, estimulou a produção intelectual dos cabo-verdianos da revista *Claridade*.

Ligados à uma educação metropolitana, mas preocupados com o contexto das ilhas do arquipélago, o grupo *Claridade* desejava participar da construção identitária do espaço em que nasceram. Fizeram isso por se distanciar, com ressalvas, da identidade lusitana e voltaram-se para a intelectualidade brasileira, tendo Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Graciliano Ramos entre outros, como influências. Devemos lembrar que durante o século XX, os brasileiros também estavam preocupados em discutir novos parâmetros para a brasilidade. Prova disso é a Semana de Arte Moderna de 1922, mas sobretudo os debates em torno da tradição regionalista do Nordeste entre os anos de 1930 e 1950.

A partir dessas discussões, os intelectuais lançaram mão de conceitos que marcariam até a atualidade a identidade do brasileiro, tais como mestiçagem, regionalismo e tradição. O Nordeste era pincelado como a região mais tradicional do país, enquanto o Sudeste aparecia como um espaço modernizado repleto de estrangeirismos. Portanto, o regionalismo aparentava ser um movimento conservador preocupado em proteger a suposta identidade nacional e devido a isso repudiava o liberalismo, o marxismo e outras vertentes reconhecidas como estrangeiras.

Porém Graciliano Ramos aparentava ser um regionalista de tipo diferente, pois ao se afastar da teoria de Gilberto Freyre, procurou produzir obras engajadas e visivelmente influenciadas pelo socialismo. Ao adotar uma postura crítica e evitar o culto nostálgico ao velho Nordeste patriarcal, o alagoano se mostrava diferente de outros autores como José Lins do Rego. Em *Vidas Secas*, Graciliano Ramos expôs muito mais que os problemas climáticos, mas centralizou a questão fundiária e o autoritarismo presente no sertão nordestino.

Ao passo que os claridosos sofriam com o salazarismo que cerceava a intelectualidade nas colônias e na metrópole, também demonstraram certa preocupação com os problemas locais de Cabo Verde. Eles nunca negaram que importaram do Brasil um modelo de literatura crítica, mas a adequaram muito bem ao contexto das ilhas. Apesar disso, não podemos ignorar que havia uma relação achegada entre o Estado Novo luso, Gilberto Freyre e os claridosos. O

sociólogo brasileiro e sua teoria da mestiçagem serviu para defender o colonialismo português a partir de 1940, enquanto a Claridade contribuía para representar Cabo Verde como a colônia modelo do império.

Percebemos que havia um grande interesse dos claridosos em diferenciar o arquipélago das demais colônias, elevando Cabo Verde a um espaço civilizado que participava do império, enquanto possuía singularidades identitárias. A partir disso podemos argumentar que o regionalismo claridoso não era separatista, pois reivindicava também a identidade lusitana. Isso estava de acordo com o regionalismo de Gilberto Freyre, assim como da sua teoria luso-tropicalista. O primeiro defendia que o Brasil deveria valorizar seus recortes regionais, enquanto o segundo argumentava que Portugal teria contribuído para o desenvolvimento de uma nova civilização nos trópicos, isso incluía o Brasil, Cabo Verde, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe.

De modo que a caboverdianidade, a partir do discurso claridoso, foi gerada para conviver com o colonialismo português. Isso não altera o fato de que a literatura do grupo visava denunciar alguns dos problemas da sociedade, como por exemplo, a pobreza e a fome. A elite do arquipélago clamava por desenvolvimento, influenciados por ideias liberais devido aos contatos históricos entre Cabo Verde e os Estados Unidos da América. Ao mesmo tempo em que elencavam o que significava ser ilhéu, ao valorizar a terra, os costumes, a língua e as pessoas.

Assim como a identidade do Nordeste do Brasil foi construída a partir da sua oposição ao Sudeste, os claridosos defenderam a caboverdianidade em diferenciação ao continente africano, neste quesito o discurso da miscigenação foi de grande importância. O Nordeste brasileiro era descrito como um espaço multirracial e os autores regionalistas foram defensores dessa narrativa, pois, diversos protagonistas das obras foram criados com a identidade mestiça. Fabiano de Vidas Secas era descrito como caboclo e Graciliano Ramos fez questão de o diferenciar dos brancos, enquanto a Claridade representava os cabo-verdianos como mestiços para aproximá-los da civilização europeia e os distanciar dos africanos que naquele contexto eram considerados incivilizados.

No tocante às produções claridosas, podemos pontuar que havia um grande interesse em expor o drama ligado à seca, à pobreza, à fome e à emigração. Em algumas publicações havia críticas veladas ao autoritarismo, mas não encontramos problematizações diretas ao colonialismo. Além disso, a questão fundiária, que é de grande importância, não foi uma preocupação dos intelectuais. As semelhanças com a obra Vidas Secas são notáveis quando

comparamos as representações e o perfil social do sertanejo brasileiro com o cabo-verdiano, as características geográficas também têm similitudes destacáveis.

No tocante à escrita e a organização das produções, é concebível que *Vidas Secas* é uma obra complexa e de difícil definição. Graciliano Ramos construiu um excelente romance composto por contos, o que o torna um livro desmontável, mas que não perde a coesão literária. Por se tratar de uma obra escrita por uma única pessoa, é mais fácil argumentar sobre a sua estrutura. Já as produções da *Claridade* são diversas e com uma variedade de autores que possuíam uma marca muito particular de escrita. O lastro comum entre eles era a preocupação com a representação do seu meio social. Se Graciliano Ramos se preocupava em criticar tanto a velha ordem social quanto a nova organização burguesa que impactava o Nordeste, os claridosos queriam valorizar as características locais ao tempo em que solicitavam o desenvolvimento econômico e social das ilhas, eles não repudiavam o liberalismo.

De modo que é importante ressaltar que apesar do Nordeste brasileiro influenciar a intelectualidade cabo-verdiana, estes últimos mantiveram um enorme grau de autonomia literária e as peculiaridades do espaço e dos autores foi algo notadamente marcante durante a análise dos volumes da revista. Não podemos afirmar que apenas eram receptores de influências estrangeiras, mas sim mediavam os elementos exógenos com os endógenos de acordo com os seus próprios interesses. Os claridosos não abriram mão do seu protagonismo no tocante a construção do projeto de caboverdianidade.

## REFERÊNCIAS

### Documentos

Claridade: revista de artes e letras. Mindelo, março de 1937, volume 3, pp. 1-5.

Claridade: revista de artes e letras. Mindelo, janeiro de 1947, volume 4, pp. 1-40.

Claridade: revista de artes e letras. Mindelo, setembro de 1947, volume 5, p. 1-43

Claridade: revista de artes e letras. Mindelo, julho de 1948, volume 6, p. 1-42

Claridade: revista de artes e letras. Mindelo, dezembro de 1949, volume 7, p. 1-52.

### Bibliografia

ALMADA, David Hopffer. **Caboverdianidade & tropicalismo**. Recife: Editora Massangana, 1992.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste 1920-1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

\_\_\_\_\_. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **O morto vestido para um ato inaugural: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular**. São Paulo: Intermeios, 2013.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2017.

BARBOSA, Júlia Monnerat. **Militância política e produção literária no Brasil (dos anos 30 aos anos 50): trajetórias de Graciliano Ramos e Jorge Amado e o PCB**. Tese (Doutorado), curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CARVALHO, Carla. As questões fundiárias e os duelos pela terra em Cabo Verde. In: SILVA, Tatiana Raquel Reis; BARBOSA, Viviane de Oliveira. **África e Afro-Brasil em debate**. São Luís: Editora UEMA, 2019.

CARREIRA, António. **Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata**. Porto: Imprensa Portuguesa, 1972.

\_\_\_\_\_. **Migrações nas ilhas de Cabo Verde**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1976.

CARVALHO, Flávia. **A natureza na literatura brasileira: regionalismo pré-modernista**. São Paulo: Hucitec, 2005.

CANDIDO, Antônio. Literatura e subdesenvolvimento. In: **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, p. 140-162, 1989.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. 6º ed. São Paulo: Unesp, 1999.

DUARTE, Vera. Atlântida. In: SILVA, R. R. Tatiana; BORRALHO, Henrique. **Histórias e Literaturas em países africanos de língua oficial portuguesa**. São Luís: EDUEMA, Pitomba, 2020.

FERREIRA, Manuel. **Aventura Crioula**. Lisboa: Editora Planalto, 1973.

FAUSTO, Boris. A vida política. In: GOMES C. Angela. **Olhando para dentro 1930-1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Aventura e Rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação**. São Paulo: É Realizações, 2010.

\_\_\_\_\_. **Um brasileiro em terras portuguesas: introdução a uma possível lusotropicologia**. São Paulo: É Realizações, 2010.

\_\_\_\_\_. **O mundo que o Português criou**. São Paulo: É realizações, 2010.

\_\_\_\_\_. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global editora, 2006.

\_\_\_\_\_. **Manifesto Regionalista**. Recife: Editora Mussangana, 1996.

\_\_\_\_\_. **Nordeste**. São Paulo: Global Editora, 2004.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Editora Global, 2013.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2016.

HERNANDES, Leila Leite. **Os filhos da terra do sol: a formação do Estado-nação em Cabo Verde**. São Paulo: Summus, 2002.

\_\_\_\_\_. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HAMILTON, Russell G. **Literatura africana, Literatura Necessária: Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe**. Lisboa: Edições 70, 1984.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem**. Belo Horizonte: autêntica, 2020

MÂCEDO, Tania Celestino. A presença da literatura brasileira na formação dos sistemas literários dos países africanos de língua portuguesa. **Via atlântica**, São Paulo, n.13, pp. 124-152, 2008.

MADEIRA, João Paulo. **Nação identidade: a singularidade de Cabo Verde**. Lisboa: Pedro Cardoso, 2018.

MORAIS, Dênis. **O velho graça: uma biografia de Graciliano Ramos**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARQUES, Ivan. **Para amar Graciliano:** como descobrir e apreciar os aspectos mais inovadores de sua obra. Barueri: Faro Editorial, 2017.

MAGALHÃES, Mousinho Luiz A.; ANDRADE, Maria B. Sales. A estrutura do enredo em Vidas Secas. **Revista Eutomia**, n. 3, v. 1, julho, pp. 1-9, 2010.

NUNES, Cassiano. Presença do Brasil em Cabo Verde. **Ci & Tróp**, Recife, v. 24, n. 1, pp. 91-110, jan.- jun. 1996.

NETO, Sérgio. **Colônia Mártir Colônia Modelo**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Vera. Brasil e Cabo Verde: duas margens do mesmo mar. **Navegações**, Porto Alegre, n.1, v. 3, p. 84-87, jan/jun, 2010.

REIS, Carlos. **O conhecimento da Literatura:** introdução aos estudos literários. 2º Ed, Coimbra: Almeida, 2013.

SILVEIRA, Onésimo. **A democracia em Cabo Verde**. Lisboa: Calibri, 2005.

SANTOS, Carlos Alves Gomes. Uma análise qualitativa sobre o papel da emigração cabo-verdiana no processo de desenvolvimento de Cabo Verde. In: MARINHO, C. Samarone; PEREIRA F. J. Madian; GONÇALVES S. L. Maria. **Diálogos do Sul atlântico:** Crítica e interpretação do contemporâneo em Cabo Verde e Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2021.

SCHNEIDER, Luiz Alberto. Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre. **História da historiografia**. Ouro Preto, n. 10, pp. 75-93, dezembro, 2012.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Robson dos. Cultura e tradição em Gilberto Freyre: esboço de interpretação do manifesto regionalista. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 399-409, jul./dez., 2011.

SILVA, Tadeu Tomaz. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. Tomaz; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

SANDES, F. Noé. Graciliano Ramos e a história da república. **Revista UFG**. Goiânia, n. 11, pp. 93-97, dez. 2011.

SEMEDO, Manuel Brito. **Caboverdianamente ensaiando 1**. Mindelo: Ilhéu Editora, 1995.

SAID, Edward. **Representações do intelectual**. São Paulo: companhia das letras, 2005.

SOUSA, de Noémia. **Sangue Negro**. São Paulo: Editora Kapulana, 2016.

TAVARES, Eugène. Mestiçagem, identidade e consciência política. o caso do movimento literário caboverdiano “Claridade”. **África**, São Paulo. v. 31-32, p. 81-103, 2012.

VILLEN, Patrícia. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo**. São Paulo: Expressão popular, 2013.